|  |  |
| --- | --- |
| Nome O que queres tu mulher? Manifestações de Gênero no Debate sobre Constitucionalidade da “Lei Maria da Penha” | **A 001**  **Premiada** |
| Autora/o Luciana Santos Silva |
| Orientadora/o Dra. Eliane Hojaij Gouveia |
| IES: PUC-SP |
| Cidade/Estado: São Paulo |
| Outras Informações: Mestre e estudante de Doutorado |

O QUE QUERES TU MULHER? MANIFESTAÇÕES DE GÊNERO NO DEBATE SOBRE A CONSTITUCIONALIDADE DA “LEI MARIA DA PENHA”.

Luciana Santos Silva[[1]](#footnote-1)

Orientadora: Profa. Dra. Eliane Hojaij Gouveia

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo visa analisar as manifestações de Gênero nas argumentações jurídicas, coletadas em artigos e peças processuais[[2]](#footnote-2), que contém manifestações acerca do debate sobre a constitucionalidade da lei 11340/2006, conhecida como “Lei Maria Penha”. A referida norma foi sancionada no ano de 2006, com o objetivo de prevenir e combater a violência contra a mulher no âmbito doméstico e intrafamiliar.

A “Lei Maria da Penha” é um microsistema legislativo que alberga normas dos diversos ramos do Direito, tais quais: Direito Penal, Direito Trabalhista, Direito Civil e Direito Administrativo, percebendo a violência contra a mulher e sua superação como fenômeno multidisciplinar, regulando a criação de juizados especifico para julgamento das causas e a intervenção de equipe formada por profissionais de diversas especialidades com vistas à superação da violência.

A entrada em vigor da lei 11.340/2006 cindiu o campo jurídico no que diz respeito a sua adequação aos preceitos da Constituição Federal. Uma corrente de juristas entende que a “Lei Maria da Penha” ao afastar da sua tutela o homem vítima de violência doméstica[[3]](#footnote-3) tem o objetivo de promover a igualdade de Gênero na medida em que historicamente são as mulheres que vêm sofrendo com a violência familiar.

Por outro lado, foi identificado um grupo do campo jurídico que advoga que a lei fere o principio constitucional da igualdade[[4]](#footnote-4), visto que cria um desequilíbrio nas relações de Gênero quando protege apenas as pessoas do sexo feminino, culminando, segundo entendimento do grupo, em uma indesejada discriminação em razão do sexo.

A partir desse debate que se instaura no campo jurídico, o presente trabalho com foco nas Ciências Sociais, pretende, através da interseção entre Direito e Gênero, analisar as manifestações de Gênero a partir do debate jurídico sobre a constitucionalidade da “Lei Maria da Penha”.

Para tanto foi utilizada a definição de campo jurídico apresentada por BOURDIEU (2006) para delimitar o campo a ser pesquisado. Para o citado autor o campo jurídico é composto pela atividade da pratica jurídica e da academia, servindo como ponto intermediário entre o mundo social a técnica do Direito.

Desse modo, o material selecionado para pesquisa e tornado fonte documental é formado por peças processuais, artigos e livros produzidos por bacharéis em Direito. O mapeamento foi feito a partir da divulgação pela imprensa e na internet de notícia sobre processos judiciais que versavam sobre a “Lei Maria da Penha”, dos quais foram obtidas cópias de seus principais excertos por intermédio de colegas de trabalho ou contato por telefone com o órgão responsável.

A busca dos artigos acadêmicos e livros se deu também a partir de citações encontradas nas referidas decisões judiciais ou em outros artigos e livros examinados, bem como por consulta na internet e em publicações de periódicos jurídico. As peças processuais, artigos e livros levados em consideração compreendem o período de agosto de 2006, quando a lei foi sancionada, a dezembro de 2008.

Assim, o material pesquisado conta cento e dois documentos entre sentenças de primeiro grau, acórdãos, petição inicial de Ação Direta de Constitucionalidade, pareceres, livros e artigos jurídicos, com representação de todas as regiões que compõem a República Federativa do Brasil. Para analise dos mesmos foi desenvolvido um instrumento de pesquisa semi-estruturado (anexo 1), o qual foi preenchido a partir da leitura dos documentos selecionados.

Essa técnica de pesquisa prática documental foi utilizada por GROSNER (2008), que aplicou instrumento de pesquisa em acórdãos do Superior Tribunal de Justiça – STJ, a fim de investigar a seletividade do sistema penal a partir das manifestações jurídicas daquele Tribunal. Assim como GROSNER (2008), IZUMINO (2004) também fez uso dessa técnica para investigar a partir de decisões judiciais, a percepção que as mulheres em situação de violência doméstica têm do Poder Judiciário. A pertinência da técnica nesta pesquisa se dá pelo fato do campo jurídico ser também aqui delimitado a partir de documentos jurídicos, o que guarda semelhança com os trabalhos citados.

A interpretação dos dados e mesmo a elaboração do instrumento de pesquisa teve por base a categoria analítica de Gênero, entendida como construção de identidade sexual, tendo por base relações de poder calcadas no patriarcalismo que reifica a mulher e institui o padrão heterossexual como norma.

A pesquisa identificou três grupos no campo jurídico que tratam do debate sobre a constitucionalidade da “Lei Maria da Penha”: a) um que reputa a lei inconstitucional e propõe sua retirada do sistema jurídico (grupo I); b) um que tem a lei como inconstitucional, apontando como solução a aplicação da lei aos homens (grupo IR) e c) o grupo que percebe que a “Lei Maria da Penha” está em perfeita sintonia com a Constituição Federal (grupo C), conforme apontam as discussões seguintes.

1. RESULTADOS E DISCUSSÃO DA PESQUISA

2.1- Percepção do Grupo que Advoga a Inconstitucionalidade da “Lei Maria da Penha”

O primeiro aspecto analisado sobre as manifestações jurídicas de inconstitucionalidade da “Lei Maria da Penha” pesquisado, diz respeito ao reconhecimento da assimetria social entre mulheres e homens. As considerações aqui expostas são resultados da aplicação do instrumento de pesquisa (anexo 1), ao grupo de documentos (I) que percebem a lei 11.340/2006 como inconstitucional.

Assim, a pesquisa procurou averiguar se o campo jurídico, ao julgar a “Lei Maria da Penha” inconstitucional (grupo I), levou em consideração os debates voltados para a construção teórica da categoria analítica de Gênero. No instrumento de pesquisa (anexo1), os itens sete a dez serviram para basilar as conclusões aqui apresentadas acerca interface entre Gênero e campo jurídico.

Neste aspecto a pesquisa constatou que ao reputar a “Lei Maria da Penha” inconstitucional, o campo jurídico não incorpora a categoria analítica de Gênero. A partir daí percebemos que há uma cisão entre campo jurídico e campo social, na medida em que de forma generalizada há a percepção de diferenças entre as pessoas, sendo vedado ao campo jurídico seu reconhecimento.

Como ilustração desse resultado, podemos citar trecho do documento I- 01 que sustenta a inadequação da “Lei Maria da Penha” à Carta Constitucional:

“A lei contém diversos problemas que merecem uma análise mais aprofundada da doutrina e da jurisprudência. Em primeiro lugar, está a sua duvidosa constitucionalidade. A Constituição de 1988 é peremptória ao determinar que ‘homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações’ (art. 5, I). Obviamente, a própria Constituição prevê exceções a favor da mulher, como a licença-maternidade gozada em tempo superior à licença-paternidade (art. 7º, XVIII e XIX). Exatamente por serem excepcionais essas normas, incide o princípio de hermenêutica (‘as exceções devem ser interpretadas restritivamente’), que proíbe a utilização da analogia para criar novas discriminações a favor da mulher ou de quem quer que seja.”

Aqui notamos que a disposição argumentativa das manifestações de inconstitucionalidade da “Lei Maria da Penha”, tenta se apresentar alijada do campo social, quando entende que qualquer lei com a exceção da Constituição Federal não pode trazer tratamento diferenciado em favor da mulher,vedando ao Direito, fora do âmbito constitucional, qualquer interferência para equilibrar as disparidades sociais entre homens e mulheres.

Também expressando o isolamento do campo social no debate sobre a constitucionalidade da “Lei Maria da Penha” segue excerto do documento I-06:

“Nesse diapasão quando a Carta Magna, dentre o rol dos direitos fundamentais, consagrou igualdade entre homem e mulher estabeleceu uma isonomia plena entre os gêneros masculino e feminino, de modo que legislador infraconstitucional não pode – sob qualquer pretexto- promover discriminação entre os sexos em se tratando de direitos fundamentais, visto que estes já lhe são igualmente assegurados.

Bem explica o assunto Rosemiro Pereira Leal: Não há direito à diferença no plano dos direitos fundamentais já acertados constitucionalmente para todos, sob pena de romper o princípio da igualdade jurídica. A possível existência de direitos diferentes só ocorre no sobrenível da normatividade fundamental. Enfatiza ele que ‘direitos diferentes, na teoria da democracia, não geram diferenças jurídico-fundamentais entre pessoas a suplicarem tratamento discriminatório’. As desigualdades possíveis seriam apenas físicas, psíquicas, cultural, estéticas, ideológicas ou econômicas. Portanto, o negro, o índio, o homossexual, a lésbica, o deficiente não são desiguais a ninguém quanto aos direitos fundamentais na teoria da constitucionalidade democrática. Tanto eles quando os brancos, amarelos, as mulheres, os heterossexuais: ‘homem ou mulher’, são iguais em direitos fundamentais e titulares de igualdade processual (simetria paridade- isonomia) no direito democrático.

A Lei n.º 11.340/2006 tem como fim específico combater a violência contra a mulher e assegurar o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e á convivência familiar e comunitária (art.3º), ou seja, visa assegurar direitos fundamentais única e exclusivamente às mulheres.

Destarte, a denominada “Lei Maria da Penha” viola o direito fundamental à igualdade entre homens e mulheres e, como já exposto, não existe direito à diferença entre direitos fundamentais, razão pela qual não há outro caminho a seguir senão de reconhecer a inconstitucionalidade da lei em analise.” (Grifos do original).

O excerto citado, representativo do grupo I, invisibilisa no plano do Direito qualquer assimetria de poder entre mulheres e homens, quando utiliza como premissa argumentativa o fundamento de que possíveis disparidades são criadas pela “Lei Maria da Penha”, na medida em que esta protege a mulher e não estendem aos homens o mesmo tratamento jurídico.

Aqui há uma inversão no sentido de que é o campo jurídico, ao aplicar e reconhecer a constitucionalidade da “Lei Maria da Penha”, que cria desigualdades entre mulheres e homens. As disparidades de Gênero são totalmente invisibilizadas como construção cultural, como realidade do campo social para galgarem o status de criação, leia-se ficção, jurídica.

Destacamos, ainda, o documento I-09 que traz para construção da argumentação de inconstitucionalidade da “Lei Maria da Penha” a seguinte premissa:

“[...] O mundo é e deve continuar sendo **masculino, ou de prevalência masculina, afinal.** Pois se os direitos são iguais\_ porque são\_ cada um, contudo, em seu ser, pois as funções são também, **naturalmente** diferentes. Se se prostitui a essência, os frutos também o serão. Se o ser for conspurcado, suas funções também o serão. (...). (Grifos do Original).

Além de pregar expressamente a manutenção do *status quo* nas relações de opressão de Gênero, o excerto trabalha com a naturalização desse processo histórico quando prescreve que a prevalência masculina é característica imutável do mundo *(“o mundo é e deve continuar sendo masculino”*). Esse argumento é construído através da segregação de funções afetas ao masculino e feminino, biologizando as relações de Gênero, o que pode ser observado quando o documento afirma que embora homens e mulheres sejam iguais em direitos, “*suas funções são naturalmente diferentes”*.

Para BOURDIEU (2007) um dos mecanismos da opressão de Gênero se dá pelo discurso de naturalização, que consiste em imputar as diferenças entre mulheres e homens a fatores biológicos. Desse modo as assimetrias de Gênero perdem seu caráter cultural, histórico e contingente, sendo internalizadas como natural e imutável.

Outro ponto que merece destaque é o apelo à ordem divina como meio de invisibilizar o processo sócio-cultural de hierarquização das relações de Gênero. Senão vejamos a transcrição de parte do documento I-09 sobre o tema:

“Esta ‘Lei Maria da Penha \_ **como posta ou editada** \_ é portanto de uma heresia manifesta. Herética porque é anti-ética; herética porque fere a lógica **de Deus;** herética porque é inconstitucional e por tudo isso flagrantemente injusta.

Ora! A desgraça humana começou no Éden: por causa da mulher \_ todos nós sabemos \_ mas também em virtude da ingenuidade, da tolice e da fragilidade emocional do homem.

Deus então, irado, vaticinou, para ambos. E para a mulher disse: [...] o teu desejo será para o teu marido, e ele te dominará [...].

Já está lei diz que aos homens não é dado ‘controlar as ações (e) comportamentos [...] de sua mulher (art. 7º, inc. II). Ora! Que o ‘dominar’ não seja um ‘você deixa?’, mas ao menos um ‘o que você acha?’ Isto porque o que parece ser não é e o que efetivamente é, não parecia ser. Por causa da maldade do ‘bicho’ Homem, a Verdade foi então por ele interpretada segundo as suas maldades e sobreveio o caos, culminando \_ na relação entre homem e mulher, que domina o mundo \_nesta preconceituosa lei.

Mas à parte dela, e como inclusive já ressaltado, o direito natural, e próprio em cada um destes seres, nos conduz a conclusão bem diversa. Por isso \_ e na esteira destes raciocínios – dou-me o direito de ir mais longe, e em definitivo! O mundo é masculino![[5]](#footnote-5) A idéia que temos de Deus é masculina! Jesus foi Homem! À própria Maria\_ inobstante a sua santidade, o respeito ao seu sofrimento (que lhe credenciou como ‘Advogada’ nossa diante o Tribunal Divino) \_ Jesus ainda assim a advertiu, para que também as coisas fossem postas, cada uma em seu devido lugar: “que tenho contigo, mulher!?”

Quando o documento I-09 afirma *“que a desgraça humana começou no Éden”* lança mão, assim como a sociedade Cabila (BOURDIEU: 2007), do recurso ao mito original de criação como forma de lastrear o predomínio masculino posto como ordem suprema e inquestionável, uma vez que transcende aos humanos e à sociedade (categoria a-histórica), fazendo parte do desejo e do mistério divino.

Argumentação utilizada no citado documento para defender a inconstitucionalidade da Lei 11.340/2006, além de recorrer à fundamentação divina, forja a neutralidade do campo jurídico através da naturalização das assimetrias de poder entre mulheres e homens. Ao recorrer à sustentação religiosa e biologizante o documento I-09 retira a legitimidade do campo jurídico ou de qualquer outra força social para modificar as relações de Gênero.

A “Lei Maria da Penha” que o documento I-09 adjetiva de herética, é tida como criadora de descriminação injusta ao determinar dispositivos de proteção apenas para as mulheres. Aqui não há invisibilização das disparidades sociais entre mulheres e homens, há, sim, o reconhecimento que a “Lei Maria da Penha” inverte a ordem tida como natural e original das relações patriarcais de Gênero, em que a hegemonia masculina deve prevalecer.

Outro ponto de constatação da pesquisa quanto ao grupo que entende ser a “Lei Maria da Penha” inconstitucional foi a privatização do conflito de Gênero, especificamente no que diz respeito à violência doméstica contra a mulher. A partir da analise qualitativa dos quesitos onze e doze do instrumento de pesquisa pude perceber que o grupo I ao afastar o campo jurídico, solução pública de conflitos, como meio legitimo de intervenção nos casos de violência doméstica contra a mulher, remete a celeuma à esfera privada do lar e das relações íntimas. Isto pode ser observado no documento I-06 ao apresentar razões para a inconstitucionalidade da “Lei Maria da Penha”, senão vejamos:

“Frise-se, ao final, a propósito do que foi dito acima, que não deixamos de estar sensibilizados com a tragédia que vitimou a Sra. Maria da Penha, que, por um horrível drama familiar, emprestou o nome à lei em comento. O que não podemos aceitar é uma lei travestida de vingança social com sérias conseqüências no cotidiano de milhares de outras pessoas, como soe acontecer com esta e outras que “respondem” ao apelo momentâneo e emporcalham o sistema por vários anos”.

O documento citado, representativo do grupo I, privatiza as relações de Gênero negando a violência doméstica enquanto conflito social. A reivindicação individual e coletiva por igualdade entre os sexos é invisibilizada quando o caso da Sra. Maria da Penha, que serviu de bandeira para a criação da lei 11.340/2006, é visto como mero conflito familiar. As instâncias públicas e o Direito em especial não são reconhecidos como instância de intervenção legítima nesta seara específica. A violência doméstica contra a mulher é remetida ao predomínio do espaço privado como limite para discussão.[[6]](#footnote-6)

No mesmo sentido, a idéia de privatização da violência doméstica é refletida no documento I-0, o qual traz que:

“O Estado, com suas costumeiras pretensões totalitárias, entra na vida familiar e disciplina o que é ou não permitido. De repente, pequenos atritos diários podem ser considerados crimes ou dar ensejo a indenizações por dano moral”.

Do mesmo modo a violência doméstica é privatizada, sendo a “Lei Maria da Penha” vista como invasão totalitária na vida familiar. Os crimes praticados contra a mulher no âmbito do lar são minimizados e referidos como pequenos atritos diários.

Alguns documentos analisados que compõem o grupo I, a exemplo do I-01, assumem de forma direta a hegemonia do masculino, senão vejamos:

“A pretexto de proteger a mulher, a lei considera-a como incapaz de cuidar de sua higidez mental, podendo ser ‘ferida em sua auto-estima’ por qualquer palavra ou atitude dissonante do companheiro. [...] Assim, ser punido por atos que inevitavelmente ocorrem no cotidiano de um casal significa penalizar o homem como tal e não os fatos em si. Enfim, nos dias de hoje, ser homem pode ser um crime, exceto se pertencer a alguma minoria legalmente protegida, como negros, índios, idosos, crianças, adolescentes e, em um futuro próximo, homossexuais. Nesses casos, a ‘condição moralmente inferior’ do homem pode ser ‘compensada’ pelo fato de que a lei o considera também como uma vítima!”

Os valores das relações patriarcais de Gênero são reafirmados diante da desqualificação da violência contra a mulher, chamada eufemisticamente de “atitude dissonante”, inferiorizando a mulher ao rotulá-la de incapaz e frágil por sentir sua auto-estima ferida quando vítima de violência.

Ao apresentar os atos que a Lei coíbe e pune como atos inevitáveis no cotidiano de um casal, ao lado da afirmativa de que ser homem pode ser um crime, equipara-se homem e violência, sinalizando que a violência em uma relação doméstica é algo natural, sendo a “Lei Maria da Penha” a violadora da ordem do lar.

A partir dessas premissas, durante a pesquisa foram sendo observadas algumas constatações que inicialmente não estavam em nossos objetivos. Desse modo, a partir da analise do grupo I que se manifesta pela inconstitucionalidade da “Lei Maria da Penha”, além da percepção de Gênero nos documentos e da relação público/privado, pude verificar as representações de Gênero que se constroem tendo por base a heterossexualidade como padrão de relacionamento íntimo.

Assim, outro aspecto representativo do Sujeito Constitucional, característico da dualidade do pensamento patriarcal que surge do binômio: homem/mulher, é a assunção da heterossexualidade como padrão de orientação sexual. Observamos também que a representação social da heterossexualidade como norma de comportamento é reforçada por parte do grupo I, quando, por exemplo, o citado documento I-01 destaca que ser homem pode ser crime, salvo, se homossexual, categoria adjetivada como “moralmente inferior”.

Esse padrão se repete no documento I-09 nos seguintes termos:

“Enfim! Todas as razões históricas, filosóficas e psicossociais, ao invés de nos conduzir ao equilíbrio, ao contrário vêm para culminar nesta lei absurda, que mais se assemelha a uma bomba. Aquele que ama a mentira, a dissimulação, a perfídia e a confusão, certamente está rido à toa! Porque a vingar este conjunto normativo de regras diabólicas, a família estará em perigo, como inclusive já está: desfacelada, os filhos sem regras\_ porque sem pais; o homem subjugado, sem preconceito como nós vimos não significa sem ética \_ a adoção por homossexuais e o ‘casamento’ deles, como mais um exemplo. Tudo em nome de uma igualdade cujo conceito tem sido prostituído em nome de uma sociedade igualitária”.

Como representação social do excerto citado, a vigência da “Lei Maria da Penha” à semelhança da caixa de pandora, trouxe à tona o desequilíbrio, a mentira, a dissimulação, a perfídia, a confusão e a quebra da isonomia social entre mulheres e homens, corrompendo a ética assim como o casamento e adoção por homossexuais. Como base nesta idéia, além da subjugação da mulher no espaço privado do lar, a heterossexualidade é reforçada como única forma de orientação sexual legítima.

Enfim, o estudo do campo jurídico que se manifesta pela inconstitucionalidade da “Lei Maria da Penha” constatou nessas manifestações a produção e reprodução das relações patriarcais de Gênero, construídas a partir da uma argumentação jurídica que se apresenta como neutra, imparcial, e sem qualquer relação dialógica com o campo social.

2.1.2- Resultados do Grupo que Defende a Aplicação da “Lei Maria da Penha” aos Homens.

Durante a aplicação do instrumento de pesquisa foi identificado uma fração do campo jurídico, inicialmente alocado no grupo que se manifesta pela constitucionalidade da “Lei Maria da Penha”, com a ressalva de que a mesma pode ser aplicada aos homens. Após analise qualitativa do instrumento de pesquisa percebemos que esse grupo, embora repute a Lei constitucional, traz uma estratégia jurídica que o equipara ao grupo que se manifesta inconstitucionalidade. O ponto convergente entre ambos é o entendimento que a Lei 11.340/2006 viola o princípio constitucional da igualdade.

Diante disto, o campo jurídico que foi inicialmente divido em dois grupos (manifestação de inconstitucionalidade e manifestação de constitucionalidade) foi acrescido por um intermediário (manifestação de constitucionalidade com aplicação da “Lei Maria da Penha” aos homens), demandando um novo rearranjo.

Enquanto que o grupo I que advoga a inconstitucionalidade da lei 11.340/2006 por entender que o princípio da igualdade foi violado, propõe a retirada da Lei do ordenamento jurídico, o grupo que defende a constitucionalidade desde que a Lei seja aplicada a qualquer pessoa, também parte da premissa da violação do princípio da igualdade, contudo, em lugar da retirada da Lei do sistema jurídico, apregoa a sua extensão a qualquer pessoa que sofra violência doméstica.

Embora o grupo que defende a aplicação da “Lei Maria da Penha” aos homens aponte como conclusão a constitucionalidade Lei, desde que não restrita às mulheres, sua fundamentação tem por base o argumento da inconstitucionalidade relativa, por violação ao principio constitucional da isonomia. Diante disto optamos por deslocar esses documentos do grupo que defende a constitucionalidade da Lei, alocando-o no grupo que advoga sua inconstitucionalidade.

Em consonância com o grupo I, anteriormente analisado, o grupo denominado de IR que defende a aplicação da “Lei Maria da Penha” aos homens tem por característica a não utilização da categoria analítica de Gênero, negando, em geral assimetria no exercício de poder entre mulheres e homens na sociedade.

O documento IR- 01, representativo do grupo, traz o seguinte argumento:

“A inconstitucionalidade por discriminação propiciada pela Lei Federal 11.340/06 (Lei Maria da Penha) suscita a outorga de benefício legítimo de medidas assecuratórias apenas às mulheres em situação de violência doméstica, quando o art. 5º, II, c/c art. 226, §8º, da Constituição Federal, não possibilitaria discriminação aos homens em igual situação, de modo a incidir em inconstitucionalidade relativa, em face do princípio da isonomia. Tal inconstitucionalidade, no entanto, não autoriza a conclusão de afastamento da lei do ordenamento jurídico, mas tão-somente a extensão dos seus efeitos aos discriminados que a solicitarem perante o Poder Judiciário, caso por caso, não sendo, portanto, possível a simples eliminação da norma produzida como elemento para afastar a análise do pedido de quaisquer das medidas nela previstas, porque o art. 5º, II, c/c art. 21, I e art. 226, §8º, todos da Constituição Federal, compatibilizam-se e harmonizam-se, propiciando a aplicação indistinta da lei em comento tanto para mulheres como para homens em situação de risco ou de violência decorrentes da relação familiar”.

Aqui notamos um traço característico do grupo IR, semelhante ao grupo I, que é a disposição da argumentação jurídica sem qualquer relação dialógica com o campo social, como se a “Lei Maria da Penha” fosse tão só um fenômeno jurídico, sem qualquer intervenção do e no campo social.

Interessante registrar que o excerto do documento citado, representativo do grupo IR, trata a violência que a “Lei Maria da Penha” regula, não como decorrente de um contexto social em que os papéis femininos e masculinos são delimitados pelo modelo patriarcal, mas como fruto da relação familiar, assim a Lei não é vista como uma forma de intervenção na sociedade, mas apenas na pequena célula familiar, formada pelo simples fato das pessoas viverem juntas.

Quando e excerto afirma que a Constituição não permite discriminação aos homens no tratamento jurídico da violência doméstica, evidencia o traço observado no grupo IR e pelo grupo I de perceber que a disparidade entre mulheres e homens foi criada pela “Lei Maria da Penha” e não na e pela sociedade. Neste mesmo sentido o documento IR-04:

“O tratamento desigual tampouco se justifica por não haver adequação ao princípio da razoabilidade pelo argumento de que as mulheres sofrem violência doméstica em maior quantidade. As estatísticas não tornam menos gravosa a conduta quando atinge vítima do sexo masculino, precipuamente, repita-se, porque a vítima pode ser criança ou idoso. É inequívoco, por exemplo, que homens sofrem homicídio por emprego de arma de fogo em escala muito maior do que as mulheres, mas isso, em hipótese alguma, justificaria, devido ao princípio da igualdade entre os sexos, a existência de lei estabelecendo pena menor para os casos em que a vítima fosse do sexo feminino.

[...]

Para tanto, bastaria que a Lei n. 11.340/2006 fosse alterada, trocando-se a expressão ‘violência doméstica ou familiar contra a mulher’ por ‘violência doméstica e familiar contra a pessoa’, de modo a cessar o tratamento desigual e garantir a legislação que visa coibir a violência doméstica contra qualquer integrante da família, conforme, aliás, expressamente exige o §8º do art. 226 da Constituição Federal.”

Assim, quando o grupo IR estabelece que a Lei 11.340/2006 cria o desequilíbrio nos papéis sociais de mulheres e homens, está negando a existência de qualquer assimetria social de Gênero, invisibilizando e, portando, excluindo as peculiaridades da violência contra as mulheres e a identidade feminina desenhada no e pelo modelo de sociedade patriarcal.

Desse modo, como no grupo I, anteriormente analisado, aqui é possível, na perspectiva social, identificar o movimento que SABADELL (2005:25), ao analisar os mecanismos de perpetuação do controle patriarcal, denomina de “negação da realidade”, que ocorre quando a violência doméstica é invisibilizada.

Ao estender a aplicação da “Lei Maria da Penha” aos homens, como condição de sua adequação à Carta Maior, o grupo IR passa a tratar as relações entre os membros da família de forma massificada, retirando de pauta a problemática patriarcal de Gênero introduzida pelo legislador. Com essa estratégia legal, absolve-se o patriarcalismo através da suposta neutralidade e imparcialidade do Direito que inadmite qualquer diferenciação entre as pessoas, a fim de preservar uma suposta igualdade constitucional.

Embora a violência doméstica seja aparentemente publicizada, com a possibilidade de intervenção do Poder Judiciário, essa estratégia acaba por referendar as relações patriarcais de Gênero no seio da família e da sociedade, na medida em que o grupo IR propõe a aplicação da “Lei Maria da Penha” aos homens.

Assim, a invisibilidade da violência contra a mulher e suas imbricações com o patriarcalismo acaba confinando essa espécie de violência ao âmbito privado, possibilitando que o homem continue a exercer de fato o “pátrio poder”, em detrimento da inferiorização e submissão da mulher no lar e na sociedade, diante da negação da realidade das relações patriarcais de Gênero.

A extensão da aplicação da “Lei Maria da Penha” aos homens é uma estratégia adotada pelo campo jurídico, a qual nega a realidade do campo social, referendando, em última analise a manutenção do *status quo* das relações patriarcais de Gênero.

Com base no delineamento de campo jurídico apresentado por ENGELMANN (2006), constatamos que o Direito aqui se apresenta, como neutro, conservador e pratico, assim como no grupo I que defende a inconstitucionalidade da “Lei Maria da Penha”, atuando como pólo conservador e constituindo-se como fator real de poder em prol da ordem patriarcal nas relações sociais de Gênero.

2.2- As Manifestações de Constitucionalidade da “Lei Maria da Penha”

O grupo, denominado de “C”, que analisaremos neste tópico entende que a “Lei Maria da Penha” não apresenta nenhuma macula legal devendo ser aplicada pelo campo jurídico na forma em foi promulgada. A pesquisa constatou que o grupo C tem como premissa o reconhecimento da categoria analítica de Gênero, a publicização do conflito e a percepção da Lei como meio de desequiparação legal e legitimo para promover o combate e a prevenção da violência contra a mulher no campo social.

A categoria analítica de Gênero é utilizada constantemente pelo grupo C, estabelecendo o diálogo entre o campo jurídico e campo social, ou, é percebida através do reconhecimento das assimetrias de poder no seio social entre mulheres e homens. O documento C-21 que trabalha com a constitucionalidade da Lei “Maria da Penha” traz o seguinte registro:

“A política de repressão à violência contra a mulher, efetivada pela Lei 'Maria da Penha', está intimamente ligada à necessidade de concretização do princípio constitucional de isonomia, procurando diminuir a desigualdade de condições entre homens e mulheres na busca da dignidade da pessoa humana, diante do fato público e notório da quantidade de agressões sofridas pelas mulheres na intimidade doméstica [...].

Portanto, **o** **princípio que consagra a igualdade do homem e da mulher perante a lei não poderá desprezar os aspectos históricos e sociais que envolvem cada um deles na família brasileira**. Tais aspectos apontam a notória predominância do homem na condução dos assuntos familiares, relegando-se à mulher uma posição secundária, circunstâncias essas que configuram uma ineludível desigualdade entre ambos, a refletir, de conseqüência, na exegese do aludido princípio. Assim, para se alcançar uma possível igualdade entre o homem e a mulher brasileiros na esfera familiar, conclui-se que o sentido do princípio da isonomia aproxima-se da idéia aristotélica de justiça: aos desiguais dispensa-se tratamento desigual, conforme assinalado corretamente pelo apelante.” (Grifos do Original)

Destarte, o documento mencionado sintetiza a percepção do grupo C sobre o desenho assimétrico dos papéis sociais de mulheres e homens na sociedade brasileira, denunciando a vigência de fato da hegemonia masculina na condução dos assuntos familiares, sinalizando que a realidade de assimetria de Gênero no campo social ainda não foi vencida.

A “Lei Maria da Penha” para o grupo C, então, é tida como instrumento legitimo de intervenção no campo social em favor da superação da dominação masculina. A relação dialógica entre o campo jurídico e o campo social é acentuada pela classificação da Lei 11.340/2006 como política pública de repressão à violência doméstica contra a mulher.

O documento C-19 também expõe, na mesma linha, a percepção do grupo C, senão vejamos:

“Com efeito, a alegação de que o homem estaria sendo excluído do núcleo familiar, ferindo o artigo 226, §8º, da Constituição Federal e que apenas estaria protegendo a mulher não tem respaldo, pois o mesmo diploma legal prevê que “O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, **criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações**”.

A partir, então, de tal dispositivo é que a Lei Maria da Penha foi publicada, ainda que quase vinte anos depois da promulgação da Constituição Federal. Com efeito, o artigo 226, §8º, já dispunha que seriam criados mecanismos para coibir a violência no âmbito familiar, onde a mulher é, efetivamente, a parte hipossuficiente da relação. Daí porque foi editada a Lei 11.340/06, para dar cumprimento ao dispositivo constitucional.

Diante disso, não há falar em inconstitucionalidade da Lei 11.340/2006, pois a própria Constituição Federal previu a criação de uma Lei para coibir a violência doméstica, bem como está presente na Constituição Federal a diferença entre a igualdade formal e material, a qual dá suporte à Lei 11340/2006, sem ferir o princípio da isonomia, como alegado pelo apelante.

Frise-se, que em sendo declarada a inconstitucionalidade da Lei 11340/2006, também ter-se-ia que declarar inconstitucional o Estatuto do Idoso, o Código de Defesa do Consumidor, o Estatuto da Criança e do Adolescente, pois estes também estariam ferindo o princípio da isonomia. Assim, estas Leis, bem como a Lei Maria da Penha estão voltadas às pessoas mais vulneráveis e merecedoras de especial proteção, procurando igualar quem é desigual.” (Grifos do Original).

Assim como no excerto do documento C-21, citado anteriormente, a violência familiar não é tratada de forma genérica, o recorte dado á mulher em situação de vítima desta espécie de violência, problematiza, denunciando e dando visibilidade á submissão da mulher forjada pela cultura patriarcal.

Nos documentos citados, representativos do grupo C, a intimidade doméstica é tida como o espaço privilegiado de ocorrência da violência contra a mulher, o que aliado à nota de que a “Lei Maria da Penha” faz parte de uma política de repressão, conduz a celeuma do privado ao público.

Na medida em que há assunção pelo grupo C de que é: “*fato público e notório a quantidade de agressões sofridas pelas mulheres na intimidade doméstica*” e que“*a mulher é, efetivamente, a parte hipossuficiente da relação*”, a ato de agressão contra a mulher na esfera intrafamiliar é reconhecida como oriunda da desigualdade material entre homens e mulheres, sendo o lar e a relação íntima apenas o *locus* de acontecimento, afastando com ênfase a privatização desta espécie de violência.

Embora PIERROT[[7]](#footnote-7) (1997) destaque que a divisão entre público e privado tenha tomado evidência no século XIX, ARENDET (2008) acentua que no século XX os planos público e privado, mesclam-se, neste ínterim que o movimento feminista[[8]](#footnote-8) teve grande contribuição na dissolução da barreira entre essas duas esferas, sobretudo com a reivindicação de visibilidade da violência doméstica.

A partir daí, observamos que o grupo C ao reconhecer a constitucionalidade da “Lei Maria da Penha”, legitima a pauta do movimento feminista de dar à violência intrafamiliar contra a mulher uma conotação política. Esse argumento é utilizado pelo grupo C como sustentáculo do posicionamento da adequação da Lei 11.340/2006 à Carta Maior, denotando a superação do dualismo patriarcal apontado por WILSHIRE (1997) e BOURDIEU (2007): publico/privado e masculino/feminino.

A superação do dualismo que caracteriza as relações de Gênero na sociedade patriarcal, equivale ao rompimento com esse padrão, ao qual o campo jurídico tem sua legitimidade de atuação resguardada. Senão vejamos o documento C-01:

[...] Diante dessa realidade, é patente a necessidade de adoção de medidas afirmativas em defesa das mulheres, a fim de corrigir a distorção social existente na sociedade brasileira, ainda patriarcal, uma vez que o número de mulheres vítimas de violência doméstica ou familiar, não obstante a falta de dados comparativos,é notoriamente superior ao dos homens.

Como sabido, não basta afirmar a igualdade formal, ignorando as disparidades sociais existentes, visto que militaria contra a concretização da desejada igualdade material, negando-se, assim, o objetivo a que a Carta Política buscou atingir.

Com efeito, a distinção de tratamento revela-se, assim, plenamente justificada, tendo em conta **situação social** a que continuam sujeitas as mulheres, inexistindo, portanto, afronta ao princípio da igualdade.

É indubitável que, não obstante a igualdade substancial entre homens e mulheres (essência humana), remanesce a disparidade social (....) (Grifos do original).

A superação do dualismo público/privado e a relação dialógica entre campo jurídico e campo social, passa pelo reconhecimento do grupo C do caráter histórico e cultural das relações patriarcais de Gênero. Desse modo, as assimetrias sociais entre mulheres e homens estão no plano da contingencialidade, do transitório e do dinâmico.

O trecho citado é representativo do grupo C, evidenciando a legitimidade do campo jurídico em atuar de modo a interferir no campo social e, portanto, nos rumos da história no que toca às relações de Gênero. Destarte, a partir da categoria de ENGELMANN (2006), conforme dito anteriormente, o campo jurídico é constituído de dois pólos concorrentes[[9]](#footnote-9), sendo que o grupo C ao defender a constitucionalidade da “Lei Maria da Penha” é classificado como pólo diversificado pelas seguintes características: politizado e critico, em oposição ao pólo conservador.

1. CONSIDERAÇÕES FINAIS

ENGELMANN (2006) destaca que o campo jurídico divide-se em dois pólos, um tradicional e outro diversificado, os quais a pesquisa identificou de um lado o grupo I e o grupo IR, que defendem a inconstitucionalidade da “Lei Maria da Penha” e, de outro, o grupo C que advoga a adequação da Lei à Carta Maior.

Contudo, como assevera o citado autor, “*essa grande oposição significa apenas um ponto de partida para a apreensão de lógicas mais complexas que definem as oposições e alinhamento no interior desse espaço*” ENGELMANN (2006). Dessa forma, os dois pólos encontrados na presente pesquisa representam a luta simbólica de Gênero travada no espaço do campo jurídico, em que se digladiam duas forças: uma no sentindo de manutenção do *status quo* das relações patriarcais de Gênero e outra no sentido de superação dessas estruturas.

A pesquisa constatou ainda que os dois pólos representam fatores reais de poder no campo jurídico, uma vez que tanto uma tese como outra tem amparo da academia e da prática jurídica. Contudo, vem predominando no campo jurídico a tese da constitucionalidade da Lei 11.340/2006, o que demonstra que o campo jurídico vem rompendo com a exclusão social da mulher, através da abertura à modificação das relações patriarcais de Gênero.

Dos cento e dois documentos analisados, setenta pertencem ao grupo C que tem a “Lei Maria da Penha” como constitucional e trinta e dois ao grupo I que advoga a inconstitucionalidade da mesma, sendo que desses, dezessete defendem a retirada da Lei 11.340/2006 do ordenamento jurídico por ofensa à Carta Maior e quinze sustentam a tese da extensão da mesma aos homens.

A aplicação do instrumento de pesquisa, através das questões dois e três, trouxe a informação que os cento e dois documentos analisados[[10]](#footnote-10), representam a manifestação de pensamento de cento e trinta e oito pessoas, das quais noventa e três são homens e quarenta e cinco são mulheres. Assim, observou-se que cinqüenta e um homens e trinta mulheres defendem a constitucionalidade da “Lei Maria da Penha”, enquanto, os que advogam relatando que a mesma viola o princípio constitucional da igualdade, trinta e dois são homens e quinze são mulheres. Dentre esse último grupo, vinte homens e nove mulheres se posicionam pela retirada da Lei 11.340/2006 da ordem jurídica e doze homens e seis mulheres defendem a extensão de sua aplicação aos homens.

O maior número de homens nos grupos sinaliza o predomínio deles no campo jurídico, que é representado historicamente como um espaço público de poder, masculino por excelência. Destarte, através da própria estrutura do Poder Judiciário, enquanto fração do campo jurídico, é possível perceber as expressões simbólicas de Gênero vigentes no campo social em determinada época.

Então,a fim de interpretar os dados coletados a partir do instrumento de pesquisa aplicado às manifestações jurídicas sobre a constitucionalidade da “Lei Maria da Penha”, pesquisamos[[11]](#footnote-11) a composição das instâncias dos Superiores Tribunais, como cúpula do Judiciário, constatando que no Superior Tribunal de Justiça (STJ), no total de trinta membros, apenas cinco (cinco) são mulheres, enquanto vinte e cinco são homens[[12]](#footnote-12). Já no Supremo Tribunal Federal (STF), instância máxima do Poder Judiciário, conta com onze membros, sendo apenas duas mulheres[[13]](#footnote-13) e nove homens [[14]](#footnote-14).

Essas informações sinalizam que o campo jurídico ainda é um espaço predominantemente masculino, contudo, apontam também para a mudança desse paradigma, com o rompimento da barreira sexista através da entrada de mulheres em postos privilegiados do campo, como os Supremos Tribunais.

O diálogo entre as constatações da pesquisa, de que o campo jurídico tende a atuar como identidade de resistência frente às questões de Gênero, e que o mesmo, apesar da mudança de sua formação, ainda é um espaço de homens, leva à conclusão de que embora o campo jurídico seja predominantemente masculino, não é necessariamente reprodutor das relações patriarcais de Gênero.

A participação de mulheres e homens nos grupos que defendem a constitucionalidade e a inconstitucionalidade da “Lei Maria da Penha”, aponta no sentido de que tanto a superação das relações patriarcais de Gênero, como a manutenção da dominação masculina transcendem a barreira sexista. Não se pode relacionar a identidade legitimadora do patriarcado com homem, nem a identidade de resistência e de projeto nas questões de Gênero com a mulher[[15]](#footnote-15).

A observação de dois pólos divergentes no campo jurídico só foi possível a partir da superação do modelo de história linear, em que os fatos históricos e, portanto, sociais, são percebidos em blocos. Ao contrário, foi utilizado para a leitura dos dados coletados pelo instrumento de pesquisa aplicado às manifestações jurídicas sobre o debate de constitucionalidade da “Lei Maria da Penha”, a temporalidade múltipla, que possibilita a interpretação da história, através do reconhecimento de coexistência dos fatos sociais.

Assim, o campo jurídico reflete dois pólos, um tradicional e outro diversificado, representando o entrecruzamento de dois modelos de relação de Gênero, um que preserva os valores patriarcais e outro que visa superá-lo, prevalecendo este último no campo jurídico, o que favorece o reconhecimento da mulher enquanto sujeito de direitos em igualdade com o homem.

**REFERÊNCIAS**

ADRIÃO, Karla Galvão *et* TONELI, Maria Juracy Figueiras. **Sexualidades Masculinas: Perspectivas Teórico- Metodológica.** *In* MovimentosSociais, Educação e Sexualidades. Miriam Grossi Pilar *et al* (orgs.) Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

ALMEIDA, Miguel Vale de, PISCITELLI, Adriana *et* CORRÊA, Maria. “**Flores do Colonialismo” Masculinidades Numa Perspectiva Antropológica.** *In* Cadernos Pagu. Trajetórias do gênero, masculinidades... São Paulo: PAGU, 1998.

ARENDT, Hanna. **As Esferas Públicas e Privada.** *In* A Condição Humana. São Paulo: Forense, 2008.

AZEVEDO, Robrigo Ghiringhelli *et* CELMER, Elisa Girotti. **Violência de Gênero, Produção Legislativa e Discurso Punitivo – Uma Análise da Lei n. 1140/2006.** Boletim IBCCRIM. Ano 14 – n.170 – Janeiro, 2007.

BENEDITTI, Marcos. **Toda Feita: o Corpo e o Gênero das Travestis**.Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos.** Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina.**  Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **O Poder Simbólico.** 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CAMPOS, Carmem Hein de. **Juizados Especiais Criminais e seu Déficit Teórico.** Rev. Estud. Fem. vol.11 no.1 Florianópolis Jan./June 2003**.**

CARVALHO, Hamilton Bueno de. **Teoria e Prática do Direito Alternativo.** Porto Alegre: síntese, 1998.

CASTELLS, Manuel. **Paraísos Comunais e Significado da Sociedade em Rede**. *In: \_\_\_\_.* O Poder da Identidade. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_\_\_\_\_. **O Fim do Patriarcalismo: Movimentos Sociais, Família e Sexualidade na Era da Informação.** *In: \_\_\_\_.* O Poder da Identidade. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

COLLING, Ana. **A Construção Histórica do Masculino e do Feminino.** *In:* Strey, Marlene Neves; Lisboa, Sonia T. (orgs.).Gênero e Cultura: questões contemporâneas.. Porto Alegre: Edipucrs, 2004.

COLOMBO, Sylvia. **"Superioridade Americana é Fenômeno Temporário", diz Eric Hobsbawm.** Disponível em http://www1.folha.uol.com.br/folha, em 03 OUT. 2007.

COUTO, Cláudio Gonçalves. **Constituição, Competição e Políticas Públicas.** Lua Nova  no.65  São Paulo May/Aug. 2005.

CUNHA, Tânia Rocha Andrade. **O Preço do Silêncio: Mulheres Ricas Também Sofrem Violência.** Bahia: edições UESB, 2007.

DIAS, Maria Berenice. **A Lei Maria da Penha na justiça: A Efetividade da Lei 11.340/2006 de Combate à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher.** São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 2007.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Teoria e Método dos Estudos Feministas: Perspectiva Histórica e Hermenêutica do Cotidiano**.*In:* COSTA, Albertina de Oliveira *et* al. (Orgs.) Uma Questão de Gênero. São Paulo: Rosa dos Tempos, 1991.

ENGELMANN, Fabiano. **Sociologia do Campo Jurídico: Juristas e Usos do Direito.** Porto Alegre:sérgio antônio fabris, 2006.

FONSECA, Dirce Mendes; CIARALLO, Gilson *et* CRUZ, Tânia Cristina*.* **Epistemologia do Campo Jurídico: Reflexões Acerca do Papel da Pesquisa Jurídica.** Disponível em: www.conpedi.org/manaus , em 08 JAN. 2009.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade: A Vontade de Saber.** São Paulo:graal, 2007.

FREITAS, Silvana. **Para Juiz, Proteção à Mulher é ‘Diabólica’.** JornalFolha de São Paulo, Cotidiano 2, C13, 21 de outubro de 2007.

FUENTES, Susset. **Homosexualidad y Género. El Arcoiris que se Esconde Detrás del Arcoiris: sobre emancipaciones y ataduras a las construcciones de género.** Disponível em: www.flacso.uh.cu/sitio\_revista/num1/articulos/art\_SFuentes,em 06 de Jun. de 2008.

GROSNER, Marina Quezado. **A Seletividade do Sistema Penal na Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça: o trancamento da criminalização secundária por decisões em *habeas corpus.*** 1ª ed. São Paulo: IBCCRIM: 2008.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade.** 11ª ed. Rio de Janeiro:DP&A, 2006.

HERKENHOFF, João Batista. **Para Onde Vai o Direito? Reflexões Sobre o Papel do Direito e da Justiça.** Porto Alegre: livraria de advogado:1996.

HILLMAN, James. **O Mito da Análise: Três Ensaios de Psicologia Arquetípica.** Rio de Janeiro: Paz e Terra:1984.

HUNGRIA, Nélson. **Comentários ao Código Penal.** 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1977.

IZUMINO, Wânia Pisanato. **Justiça e Violência contra a Mulher:** o papel do sistema judiciário na solução dos conflitos de gênero.São Paulo: Annablume. FAPESP, 2004.

\_\_\_\_\_\_. **Pesquisa Social da Justiça Criminal**. Curso realizado pelo Instituto Brasileiro de Ciências Criminais -IBCCRIM, no período de agosto a dezembro de 2007.

KARAM, Maria Lúcia. **Violência de Gênero: O Paradoxal Entusiasmo pelo Rigor Penal.** Boletim IBCCRIM - Ano 14- n.168- Novembro – 2006.

KETTENMANN, André. **Frida Kahlo. 1907-1954. Dor e Paixão.** México:Taschen, 2006.

LASSALE, Ferdinand. **O Que é Uma Constituição?** São Paulo: russell, 2005.

MAGALHÃES, Acelí de Assis. **História de Mulheres: Considerações Sobre Privação e a Privacidade na História das Mulheres.** São Paulo: Altana, 2001. (Coleção Identidades).

MATOS, Maria Izilda S. de. **Por uma História da Mulher.** São Paulo: Edusc, 2000.

MARTINS, Carlos José. **Foucault: Sexo e Verdade. O confronto Político e Torno da Vida.** *In* Mente, Cérebro e Filosofia. São Paulo: Dueto, 2007.

MELLO, Celso Antônio Bandeira. **Conteúdo Jurídico do Princípio da Igualdade.** São Paulo: Malheiros, 2007.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional.** São Paulo: Atlas, 2001.

MONDIN, Battista. **Definição Filosófica da Pessoa Humana**. São Paulo: EDUSC,1995.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. **Pós- Modernismo, Marxismo e Feminismo**. *In* Margem Esquerda**.** Ensaios Marxistas 2. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004**.**

MORENO, Monserrat. **Como se Ensina a Ser Menina: Sexismo na Escola.** São Paulo: moderna, 2003.

NUBLAT, Johanna. **'Fui mal interpretado', diz juiz que ligou mulher à desgraça.** Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano, em 20 de NOV. 2007.

PEREIRA, Verbena Laranjeira. **Gênero: Dilemas de um Conceito.** *In:* Strey, Marlene Neves*;* Lisboa, Sonia T. (orgs.). Gênero e Cultura: questões contemporâneas. Porto Alegre: Edipucrs, 2004.

PIOVESAN, Flávia; PIMENTEL, Silvia. **Lei Maria da Penha: Inconstitucional Não é a Lei, Mas a Ausência Dela.** Disponível em: <http://www.spmulheres.gov.br>, Acesso em 23 NOV 2007.

QUEZADA, Freddy. **Identidad****Transexual.** Disponível em: http://www.clacso.org.ar/biblioteca, em 06 de Jun. de 2008.

RUBIN, Gayle. **O Tráfico de Mulheres: Notas Sobre a ‘Economia Política’ do Sexo.** Trad. DALBAT, Cristine Rufino. ROCA, Edleuza *et* CORREIA*,* Sônia*.* Recife: SOS corpo,1993.

SAFIOTTI, Heleieth I. B. **Gênero, Patriarcado, violência.** São Paulo:Fundação Perseu Abramo, 2007.

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.** **Violência Contra a Mulher e Violência Doméstica.** *In* Gênero Democracia e Sociedade Brasileira. BRUSCHINI, Cristina *et* UNBEHAUM, Sandra (orgs.). São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **A Ciência e o Bem-estar Humano: Para Uma Nova Maneira de Estruturar a Actividade Científica.** *In* Conhecimento Prudente para uma Vida Decente. Um Discurso Sobre as Ciências Revisitado**.** São Paulo: Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **A Crítica da Razão Indolente: Contra o Desperdício da Experiência.** São Paulo: cortez, 2000.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero Uma Categoria Útil Para Análise Histórica.** Educação e Realidade. Porto Alegre: v.16, n.02, JUL/DEZ, 1990.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo.** 29ª ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

SILVA, Luciana Santos. **Aspectos Jurídicos da “Lei Maria da Penha” na Prevenção e Combate à Violência Contra a Mulher.** *In* CD-ROM I Seminário Nacional de Gênero e Práticas Culturais – Desafios históricos e saberes indisciplinares. Centro de Educação/UFPB, Editora Universitária UFPB, João Pessoa-PB, 2007.

SILVA, De Plácido. **Vocabulário Jurídico.** Rio de Janeiro: forense, 2000.

SILVEIRA, Renato Jorge de Mello. **Tipificação Criminal da Violência de Gênero: Paternalismo Legal ou Moralismo Penal?** Boletim IBCCRIM – Ano 14 – n.166 – Setembro – 2006.

SÖHNGEN, Clarice Costa. **Nova Retórica e Argumentação: a razão prática para uma racionalidade argumentativa de Perelman.** Disponível em: <http://www.stj.gov.br/bibiotecavirtual/texto>, Acesso em 25 NOV 2007.

VASCONCELLOS, Jorge. **Gilles Deleuze: Uma Filosofia da Diferença.** *In* Mente, Cérebro e Filosofia. São Paulo: Dueto, 2007.

WILSHIRE, Donna. **Os Usos do Mito, da Imagem e do Corpo da Mulher na Re-Imaginação do Conhecimento.** *In:* JAGGAR, Alison M.; BORDO, Sussan R. (Orgs.). GÊNERO, CORPO, CONHECIMENTO. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

YEANDLE, Susan**. *Mujeres, Feminismo y Método****. In:* YEANDLE, Susan; *DARKE, Jane Chris* Booth. *LA VIDA DE LAS MUJERES EN LAS CIUDADES.* *LA CIUDAD, UN ESPACIO PARA EL CAMBIO.* Madri: Narcea S.A. De Ediciones, 1998.

BRASIL**. Constituição Federal - Código Penal – Código de Processo Penal**. Org. Luiz Flávio Gomes. 7a ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

BRASIL. **Lei 11.340 de7 de agosto de 2007.** Brasília:Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres.

**NORMA TÉCNICA PARA O CENTRO DE REFERÊNCIA DE DA MULHER.** Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres. Aparecida Gonçalves (coord.). Brasília: Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres, 2006.

**Sites:**

**www.stf.jus.br**

**www.stj.jus.br**

**ANEXO 1**

**INSTRUMENTO DE PESQUISA Nº:**

1. Especificação da Fonte:

( ) Artigo ( )Sentença ( ) Acórdão ( ) Outro, qual: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

1. Quantidade de Autores do Documento, especificar: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_
2. Sexo dos Autores:

( ) H, especificar quantidade \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

( ) M, especificar quantidade\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

1. Estado da Federação de Origem da Fonte:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_
2. Posicionamento sobre a Lei “Maria da Penha”:

( ) Constitucional. ( ) Inconstitucional

1. Em caso de mais de um autor do documento especifique:
2. Quantidade de homens que afirmam a lei inconstitucional:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_
3. Quantidade de homens que afirmam a lei constitucional:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_
4. Quantidade de mulheres que afirmam a lei inconstitucional\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_
5. Quantidade de mulheres que afirmam a lei constitucional\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_
6. O documento cita de forma expressa a categoria analítica Gênero?

( ) Sim ( ) Não

8- O documento reconhece de qualquer modo a assimetria de poder entre homens e mulheres? ( ) Sim ( ) Não

9- Em caso de afirmação à resposta anterior, quais os quesitos apresentam a fundamentação da assimetria, razões de natureza:

( ) biológica

( ) religiosa

( ) cultural ou social

( ) outra, especificar \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

10-Transcrever o excerto do texto que fundamenta as respostas acima:

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

11- O documento apresenta como espaço de superação da violência doméstica:

( ) Privado ( ) Público

( ) Outra resposta, especificar: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

12-Transcrever o excerto do texto que fundamenta a resposta acima: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

13- Transcrever o excerto do texto que fundamenta a resposta do quesito 04:

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

|  |  |
| --- | --- |
| Nome Mirem-se no exemplo daquelas mulheres... chinesas!  (Representações sociais, alteridade e gênero) | **A 002**  **Premiada** |
| Autora/o João Gilberto da Silva Carvalho |
| Orientadora/o Angela Arruda |
| IES: Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ |
| Cidade/Estado:Rio de Janeiro |
| Outras Informações: Mestre e Estudante de Doutorado  Programa de Pós-Graduação em Psicologia |

**1. Introdução**

As sociedades em que as mulheres são subordinadas aos homens são chamadas de patriarcais. O patriarcado existe como forma de dominação familiar, no qual a hegemonia é masculina e “tem duas dimensões intrínsecas básicas: a dominação do pai a dominação do marido, nessa ordem” (Therborn, 2006, p. 29). Mas a desigualdade entre gêneros está ligada ao sistema social num sentido amplo. O patriarcado atravessa o tempo e se ajusta ao espaço, o que explica sua permanência, não obstante as variações contextuais na condição feminina. Um bom exemplo para ilustrar o contraditório imaginário ocidental acerca das mulheres é o estudo clássico de Junito Brandão (1989) sobre o mito de Helena.

Mirem-se no exemplo daquelas mulheres de Atenas  
Vivem pros seu maridos, orgulho e raça de Atenas  
 (Chico Buarque – Mulheres de Atenas)

O arquétipo da Grande Mãe minóica – ou a deusa da vegetação espartana – transformou-se na mera traidora dos tempos pós-homéricos. Assim, na Guerra do Peloponeso, a imagem de Helena oscilou de acordo com os contendores, Esparta e Atenas; a degradação do mito expressa não só a hegemonia masculina e a predominância do poder patrilinear, como as transformações sociais e históricas da própria Grécia antiga. A Grande Mãe é incorporada como sombra e pesadelo dos ideais masculinos característicos da ocidentalidade.

A origem do patriarcado é estabelecida pela consciência da paternidade e a conseqüente proibição do incesto, marco da civilização para a escola de Durkheim (Horkheimer & Adorno, 1973, p. 135). As sociedades machistas em geral são caracterizadas pela repetição de estruturas presentes nos mitos: “[...] a problemática sombria dos arquétipos do masculino, a constante competição, característica da cultura machista, a incapacidade de criatividade e originalidade” (Boechat, p. 1995, p.33). A antropologia do século XIX criou a hipótese dos três estágios do desenvolvimento da instituição familiar: promiscuidade, matriarcado e patriarcado. Com base em Morgan e Bachofen, e na esteira do evolucionismo predominante em sua época, Engels (1978, p.51) afirma que entre “todos os selvagens e em todas as tribos que se encontram nas fases inferior, média e até (em parte) superior da barbárie, a mulher não só é livre, como também, muito considerada”. O mito de que sociedades matriarcais eram isentas de conflitos permeia igualmente o discurso daqueles que defendem as vantagens de um mundo governado por mulheres. Mas o século XIX também é o período áureo das idéias evolucionistas, segundo as quais existe apenas um desenvolvimento possível para as sociedades, numa escala que vai do bárbaro ao civilizado. Paradoxalmente,

tudo que a civilização produz é também dúbio, ambíguo, equívoco, contraditório: de um lado o heterismo, incluída sua forma extrema, a prostituição. O heterismo é uma instituição social como outra qualquer, e mantém a antiga liberdade sexual... em proveito dos homens (Engels, ibid. p. 72).

Então, o que se admite como princípios ou conceitos de natureza universal são projeções ou afirmações da identidade Ocidental. O eurocentrismo é a marca registrada da modernidade, esse conceito que parece expressar tudo e não dizer nada. É possível equiparar civilização, ocidentalidade, modernidade e Europa, pois Ocidente não significa apenas um espaço geográfico, mas corresponde principalmente a uma geografia imaginária (Said, 2007) – um espaço geopolítico, portanto. E civilização, nas palavras de Domingues (2003, p.237), “é uma palavra grande e dura, da qual o Ocidente em geral gostava demais, sobretudo de modo a afirmar sua hegemonia ideológica”.

A modernidade expressa um conjunto de transformações que tem início, não obstante a controvérsia quanto aos marcos, entre os séculos XV-XVI. Moderno em termos literais é o que não é antigo, o que é transformado pelo tempo, um passo adiante. Novo é o humanismo renascentista, a acumulação primitiva, a escalada da ciência – sem falar de um Novo Mundo, base para a consolidação da hegemonia européia. Por outro lado, tantas novidades convivem com os pesadelos medievais: “Não apenas o homem é mau, mas sua inteligência também, a despeito de certas aparências, é afinal impotente. Esta segunda afirmação, tão extremista quanto a primeira, foi proferida ela também, em plena Renascença” (Delumeau, 2003, I, p.273). Deus pode ter sido expulso do laboratório (Latour, 1997) e do paraíso reinventado pelo homem (Rodrigues, 2000), mas está presente nos navios das descobertas e conquistas, nos sermões dominicais e nas alcovas. A mulher é a responsável pelo pecado do qual todos nós somos filhos e o “casamento é ´perigoso´ porque a mulher, mesmo casada, é perversa” (Delumeau, ibid., II, p. 202). Assim,

A atração pelo macabro, o sentimento de que o mundo é frágil foram vivenciados por uma parte ampla da elite e marcaram profundamente a cultura da época. No centro dessa melancolia, descobre-se a amarga certeza de que o homem é um grande pecador (Delumeau, 2003, I, p. 357).

A engenharia simbólica característica da modernidade implica na criação de termos (mandarim, fetiche, por exemplo) e áreas especializadas de conhecimento: “O movimento do saber irá, a partir de agora, do exterior para o interior, ao passo que o novo olhar se constitui e entrega um corpo finalmente dessacralizado a uma observação externa” (Diehl, 2004, p.266). Interessante contrapor o movimento de dessacralização do corpo num mundo que se cria no laboratório (Foucault, 1980; Latour, 1997) e a permanência de estruturas religiosas medievais (Delumeau, 2003).

Em relação à questão de gênero, a modernidade se reveste de importância, pois cria e consolida os dispositivos de controle dos papéis definidos pela sociedade, chamados tradicionalmente de “moral burguesa”. A modernidade, portanto, criou dentro do patriarcado modalidades de subordinação feminina consoante à lógica geral do sistema – da fábrica à rainha do lar, portanto, os papéis femininos são estabelecidos por um conjunto de representações sociais que se articulam ao sistema moral, científico e biológico e o naturalizam. Portanto, a representação masculina está associada ao conservadorismo do sistema que lhe sustentava.

Ao analisar as instituições da ordem pós-tradicional (pós-modernidade), Nolasco (2001) afirma que o deslocamento da noção de tempo e espaço, bem como a impessoalidade, são marcas registradas da subjetividade moderna, ancorada sob um referencial individualista. Em obra anterior, a propósito, o autor destaca:

A emancipação do indivíduo na ordem político-social, essa conquista da modernidade do final do século XVIII e das primeiras décadas do século XIX, emparelhava-se com a afirmação confiante e orgulhosa da individualidade nos domínios da ética e da estética (Nolasco, 1995, p.16).

Parafraseando o título de sua obra – de Tarzan a Homer Simpson – isto é, da modernidade à pós-modernidade, muita coisa mudou. A mulher continua a rainha nos lares da periferia, mas há estratos da sociedade em que as “novidades” desafiam os pensadores da questão de gênero. O garboso Tarzan se transforma no ridículo e politicamente incorreto Homer. Enquanto os processos de controle social inaugurados pela modernidade estão cada vez mais sofisticados, o número de variáveis a controlar parece fora de controle. A ciência “amolece” e se ramifica em possibilidades e combinações surpreendentes, a despeito da luta contra os ritos e fetiches (Latour, 2002) das academias.

A emergência da cultura subalterna é outro dado da pós-modernidade. O esfacelamento do Estado-Nação dá voz ao outro, ao bárbaro, àquele que foi excluído por conta de sua cultura exótica – exótica aos olhos dos ocidentais europeus, diga-se. E não se trata de uma concessão ou de um salto qualitativo interno, produzido tão somente por reflexões intelectuais. A presença dos orientais é um fato. Na economia, nas prateleiras das livrarias, nos cinemas, enfim, o “outro” está na moda. Entretanto, os parâmetros tradicionais de desenvolvimento e hegemonia social continuam vigentes. O que torna possível um adendo às reflexões de Latour (1997): (se) “jamais fomos modernos”, não seremos pós-modernos. “A noção de um masculino definido como ação e centro de um sistema de relações (patriarcado) está hoje à mercê de processos de transformações sociais cujos critérios são tecnológicos e não somente humanistas-liberais” (Nolasco, 1995, p.27). O que significa dizer que Tarzan pode ter sido reduzido a Homer Simpson, mas os dispositivos de repressão e poder (Foucault, 1980) continuam ativos, mesmo que às avessas. As mulheres trabalham em postos de gasolina, tornam-se comentaristas de futebol e recolhem lixo. Nada demais, afinal as mulheres sempre trabalharam muito no campo, até o dia em que foram transformadas pela cultura em criaturas frágeis à mercê de seus cavalheiros. Não seriam heroínas e sim mocinhas que no cinema tropeçavam ou eram sempre capturadas no momento da fuga. Agora é o tempo de Lara Croft, das mulheres tão poderosas quanto impiedosas; da gata à loba os papéis mudaram visivelmente, mas as conseqüências sociais estão muito longe da euforia dos livros que celebram a emergência feminina. As formas de subordinação ou emancipação da mulher estão associadas a formações sociais complexas, o que pode significar um grau de relativização de suas conquistas e mesmo de perdas. Será que a contrapartida à emancipação feminina é sua masculinização? Talvez seja possível enxergar um pouco mais a partir do atrito, da reflexão sobre os processos análogos em outros povos – os excluídos que a pós-modernidade trouxe à tona (Mignolo, 2003). Não como na busca de maravilhas que conduziu o olhar “ingênuo” do navegante ou pelas mãos de uma ciência que tão somente referendava os preconceitos sociais. Então, aproveitando os novos ares, de quebra de paradigmas, e já que nossa busca é pela compreensão da alteridade, talvez seja possível realizar uma *inversãoconsciente*. Miremos, pois, não mais as mulheres de Atenas, mas as mulheres da China.

**2. Objetivos**

A intenção do presente artigo é ousada: refletir sobre a questão de gênero a partir do olhar construído historicamente em torno da mulher chinesa. Objetivamente, significa analisar o imaginário que emerge de um *corpus* literário e filosófico: a imagem de mulher chinesa criada por representações que circulam no Ocidente e se consolidaram nas demandas cotidianas. O pressuposto básico é de que seja possível confrontar não apenas o que se fala sobre chinesas, mas também se apoiar em textos de autores chineses, nos quais um perfil, ou melhor, uma imagem pode ser delineada. Há outros objetivos específicos em termos da estrutura do artigo. Refletir sobre a modernidade ocidental e a criação de imaginários que permeiam as representações sociais é certamente um deles, bem como o trabalho de desconstrução que temos diante de nossos olhos em que as certezas e as verdades se tornaram apenas expressões de alteridade social. Pretendemos articular teoria e domínios das ciências sociais e assim contribuir para o alargamento de campo e aplicação das representações sociais enquanto modalidade de psicologia social.

A identidade, essa certeza de que pertencemos a um determinado grupo ou comunidade, afirma-se no contato com aqueles em quem percebemos a diferença, o outro. Um bom exemplo é o turista, aquela figura excêntrica que de imediato é percebido como alguém de fora, um forasteiro. No passado distante os navegantes experimentaram o *maravilhamento* face à exuberância do Novo Mundo e registraram seu encantamento ou aversão em epístolas e crônicas, isto é, num tipo específico de literatura que até hoje recebe a atenção de estudiosos de diversos segmentos (Greenblatt, 1996). A curiosidade nos incita a conhecer e a conseqüência pode ser a perplexidade inicial, seguida por identificação ou aversão ao outro.

A contrapartida da identidade, a alteridade, é fonte de grande parte dos conflitos entre as sociedades. O reconhecimento das diferenças nasce de uma marca ontológica fundamental em que se opõem sujeitos e objetos. Vigotski (2000) procurou mostrar em obra clássica como a presença do outro acarreta no indivíduo a interiorização da fala exterior. A subjetividade emerge, portanto, da relação com o outro, mesmo que numa condição infernal, parafraseando Sartre – e condição básica da existência social. O outro é tudo aquilo que agride, interessa, deseja, odeia, ama – o outro é a própria sociedade e suas representações simbólicas. Giddens (1991), ao analisar as conseqüências da modernidade, relaciona os processos geradores de confiança na infância e a busca de confiança na sociedade: se o outro é de início a mãe, cuja relação de presença e ausência é fundamental à segurança ontológica, desdobra-se nos muitos outros balizadores da vida social, sejam eles peritos ou instituições. Segurança e risco são categorias básicas presentes na análise do sociólogo que conclui: a modernidade tardia (pós-modernidade) tem acentuado a sensação de risco.

Se a modernidade foi o tempo da exclusão, da supressão e aniquilamento do outro, seja pela invasão física e simbólica de povos considerados atrasados e selvagens, a pós-modernidade incita e implica na incorporação do outro, o excluído – daqueles que nunca tiveram voz ou se tornaram invisíveis em sua própria sociedade (Mignolo, 2003). A emergência da mulher e a questão de gênero têm como base um contexto histórico caracterizado pela mudança de valores. A minoria, o exótico e o alternativo estão na moda. Mas como nos mostra Bruno Latour (1997) o discurso da modernidade é ardiloso, criticá-lo muitas vezes significa repeti-lo. A “reabilitação” de um oriente exótico e sábio ou a suposta emergência feminina pode significar a consolidação de estigmas e a manutenção de processos de dominação sob novas rubricas. Conhecer o “outro” é uma oportunidade e um exercício de autoconhecimento, o que nos remete à sabedoria de Laozi, o pensador taoísta: “Quem conhece os outros é inteligente. Quem conhece a si mesmo é sábio” (1978, p. 69).

**3. Metodologia**

A utilização de elementos da teoria das representações sociais (Moscovici, 2003), articulada aos conceitos de imaginário (Banchs, 2007; Mignolo, 2003) e orientalismo (Said, 2007) formaram os parâmetros de nossas análises. Do ponto de vista metodológico é uma busca de vestígios, pistas – não exatamente como no *paradigma indiciário* de Ginzburg (2007), pois essa “mulher chinesa” simplesmente não existe, materializa-se como construção discursiva, de uma intenção criativa e um desejo de compreensão. É a mulher que queremos ver e admiramos por aquilo que desejamos. O suporte desta representação é o que Edward Said (2007) chama de *orientalismo*, um conjunto de informações e preconceitos construídos ao longo dos séculos, a contrapartida cultural e sofisticada da política colonial. A imagem é construída e reiterada em romances, contos, documentários, conceitos filosóficos, comentários de jornalistas, *blogueiros* e visitantes em geral – sobre chineses ou de chineses, dirigidos ao leitor ocidental e facilmente encontrados nos meios de comunicação que circulam no Ocidente. Mas não se trata de uma invenção pura e simples, de uma criação arbitrária. Sem nunca termos visto um chinês, há idéias e informações a seu respeito. Portanto, sob uma base de contatos reais foram construídos símbolos para caracterizá-lo; representações forjadas ao longo do tempo a partir desta massa de informações. É um repertório que empresta sentido à sua “insólita” cultura – ou ainda, a possibilidade de com eles lidarmos quando necessário, nos momentos em que o contato existe, face a face. Trata-se de um chinês imaginado, mas não inventado.

As representações sociais sobre chineses são erguidas sob o princípio da alteridade e tendo como base um imaginário construído historicamente. Mas é possível decompor este imaginário amplo em seus elementos básicos – e nos interessou a mulher chinesa. A imagem que emerge deste amálgama de informações é contraditória, como pode ser percebida na análise de discurso aqui empreendida. O consenso (Moscovici & Doise, 1991) obtido ao longo de anos se choca com as demandas da realidade: o tempo faz e o tempo leva as criações imaginárias. O século XIX consolidou o “orientalismo”, enquanto o século XX o transformou em etnocentrismo, racismo ou, no mínimo, alteridade. Em termos sociais é um trabalho lento, pois a representação só se torna social a partir do instante em que é requisitada e atualizada nos espaços públicos. O que significa dizer que ao pensarmos no chinês ainda utilizamos as mesmas categorias de pensamento tradicionais.

A teoria das representações sociais tem abarcado diferentes campos da atividade humana (Jodelet, 2001), apesar dos enfoques distintos que derivam não apenas das vertentes disponíveis na atualidade, ou ainda pela evolução do pensamento de Moscovici (Castro, 2002), como pela própria natureza complexa da atividade de representação. Há pontos de contato entre as teorias moscoviciana e de gênero, como demonstrou em artigo Arruda (2002), emergentes no contexto atual de mudança de paradigma. Mas os trabalhos voltados à articulação entre gênero e representações apesar dos anos que separam, por exemplo, as pesquisas de Arruda (1998) e Cyrino (2009) não foram suficientes para consolidar uma tradição. A nossa premissa básica é de que a “realidade do mundo humano é, em sua totalidade, feita de representação e não faz sentido falar de realidade em nosso mundo humano sem o trabalho da representação” (Jovchelovitch, 2008, p.33). Não nos ocupamos da representação em sua natureza estruturada e sim com os processos sociais e históricos que a tornam estruturante, etapas distintas e complementares. Vale dizer, o imaginário e a memória social que tornam a representação possível. Como frisaram Moscovici & Doise (1991) a utilização de símbolos por grupos não é um ato de racionalidade no sentido estrito. A criação e a consolidação de representações sociais é um processo subordinado aos contextos que as originam e não possui determinação exata – expressam a complexidade da vida humana.

O conceito de representações sociais acompanhou a evolução do pensamento de Moscovici, que as desdobrou em representações hegemônicas, emancipadas e polêmicas (Castro, 2002, p. 965). Outros aprofundamentos foram teorizados, como a associação entre as representações sociais e as metáforas, realizada por Wagner (2005); ou as ligações com os estereótipos em Joffe & Staerklé, (2007). Guareschi faz um apanhado da relação entre as representações sociais e o que chama de “seus parentes” (Guareschi, 1995, p. 192). No caso de imagens de chineses(as) não podemos falar de ideologia em sentido estrito ou de metáfora, e mesmo estereótipo nos parece insuficiente. Por confiná-los numa situação de alteridade imutável, espécie de marca indelével de sua raça, trata-se de um estigma (Bauman, 1999), presente em pensamentos do tipo “a mulher chinesa não é bonita”, “a China não conseguiu atingir o capitalismo apesar de suas condições”, “os chineses são industriosos, mas pouco criativos”, como veremos a seguir.

**3. Mulher chinesa: entre representações sociais e imaginários ocidentais**

Os chineses receberam adjetivos variados ao longo da história e os estudiosos, mesmo os mais recentes, não se cansam de afirmar: “A China é a mais antiga civilização viva do nosso planeta” (Leys, 2005, p.11). Para seus defensores tal ancestralidade indica uma posição venerável, de força e resistência ao tempo, espécie de sabedoria depositada ao longo dos milênios; para seus detratores significa imobilismo, ausência de dinamismo. A China dorme e, quando acordar, “salve-se quem puder”, teria nos advertido Napoleão Bonaparte. O Ocidente criou “o” chinês – um ser imerso numa história que se acumula ou quando há rompimentos já estão previstos ou são cópias precárias de modelos europeus. Em obra recente, Fairbank e Goldman (2006) discutem no capítulo intitulado “O paradoxo do crescimento sem desenvolvimento”, o motivo pelo qual a China manchu não conseguiu se industrializar no século XIX, apesar de seu grande comércio e população. É bem verdade que já no início da obra os autores nos advertem quanto ao uso indevido de comparações com a Europa. Não é o caso aqui de evidenciar as inúmeras comparações que realizaram de fato, mas frisar que somente numa perspectiva única e linear de história os povos devem passar por estágios idênticos de desenvolvimento. Mas para que não se recaia numa modalidade de “orientalismo”, será preciso examinar as bases da filosofia chinesa associados ao princípio feminino.

3.1. Taichi: a dança do feminino e do masculino

Masculino e feminino estão associados às rubricas mestras que permeiam não apenas a filosofia como a praticamente todas as manifestações culturais do povo chinês: o *yin* e o *yang*. Princípios, forças ou emblemas (Granet, 1997) são comparáveis aos opostos da dialética ocidental.

Ao *yang* corresponde o *yin* e vice-versa, como se vê na conhecida figura e alguns exemplos aqui destacados:



**Yang:** claro homem  ativo céu forte duro

**Yin:**  escuro mulher  passivo  terra fraco macio

Assim, os fenômenos estão divididos em pares antagônicos. Os pólos escuro (yin) e claro (yang) indicam substâncias – princípios, forças, enfim – coisas que podem ser classificadas e agregadas por identidade; são complementares, um não existe sem o outro. Na figura do *taichi* (figura acima) observa-se que cada um deles contém a semente do outro. Em termos filosóficos, significa a inexistência de princípios absolutos e a base da mudança. O predomínio de um pólo acarreta desequilíbrio, indesejável na natureza e na vida humana. Portanto, *yang* e *yin* se revezam infinitamente de acordo com os ciclos da natureza (hsing). Há parábolas e contos que expressam a sabedoria que deriva desta compreensão: nada é definitivo, como no ideograma chinês para crise, que é composto de duas parte, perigo e oportunidade. Nada é eterno a não ser a própria eternidade, quer se trate da felicidade humana, dos ciclos da natureza ou das possibilidades de uma boa safra. O pensamento chinês enfatiza que o equilíbrio entre o *yin* e o *yang* é a receita para a saúde física, social e mental. Nesse sentido o predomínio absoluto do masculino ou do feminino pode ser ruinoso; se ao taoísmo se trata de uma questão de harmonia energética, para o confucionismo é de adequação aos ritos. Assim, o mundo dos homens é subordinado a princípios mais gerais ou, em termos simbólicos, à relação entre *yin* e *yang.* Na representação de Fuxi e Nügua – o rei fundador e sua esposa – o casal se apresenta entrelaçado por caudas; ele portando um esquadro, ela um compasso e independentemente das muitas interpretações sobre a gravura, há o notório equilíbrio de yin e yang (Gall, 1980, p. 27).

O equilíbrio *yin*-*yang* é o comportamento do sábio e o caminho (tao) da acupuntura e da medicina tradicional chinesa para a regularização do fluxo de energia nos meridianos, ou seja, para a obtenção de cura para as doenças. O macro e o microcosmo se correspondem, pois:

[...]o yin e o yang aplicam-se a todas as circunstâncias e a tudo o que existe. Esse princípio foi integrado como sistema de correspondência simultâneo no macrocosmo e no microcosmo, no plano humano e no plano das coisas (Kierce, 1984, p.42).

No pensamento do homem chinês, do erudito ao homem do povo, destacam-se três fontes principais de inspiração: o taoísmo, o confucionismo e o budismo. O taoísmo que se perde no tempo, nas práticas alquímicas e crenças do povo, que produziu grandes pensadores como Laozi e Chuangzi, magos como Ko Hung, a linhagem dos Mestres Celestiais (Blofeld, 1979), entre outros tantos alquimistas desconhecidos no Ocidente, e a seita Mao Shan, fundada por uma mulher que viveu em 251-334 d.C. (Palmer, 1993, p. 96).

Um sistema moral é uma definição razoável para o confucionismo, estreitamente ligado ao caráter burocratizado da sociedade chinesa. Confúcio perambulou entre os reinos de seu tempo, durante o chamado período “feudal”, oferecendo seus conselhos e sabedoria aos príncipes, entre os séculos V e VI a.C. Pensador mais conhecido da China, Confúcio esboçou um sistema moral que privilegiava a virtude, a moral e a tradição. Em geral, os imperadores chineses detinham um mandato celestial que os tornava responsáveis pelo equilíbrio entre o céu (macrocosmo) e a terra (microcosmo). Assim, se o reino fosse mal, o imperador era responsabilizado por não estar honrando adequadamente seu mandato. A sociedade chinesa e em especial o confucionismo desenvolveram uma série de complicados rituais no sentido de promover a harmonia e a continuidade do império. Confúcio não encontrou nenhum príncipe disposto a lhe oferecer um posto no qual pudesse pôr em prática suas idéias e regressou ao estado de Lu (atual Shantung) amargurado, mas seu sistema não apenas persistiu até a revolução maoísta, como ainda é uma chave importante para se entender a mentalidade chinesa. Não logrou êxito na política, nem no casamento, pois segundo Lin Yutang a senhora Confúcio o deixou livre para conseguir uma esposa que pudesse seguir suas complicadas normas: “O arroz não está bem branco...”, “O guisado não está bem picadinho...” (apud Lin Yutang, s/d, p.71).

O budismo, proveniente da Índia, difundiu-se na Ásia em meio ao comércio e se adaptou à mentalidade das regiões por onde passava (Ebrey, 1996, p.98). Na versão chinesa, por exemplo, ganhou novas roupagens, sendo uma delas o *zen*, que foi muito badalado no Ocidente entre intelectuais e movimentos de contracultura. Enquanto no Tibete predomina uma linha mais exotérica, em associação com o lamaísmo, o zen budismo é mais filosófico, expressão da linha *mahayana* (grande veículo). Na prática, o budismo ofereceu aos chineses uma religião organizada, com uma doutrina que parecia melhor atender aos anseios de espiritualidade a partir de uma vida monástica. A partir do século XVI foram incrementadas as tentativas de conversão dos orientais ao cristianismo, pela ação de missionários franciscanos, jesuítas e dominicanos. Já os protestantes tiveram ação incisiva e, no século XIX, a rebelião Taiping foi animada por uma estranha forma de cristianismo – no movimento messiânico promovido pelo “filho chinês de Deus” (Spence, 1998). Assim como no cristianismo, o budismo, principalmente em sua versão hinayana (pequeno veículo/popular), insiste na noção de pecado como via de ingresso ao “inferno”.

O povo chinês se apropriou e transformou essas concepções ao longo de sua história milenar. Em relação ao que nos interessa, a mulher para o taoísmo é *yin*, receptora de energia e vida; no confucionismo, a mulher deve ocupar o lugar que lhe cabe na organização moral da sociedade, sendo soberana **nesses** domínios; finalmente, o budismo acrescenta fatalismo, e noções de pureza e recompensa transcendentais. A mulher é o cadinho onde se realiza a alquimia taoísta, mas aquela que deve seguir cegamente seu marido ou ainda a fonte do pecado, da luxúria, o desvio do caminho perfeito (tao-te).

A chamada “civilização chinesa” é considerada culta e refinada por seus admiradores, contrária à belicosidade e amante da paz, como se observa nas palavras de Giles (2000, p.27): “The chinese people reverence above all things literature and learning; they hate war [...]”. É chinês o ditado: não se faz prego com bom ferro, nem soldados com bons homens. A delicadeza dos rituais e mesmo dos homens. Tais características já eram percebidas pelos cronistas do século XVI, como Matteo Ricci:

Para lhe dizer a verdade, por mais que eu escrevesse a Vossa Excelência sobre os chineses, eu não diria que são homens de guerra, pois, tanto na aparência exterior como no íntimo do coração, são como mulheres: se alguém lhes mostra os dentes fazem-se humildes, e qualquer um que os sujeite pode pôr-lhes o pé no pescoço. (Apud Spence, s/d, p. 55).

Matteo Ricci, Frei Gaspar da Cruz entre outros da época, como os holandeses, desdenharam dos cuidados com a aparência dispensada pelos homens chineses, seu apreço pelos cabelos e outros hábitos considerados muito “femininos”.

O contato entre povos diferentes é regido pelo princípio da alteridade, capaz de desencadear ancoragens e objetivações no cotidiano, componentes básicos dos processos que envolvem as representações sociais (Moscovici, 2003, p.60). Há um estranhamento de algo novo – no caso o chinês – e sua inserção a um quadro preconcebido de idéias e conhecimentos que estabilizam a situação. Para o europeu da modernidade, cuidados com aparência são coisas de mulher e característicos de um povo que não sabe se defender como homens. Como demonstrou Hartog (1999) em seus estudos sobre a Grécia, a divisão de funções entre homens e mulheres decorre de operadores lógicos: aos homens a guerra, às mulheres a procriação. Efeminados, os chineses não gostariam de combates ou violência. Sua suposta docilidade será alegada freqüentemente nas experiências de imigração realizadas no século XIX, quando os *coolies* foram requisitados em substituição ao trabalhador escravo. A passividade como elemento de representação sobre chineses deixa de fora elementos contraditórios, como o fato de terem criado as artes marciais, os métodos sofisticados de tortura e que as grandes rebeliões camponesas da humanidade ocorreram na China. Em termos simbólicos, duas características podem ser destacadas: docilidade e exotismo. A China é tão delicada ou estranha quanto suas mulheres.

Assim são compostas as representações sobre os chineses como emergem da filosofia e dos tratados que circulam no Ocidente. É o que sabemos pelos cronistas e viajantes, aos quais se juntam filósofos e sinólogos do século XIX e mais recentemente ainda pelos departamentos especializados, de historiadores da academia. A literatura e o cinema popularizaram os chineses no mundo e cristalizaram a alteridade que ganhou corpo ao longo de tantos séculos. Ao serem estruturados em situações específicas, isto é, a partir das demandas de cada grupo social, tais símbolos criam representações sociais sobre chineses, sempre que a tensão das antigas as torne insuficientes para dar conta do contexto.

3.2. A literatura: entre O-lan e a Mulher Imperial

A obra de Edward Said (2007) – Orientalismo – marcou os estudos sobre o Oriente ao desmascarar os preconceitos que desde o século XIX foram criados em nome da ciência. Por outro lado, o colapso do paradigma cientificista tornou problemático se falar de leis universais em ciências humanas. Mas o orientalismo se nutre de generalidades e imprecisões, é difícil não perceber essas características nas metanarrativas do Ocidente, nas filosofias da história, enfim, nos sistemas que desconsideram o real, o vivido que tem nome e forma cotidiana. Paradoxalmente, em nome do conhecimento da realidade foi justamente a realidade a ser alienada. Onde a ciência do dezenove afirmava neutralidade e universalidade, agora se diz alteridade e etnocentrismo.

Em Lin Yutang e Pearl S. Buck há muitas menções às mulheres chinesas, de camponesas, concubinas, esposas e imperatrizes. Nascidos em fins do século XIX e falecidos nos estertores da Revolução Cultural, eram provenientes ambos de uma base familiar conservadora e escreveram copiosamente sobre a China e seu povo. Ele, chinês que estudou no estrangeiro e viveu a partir de 1928 nos Estados Unidos; ela, americana que viveu na China, filha de missionários presbiterianos. São autores publicados no Brasil aos quais se une hoje em dia uma nova safra de autores. Neles o recato e a graciosidade são características marcantes da mulher chinesa. Flexibilidade – o atributo yin por excelência – que se traduz na prática numa subordinação ao homem. Em Vento Leste, Vento Oeste (Pearl Buck, 1960) observa-se o seguinte diálogo:

– Apesar de tudo, minha filha, só existe um caminho que uma mulher neste mundo deve seguir, custe o que custar. É preciso que você agrade ao seu marido. Ver destruir os resultados de meus esforços é demasiado para minhas forças. Mas você não pertence a minha família: você pertence a seu marido. Só lhe resta fazer uma coisa: fazer o que ele deseja (...) (p. 63).

O princípio filosófico apregoa que *a terra segue o céu*, enquanto o ditado popular enfatiza: o homem é o vaso e a mulher, a água, ou seja, ela se ajusta ao recipiente que a abriga. Mas na China populosa e miserável dos campos a condição feminina não assegurava a continuidade da família. De acordo com o costume, ela vai morar na casa do marido e assim priva a sua própria família de seu trabalho. A lógica cruel da sobrevivência é a seguinte: não há sentido em manter aquela que irá ser escrava de outra família. O nascimento de meninas era encarado com desgosto e o infanticídio feminino foi praticado até recentemente (Giles, op. cit.). A mulher virtuosa era aquela que gerava meninos saudáveis para o orgulho dos familiares. Entre as concubinas do imperador, este era um acontecimento importante, pois um menino seria um potencial herdeiro. No século XVII, Kangxi, segundo imperador da dinastia manchu, teve centenas de concubinas que disputavam sua atenção, contando com a ajuda de eunucos que as produziam de acordo com as preferências do soberano. Era mais uma oportunidade de ascensão àqueles que haviam renunciado à sua virilidade para sair da pobreza.

O infanticídio feminino e as concubinas são evidências para o Ocidente de violência contra a mulher. Numa obra em que traduz textos clássicos da prosa chinesa, Lin Yutang (1985) apresenta o seguinte trecho ocorrido numa casa de “cavalo magro”:

“*Kuniang* (senhorita), cumprimente!” A moça fazia uma vênia. A seguir era dito: “*Kuninang*, caminhe!” Ela caminhava. “*Kuniang*, volte-se!” Ela se voltava, ficando de frente para a luz e seu rosto era mostrado. “Desculpe, podemos ver sua mão?” A mulher enrolava-lhe a manga e expunha o braço inteiro. Sua pele era mostrada. “*Kuniang*, olhe para o cavalheiro.”Ela olhava, com o canto dos olhos. Seus olhos eram mostrados. “Qual é a idade da *Kuniang.”* Ela respondia. Sua voz era mostrada. “Caminhe mais um pouco, por favor.” Dessa vez a mulher erguia-lhe as saias [...] (pp 211-212).

Não era um pedido para mostrar as pernas, como pensaríamos a partir de nossa literatura erótica e sim para serem exibidos os pés. E casa de “cavalo magro” era o local em que se negociavam concubinas Segundo Lin Yutang esse excerto do século XVII é “o modo menos romântico de conseguir uma amante; só comerciantes grosseiros comprariam uma concubina por esse processo” (ibid., p. 111). E aqui temos outro dado que alimenta a alteridade: o costume de atrofiamento dos pés. Não era praticado por todas as mulheres, como entre as etnias *hakka* e *miao*. Também as mulheres *manchus* e *mongóis* não enfaixavam os pés e mesmo entre a etnia han – maioria na China – não era um costume geral. As camponesas pobres muitas vezes não podiam se dar ao luxo deste “requinte”, que era um impedimento para o trabalho pesado do campo. Mas desde a dinastia Song (960 – 1279) os pés pequenos, os “lírios dourados”, tornaram-se um atrativo sexual e requisito de beleza feminina. Acreditava-se também que a prática favorecia a geração de filhos saudáveis (Giles, op. cit, p. 26). Então, para conseguir um bom casamento, desde os cinco anos a menina tinha os pés enfaixados pela mãe. As ataduras eram trocadas periodicamente e apertadas, com intenção de impedir o crescimento dos pés. Os dedos eram comprimidos ao antepé e este inclinado à força em direção ao calcanhar O peso do corpo sobre os dedos dificultava o caminhar normal, realçando a idéia de fragilidade feminina. Com o tempo, o arco se quebrava e na planta do pé era formada uma corcova (o “talo” do lírio”). A dor insuportável e os riscos de infecções e morte por gangrena não impediram que nas dinastias seguintes – yuan e ming - o costume se tornasse popular e objeto de *fetiche* masculino. O ritual de transmissão da técnica e dos cuidados, bem como a confecção de sapatilhas bordadas em seda eram passados de mãe a filha, e só foi proibido com a instauração da república, em 1912.

– Se os pés da menina não forem atados, como conseguirá ela um bom marido? – disse a velha mãe, estupefata. Seus próprios pontudos e pequeninos pés estavam cruzados diante dela [...] (Pearl Buck, s/d, p. 52).

Estranho fetiche aos nossos olhos ocidentais, principalmente se desconsiderarmos a origem do termo fetiche (Latour, 2002). Do espartilho ao *split tongue* (língua de bifurcada ou língua de serpente), dos anéis para o crescimento do pescoço ao silicone, as culturas criam formas de expressar a beleza que é sempre estranha para aquele que dela não compartilha. Neste sentido é simplista afirmar que se trata apenas de uma manifestação de submissão ao gênero masculino. Com relação aos “lírios”, os pés deveriam ficar escondidos por conta das inflamações e aspecto repugnante. Para O-lan, a personagem de A Boa Terra (Pearl Buck, 1974), não havia tempo para a beleza e assim foi apresentada ao seu futuro marido, Wang Lung:

– [...] Você verá que ela tem o corpo forte e as faces largas de sua raça. Trabalhará bem para você, no campo, carregará água e tudo o mais que você desejar. Ela não é bonita, mas disso você não precisa. Só os homens ociosos precisam de mulheres bonitas para diverti-los [...] (pp. 40-41)

A vida de O-lan em nada se parece com a das concubinas e esposas residentes em palácios, ocupadas em fuxicos e disputas sem fim. A sua existência era dirigida integralmente ao trabalho e ajudar seu marido a adquirir terras, garantia de sobrevivência no campo. Wang Lung enriquece e sua ingratidão com a esposa nos provoca revolta, ainda que a autora procure mostrar com sutileza não haver alternativa, no contexto e lógica daquela sociedade, a não ser a ingratidão:

– Trabalhei e tornei-me rico. Gostaria que minha mulher não se parecesse tanto com uma pobretona. E esses teus pés... (pp. 203-204)

Não teria acumulado terras e filhos não fosse o trabalho duro da esposa. Mas as mulheres da corte chinesa freqüentemente burlavam as normas de submissão, fato que merece registro dos historiadores e romancistas do Ocidente. A senhora Ren, ao tempo da dinastia Ming, não apenas deixou de seguir o costume de cometer o suicídio após a morte do amante, como se passou por imperatriz e tentou enganar os saqueadores do palácio (Clements, 2005, p. 108). Madame Wu ao completar quarenta anos decide arrumar uma concubina para o marido, farta de suas obrigações matrimoniais. Ela é o guia de fato daquela família aristocrática e seus dilemas existenciais fizeram-na se aproximar perigosamente do irmão André – um dos tantos missionários cristãos que pregavam na China (Pearl Buck, 1948).

A vida palaciana era de tédio para as concubinas e esposas. A posição de cada uma delas era rigidamente estabelecida pela tradição e nem mesmo os homens podiam se furtar ao devido respeito pela *taitai*, a matriarca da família – a primeira mãe, avó. Em tempo de império, república ou comunismo, os romances estão repletos de tramas e intrigas, que destacam muitas vezes o caráter ardiloso da mulher chinesa. Como no caso de Peônia que trama contra Lia, por conta de sua descendência judia; seu diálogo com Wang Ma é revelador da condição feminina:

– Não podemos esperar a felicidade? – perguntou Peônia, pensativamente.

– Claro que não, – disse Wang Ma com firmeza.

– A senhora diz isso tão alegremente! – queixou-se Peônia. E começou a chorar docemente.

– Só podemos ser felizes quando compreendemos que a vida é triste.

(Pearl Buck, 1949, p. 79).

A imperatriz Cixi (1835 – 1908) se achava (e com certa razão) a mais poderosa entre as mulheres do planeta e se viu em confronto com as grandes potências imperialistas, assistindo a queda não apenas do orgulho chinês como o de sua própria dinastia (manchu). Louca ou ardilosa, tal como a concubina Yang Guifei, que se envolveu com um general e levou à ruína a dinastia Tang (Fairbank & Goldman, op. cit., p. 91). Sem contar Jiang Qing, a mulher de Maozedong, que enganou o Ocidente por tanto tempo – cínica, cruel e vingativa nas palavras do especialista Simon Leys (2005) e também odiada por tantas outras mulheres pelos males da Revolução Cultural. Na saga *Os Cisnes Selvagens*, consagrado livro de Jung Chang (2006), três gerações de mulheres chinesas experimentam as transformações quem em cinqüenta anos do século XX sacudiram a velha China. Mulheres de pés atrofiados convivendo com jovens revolucionárias do partido comunista e das guardas vermelhas, que na retórica comunista são iguais para o combate à burguesia e ao capitalismo. Mas não é possível extinguir o passado pela força, como é possível perceber nesse trecho de uma obra que antecipa em algumas décadas a temática de *Os Cisnes Selvagens*:

A minha mãe faz-me pensar, simultaneamente, no passado e no presente. E ela própria, pertence ao passado, mas vive no presente e aceita o que é novo com fé, porque o passado foi tão digno dessa fé (Pearl Buck, 1969, p. 96).

O povo chinês gosta de aventuras e dramas como se constata nos contos desde o período áureo da dinastia Tang – histórias de amor e sofrimento, traições e virtudes. Não há nada de espantoso ou maravilhoso nisso. De igual modo, as mulheres chinesas são senhoras imperiais, entre *taitais* e *meimeis,* concubinas, camponesas, revolucionárias idealistas, flores de Xangai (prostitutas), mulheres de conforto ou sapatos rasgados. Sapatos rasgados cabem em qualquer pé, grande ou pequeno, mulheres à toa:

– Está bem! Eu posse ser uma mulher impura, mas nenhuma de vocês é uma flor de pureza! Podem esperar que um dia desses eu vou botar a boca no mundo (Yuan-Tsung Chen, 1981, p.78).

Ainda sabemos pouco das mulheres Taiping envolvidas em seu estranho cristianismo – talvez, o derradeiro capítulo das imposições cometidas em nome de Cristo. Mas a brutalidade contra as mulheres chinesas ainda pode ser ouvida, como se observa no seguinte relato:

Chen Jinyu tinha apenas 16 anos em 1941, quando os japoneses invadiram a China durante a Segunda Guerra Mundial [...] Foram quatro penosos anos que Chen atravessou trabalhando apenas por subsistência como uma “mulher de conforto”. Assim eram chamadas na época as mulheres que serviram sexualmente aos japoneses durante os oito anos de ocupação (Scofield Jr., 2007, p.151).

O cartunista Henfil declarou num livro (1981, p. 121) cheio de otimismo quanto aos rumos da sociedade chinesa, que o padrão de beleza atual privilegia os ombros das mulheres. Muito estranho aos nossos olhos, certamente. Os chineses por muito tempo continuarão provocando esse sobressalto típico das relações entre povos de cultura diferente e tal alteridade ainda causará muitos desentendimentos, entre risos, ofensas e preconceitos. Os chineses são um enigma, mas seus produtos estão em todas as prateleiras do mundo. Agora a oferta não é mais de *coolies*, trabalhadores braçais – tratados como boçais e reduzidos a um sistema de semi-escravidão e sim manufaturados sofisticados e toneladas de bugigangas de R$ 1,99.

Neste sentido a mulher chinesa não existe, ou apenas existe nos moldes da representação forjada pelo orientalismo. A criatura submissa e exótica é tão somente uma generalização colonialista. Não é a materialização pura do princípio *yin* e nem tampouco esconde sua vileza sob a capa da fragilidade. A mulher chinesa é a expressão da riqueza da cultura e da sociedade chinesa ao longo dos tempos e que somente em sua vida cotidiana pode ser entendida. Os autores que aqui utilizamos como fontes escrevem para um público ocidental, mesmo quando são chineses ou lá viveram. E neste sentido contribuem para consagrar as representações sociais que temos sobre seu povo. Mas a própria diversidade de personagens e situações da literatura nos permite desconstruir tal imaginário, sem contar que na atualidade o cotidiano chinês é relatado numa perspectiva feminina por autoras nativas, como Xinran e suas “boas mulheres da China” (2007), Anchee Min (1998), Bao Lord (1990), entre outras, embora todas com algum tipo de relação com a sociedade ocidental. Percebe-se que as transformações que caracterizam o mundo da globalização também estão presentes na China, principalmente nos grandes centros urbanos.

A mulher chinesa tem sido registrada em situações que contrariam a imagem de submissão, mesmo em tempos recuados da história. Assim é que a imperatriz Ma esteve ombro a ombro com o fundador da dinastia Ming, Zhu Di, no combate aos mongóis, mostrando-se tão intrépida quanto os demais insurgentes (Henri Tsai, 2001, p. 22). Ou então como bem sucedida pirata, é o caso da ex-prostituta Shi Yang (Spence, 1998, p.102); ou ainda, Akeu (id., p. 104), rica comerciante de gêneros alimentícios e de ópio; ambas viveram o conturbado século XIX, das agressões imperialistas .

No *site* da pesquisadora Anne Kinney[[16]](#footnote-16) é possível mapear diferentes temas com envolvimento de mulheres em extensos períodos, o que evidencia haver registro de sua atuação ao longo da história – chega a ser surpreendente, considerando as características de uma sociedade patriarcal, sem espaço para “feitos” de mulheres. A partir do século XX, sacudido por guerras e transformações sociais, despontam lideranças na vida política chinesa e nomes como os de Song Qingling (1893-1981), Cai Chang (1900–1990), Deng Yingchao (1904–1992), Shi Liang (1900 – 1985) e Wu Yi (1938-) se destacam em termos de liderança revolucionária e atividade feminista. Entretanto, as revolucionárias comunistas teriam se masculinizado em nome da luta contra os “velhos costumes burgueses”, como diz Gilberto Scofield, que esteve na China e lançou recentemente um livro sobre a experiência. Em seu blog na Internet, afirma: “[...] a luta comunista significou também um projeto de Nação onde a mulher era primeiro camarada, um peão no jogo de xadrez para a construção da nova República Popular, e só depois mulher.”[[17]](#footnote-17) O jornalista constatou (2007, p.205) o grande número de cirurgias para aumentar o tamanho dos olhos e como a estética ocidental está influenciando as mulheres chinesas. Mas talvez ainda seja possível ouvir as palavras do velho Wang ecoarem entre os milhões que vivem nos campos: [...] a beleza numa mulher é inútil. Não cozinha o arroz, nem tece a seda, nem acende a lâmpada” (Pearl Buck, 1966, p.91).

As versões modernas do aventureiro Marco Polo continuam assombrando o mundo com suas “maravilhas”. Por não terem as amarras dos cientistas, os jornalistas saíram na frente nesta nova onda de interesse pela China, aos quais se juntam jornalistas orientais, como a já citada Xinran, que declarou sobre seu livro mais conhecido:

Quando comecei a escrever "As Boas Mulheres da China", em 1998, já morava na Inglaterra. Decidi escrever o livro porque meus alunos, quando eu dava aulas na Universidade de Londres, conversavam comigo sobre as mulheres chinesas e diziam que elas eram fisicamente distantes, emocionalmente frias, e isso me deixava brava. Ao mesmo tempo, eu estava ferida pela ignorância das pessoas no Ocidente, por como era limitado o conhecimento delas sobre o meu país, um país enorme, com 1,3 bilhão de habitantes, 5.000 anos de civilização, e ninguém sabia disso. Então escrevi o livro. E quando meus alunos perguntavam sobre as mulheres chinesas, por que elas não se preocupavam com os relacionamentos, com sexo, com beleza, ou gosto, eu ficava muito irritada. Eu tinha entrevistado mulheres chinesas, cara a cara, mais de duzentas mulheres. Eu sabia como elas são fantásticas, sabia quão ricos são os seus sentimentos. [[18]](#footnote-18)

Em sua obra mais recente publicada no Brasil (2009), a autora continua com seu projeto de dar voz aos chineses anônimos. Mas voltando ao que no interessa, e parodiando o poeta, a beleza feminina é uma marca importante de alteridade. No *blog* do jornalista Felipe Machado[[19]](#footnote-19) há uma seleção das “mulheres mais bonitas da China”; e aqui transcrevemos na íntegra os comentários de dois leitores:

18.08.08 @ 11:31

Com certeza já fizeram plásticas para os olhos, boca, peitos, bumbum, etc..

18.08.08 @ 13:58

Os rostos são lindos mesmos, mas quando vemos o corpo, que não tem nada a ver com o padrão ocidental, dá um 'glup'... :D

Imagens são manifestações ou tentativas de conhecimento e comunicação, mas podem servir igualmente de marcas de desvalorização ou de exclusão. Assim, as fantasias inspiradas pela mulher chinesa não estão associadas à beleza, já que não a possuem aos olhos ocidentais. Neste caso, a representação se torna um estigma de raça e acompanha não uma pessoa, mas todo um povo. Para os ocidentais a China se embeleza ou se transforma pela influência exterior. Uma cópia que se obtém no bisturi ou pela força das idéias – como no filme Balzac e a Costureirinha Chinesa (2002) em que os livros do escritor francês transformaram subversivamente dois rapazes enviados para reeducação no campo e uma jovem da pequena localidade. Na atualidade, a dócil e exótica criatura de pés diminutos se transformou na consumidora voraz dos tempos de globalização. E assim mais uma vez a imagem da mulher chinesa e a de seu país estão intrinsecamente associadas.

**6. Considerações Finais**

A modernidade nos trouxe finalmente os antípodas. Diferentes, estranhos, fascinantes e sedutores, misteriosos e perigosos – os chineses. Ao longo deste período foi criado um imaginário acerca de sua cultura e do seu próprio ser, expresso em palavras de uso comum tais como China, kung fu, coolies, junco, entre outras. Mas a presença de chineses em nosso cotidiano por conta de seu avassalador crescimento econômico nos obriga a repensar as velhas noções e preconceitos, criados num passado que ainda se mantém vivo. O imaginário presente na literatura e conceitos filosóficos tradicionais agora se mistura à nova safra de produções literárias, filmes, documentários e artigos de especialistas, elaborados para serem consumidos no Ocidente. A alteridade contida na base tradicional é assim tensionada por novos conhecimentos e informações, criando um ambiente propício ao surgimento de novas representações sociais.

As generalizações que no caso da mulher chinesa se baseiam em estigmas no estilo “mulher exótica”, “submissa e misteriosa”, de passos tão curtinhos quanto os seus pés – são componentes de um imaginário caricatural, sedutor e redutor, subproduto dos interesses de expansão econômica e de afirmação identitária ocidental. A mulher que ocupa o espaço territorial da China pode pertencer a etnias e tradições distintas e mesmo que não seja da etnia *han* recebe os respingos de um passado longo e construído imaginariamente, combinando a tradicional lógica patriarcal e o processo histórico conhecido por modernidade.

Nossa análise evidenciou uma situação ambígua. A imagem da mulher se confunde com a do país: fino, dócil, delicado, passivo e misterioso. Aos olhos das sociedades patriarcais do Ocidente é uma nação feminina. Mas entre o feminino contido nos princípios filosóficos e a realidade interna da China há uma distância considerável. As mulheres no campo trabalhavam pela sobrevivência, subordinadas à lógica da sobrevivência e ao patriarcado na sua versão oriental; as da corte obedeciam à etiqueta estabelecida pelo cânone confucionista, mas estiveram também presentes em conspirações palacianas, rebeliões e eventualmente dirigiram a nação. São as princesas e imperatrizes que fornecem o modelo da mulher chinesa ao exterior.

O artigo demonstrou, portanto, que a mulher chinesa não é tão exótica quanto o imaginário ocidental a representa, o que não significa negar as especificidades de sua cultura e de suas demandas contra o patriarcado. Na atualidade, menos que conhecê-las de fato, a globalização se apressa em traçar seu perfil de consumidora, de olho nas potencialidades do mercado chinês. Como parte de nossos estudos sobre chineses e representações sociais, inserimos o gênero para mapear os símbolos que criaram historicamente a mulher chinesa, dentro do processo de alteridade que caracteriza a relação Oriente-Ocidente.

**Referências Bibliográficas e Fontes**

ARRUDA, Angela.*Representações Sociais e Movimentos Sociais: grupos ecologistas e ecofeministas do Rio de Janeiro.* In: MOREIRA, Antonia Silva Paredes & Oliveira, Cristina de (org.). **Estudos interdisciplinares de representação social**. Goiânia: AB, 1998.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **Teoria das Representações Sociais e Teorias de** Gênero. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Cadernos de Pesquisa, no 117, pp. 127-147, novembro de 2002.

BAO LORD, Bette. **Heranças. Um Mosaico Chinês.** São Paulo: Best Seller, 1990.

BANCHS, Maria A. et al. *Imaginarios, Representaciones Y Memoria Socia*. In: ARRUDA, Angela & ALBA, Martha de (coords.). **Espacios imaginarios y representaciones sociales: Aportes desde Latinoamérica**. Barcelona: Anthropos Editorial / UAM, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

BOECHAT, Walter. *A Desconstrução do Masculino*. In: NOLASCO, Sócrates (org.). **A Desconstrução do Masculino**. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

BLOFELD, John. **Taoísmo. O Caminho para a Imortalidade**. São Paulo: Pensamento, 1979.

BUCK, Pearl. **A Boa Terra.** São Paulo: Abril, 1974.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **As três filhas da senhora Liang.** Lisboa: Livros do Brasil, 1969.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **A Borboleta de Prata.** São Paulo: Melhoramentos, 1966.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **Vento Leste, Vento Oeste***.* São Paulo: Boa Leitura Editora, 1960.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **Refúgio Tranqüilo.** São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **Pavilhão de Mulheres.** São Paulo: Editora Globo, 1948.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **A Primeira Esposa.** São Paulo: Melhoramentos, s/d.

CASTRO, Paula (2002). **Notas para uma leitura da teoria das representações sociais em S. Moscovici**. Lisboa: Revista Análise Social, vol. XXXVII (164), 949-979. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/index.htm>. Acessado em 28/07/2009.

CHEN, Yuan-Tsung. **Memórias de uma Revolucionária**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

**Contos da Dinastia Tang**. Publicado por Edições em Línguas Estrangeiras. Beijing, 1986.

CLEMENTS, Jonathan. **Rei Pirata. Coxinga e Queda da Dinastia Ming**. São Paulo: Madras, 2005.

CYRINO, Rafaela. **Trabalho, temporalidade e representações sociais de gênero: uma análise da articulação entre trabalho doméstico e assalariado**. Porto Alegre, Revista Dossiê, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, pp. 66-92.

DELUMEAU, Jean. **O Pecado e o Medo. A culpabilização no Ocidente (séculos 13-18)**. Volumes I e II. São Paulo: Edusc, 2003.

DOMINGUES, José Maurício. **Do Ocidente à Modernidade: intelectuais e mudança social**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DIEHL, Astor Antônio. **A Cultura Historiográfica Brasileira nos Anos 1980: experiências e horizontes.** Passo Fundo: UPF, 2004.

EBREY, Patricia Buckley. **China**. United Kingdom: Cambridge University, 1996.

ENGELS, Friedrisch. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. 4ª edição.

FAIRBANK, J. K. & GOLDMAN, M. **China. Uma Nova História.** Rio G. Sul: L&PM, 2006.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade. A Vontade de saber.** Rio de Janeiro: Graal, 1980. 3ª Edição.

GALL, Michel. **Yi King. La Biblia China**. Barcelona: Gedisa, 1980.

Ginzburg, Carlos. **Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e história***.* São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GREENBLATT, Stephen. **Possessões Maravilhosas**. São Paulo: Edusp, 1996.

GRANET, Marcel. **O Pensamento Chinês**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

GUARESCHI, Pedrinho. *“Sem Dinheiro não há salvação”: ancorando o bem e o mal entre os neopentecostais.* In: GUARESCHI, Pedrinho & Jovchelovitch, Sandra (Orgs). **Textos em Representações Sociais.** Petrópolis: Vozes. 1995. 2ª edição.

HARTOG, François. **O Espelho de Heródoto.** Minas Gerais: UFMG, 1999.

HENRY TSAI, Shih Shan. **Perpetual Hapiness. The Ming Emperor Yongle**. EUA: Washington Press, 2001.

HORKHEIMER, Max & ADORNO, Theodor W. **Temas Básicos da Sociologia.** São Paulo: Cultrix, 1973.

JODELET, Denise (org.). **As representações sociais.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

JOFFE, Hélène & Staerklé, Christian. **The Centrality of the Self-Control Ethos in Western Aspersions Regarding Outgroups: A Social Representational Approach to Stereotype Content. Culture & Psychology**. Los Angeles, London, New Delhi and Singapore, SAGE Publications, 2007. Vol. 13(4): 395–418.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

LAOZI (ou Lao-Tzu). **Tao-Te King**. São Paulo: Pensamento, 1978

LATOUR, Bruno. **Jamais Fomos Modernos.** Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fé(i)tiches.** São Paulo, Edusc, 2002.

LEYS, Simon. **Ensaios sobre a China.** Lisboa: Cotovia, 2005.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias Locais, Projetos Globais. Colonialidade, Pensamento Liminar e Saberes Subalternos**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

MIN, Anchee. **Azaléia Vermelha**. São Paulo: Scipione, 1998.

MOSCOVICI, Serge & Doise, Willem. **Dissensões e Consenso: uma teoria geral das decisões coletivas**. Lisboa: Livros Horizonte, 1991.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais. Investigações em Psicologia Social**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

NOLASCO, Sócrates (org.). **A Desconstrução do Masculino**. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **De Tarzan a Holmer Simpson**. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

PALMER, Martin. **Elementos do Taoísmo**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1993.

Por Dentro da Cidade Proibida. Documentário. Discovery Channel. 1995.

RODRIGUES, ANTONIO EDMILSON M. & FALCON, Francisco José Calazans**. Tempos Modernos: ensaios de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SAID, Edward S. **Orientalismo: o oriente como invenção do Ocidente.** São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

SCOFIELD Jr., Gilberto. **Um Brasileiro na China.** Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.

SPENCE, Jonathan D. **O Palácio da Memória de Matteo Ricci.** São Paulo: Círculo do Livro, s/d.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **O Filho Chinês de Deus.** São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

Vigotski, L. S. **Pensamento e Linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 2000. 3ª edição.

XINRAN, **As Boas Mulheres da China**. São Paulo: Cia. das Letras, 2007

\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **Testemunhas da China: vozes de uma geração silenciosa**. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.

YUTANG, Lin. **De Pagão a Cristão**. Rio de Janeiro: Pongetti, s/d.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **A Importância de Compreender.** São Paulo: Círculo do Livro, 1985.

|  |  |
| --- | --- |
| Nome Discursos femininos – um estudo sobre a relação entre mulheres e corrupção | **A 003**  **Premiada** |
| Autora/o ANA LUÍZA MELO ARANHA |
| Orientadora/o Dra. Marlise Matos |
| IES: Universidade Federal de Minas Gerais |
| Cidade/Estado: |
| Outras Informações: Categoria: Graduado, Especialista e Estudante de Mestrado |

**Introdução**

Este artigo surgiu da participação enquanto bolsista de iniciação científica na pesquisa “A Política na Ausência das Mulheres”, realizada no âmbito do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, sob a coordenação da professora Marlise Matos. Essa pesquisa problematiza a sub-representação das mulheres na política, tendo como foco principal os legislativos nacional e mineiro. Como parte da pesquisa, foram feitas entrevistas com 50 candidatas a deputada estadual, 8 deputadas estaduais eleitas para a 15ª legislatura da Assembléia Legislativa de Minas Gerais e 22 deputadas federais eleitas para a 52ª legislatura da Câmara Federal.

O foco principal desta pesquisa está na busca de elementos que nos permitam apontar pistas da causa do problema da ausência das mulheres na política e entender como elas, mesmo se deparando com obstáculos os mais diversos, conseguem se fazer representar num espaço ainda extremamente masculinizado. Porém, a partir das entrevistas realizadas, pudemos perceber que era possível estabelecer novos rumos e temas para a análise. Percebemos a utilização, por parte das entrevistadas, do argumento de que a entrada de mais mulheres nos cargos legislativos moralizaria a política. À primeira vista, existiria então uma tendência nas entrevistas em afirmar que as mulheres são menos corruptas do que os homens. Dessa maneira, escolhemos como foco de análise deste artigo a relação estabelecida pelas entrevistadas entre mulheres e corrupção. Partimos então para a análise dos discursos construídos pelas mulheres que já têm uma carreira política sobre a relação entre mulheres e corrupção.

Essas entrevistas nos estimularam a questionar se realmente existiria uma “essência” feminina menos corrupta. A partir dessa idéia, revisamos o que já foi escrito sobre corrupção e gênero e pensamos até que ponto essa bibliografia nos ajudaria a combater a idéia de uma “essência” feminina mais moral.

Na Ciência Política atual esses dois temas (corrupção e gênero) quase não são tratados conjuntamente, a não ser em alguns estudos internacionais. Por isso, veremos primeiro o que a Ciência Política do século XX entende por corrupção, seguido pela discussão propriamente de gênero e o comportamento moral das mulheres, se estas teriam (ou não) uma moralidade específica que as levaria a se comportar de maneira menos corrupta, para então visualizarmos como, no cenário internacional, esses dois temas têm sido estudados e pesquisados juntos. A partir dessa literatura, passamos para a análise empírica, na qual utilizamos os dados da referida pesquisa para estabelecer as possíveis relações entre gênero e corrupção no cenário da política brasileira.

# Objetivos

O presente artigo é uma tentativa de discutir a relação entre corrupção e mulheres, questionando se realmente existe algo que possamos classificar como uma “essência” feminina “menos corrupta”. O ponto de partida é a maneira como a Ciência Política, principalmente no campo internacional, tem tratado a relação entre corrupção e gênero. Tendo em vista essa discussão teórica, investigamos a percepção que as mulheres – candidatas e eleitas – têm sobre a relação entre mulheres e corrupção.

**Corrupção**

O tema da corrupção no século XX foi principalmente analisado tendo-se por foco duas abordagens. De acordo com Filgueiras (2006), a primeira dessas abordagens situa as décadas de 50 e 70 e trata a corrupção através de uma perspectiva estrutural-funcionalista, relacionando-a ao problema da modernização. A segunda, que predomina da década de 90 até os nossos dias, enfatiza uma perspectiva econômica e está preocupada com os custos e externalidades geradas em contextos de corrupção alargada.

Nas décadas de 50 a 70, a corrupção foi pensada pela sociologia norte-americana no contexto da teoria da modernização, que pensava na maneira como a corrupção poderia contribuir ou emperrar o desenvolvimento econômico e político dos países. Do ponto de vista dessa abordagem, o sistema normativo pode motivar ou inibir a corrupção. Essa inibição vai depender da institucionalização política na sociedade, ou seja, da aceitação de normas. Huntington (1975) estabelece uma relação necessária entre essa institucionalização e a corrupção: onde a primeira é baixa, a segunda é grande. E ele diz que mesmo em sociedades com algum grau de modernização, se estas tiverem baixa institucionalização, estarão sujeitas às práticas de corrupção.

Na visão de Nye (1967), também situado dentro dessa abordagem, a corrupção pode resultar em ganhos agregados ao sistema, na medida em que ela contribui para a formação de um capital privado, para a superação das barreiras burocráticas e para a integração das elites políticas. E sendo assim, a corrupção contribui para o desenvolvimento, pois ela força a modernização. Contudo, ela tem sempre que estar sob o controle das instituições políticas modernas.

Nesta abordagem a corrupção tem a possibilidade de ser “positiva”. Ela pode ajudar a se alcançar o desenvolvimento, na medida em que possibilita a transformação de atitudes e de instituições, forçando assim padrões de mudança social. O centro dessa abordagem é como as instituições podem fazer com que as conseqüências da corrupção sejam positivas para a construção da ordem política.

De acordo com Filgueiras (2006), o contexto da década de 90 (reformas liberalizantes na economia e na política) mantém e aprofunda a hegemonia norte-americana no estudo da corrupção. Todavia, é importante salientar uma mudança metodológica: a incorporação de uma abordagem econômica para tratar um problema político. Passa-se a analisar a corrupção em termos dos seus custos para a economia de mercado, a partir de premissas da escolha racional e do novo institucionalismo. Essa perspectiva tornou-se hegemônica nas Ciências Sociais.

Segundo Filgueiras (2006), o objeto de estudo desta vertente interpretativa são os fatores que incidem sobre os resultados políticos. E esse objeto é estudado com base em duas premissas. A primeira diz que os atores políticos são racionais, buscam maximizar a utilidade esperada em contextos de decisão, conforme uma estrutura de preferências (Downs, 1957). A idéia é que o agente político é um indivíduo egoísta que age para maximizar seus interesses e cujo comportamento é resultado de uma escolha consciente e racional. A segunda premissa afirma que os contextos de decisão influenciam as preferências e são determinados pela estrutura organizacional da política (March e Olsen, 1989). A idéia contida nessa segunda premissa é a de que o arranjo institucional pode modificar o comportamento das pessoas, pois ele determina as estratégias empregadas pelos atores (Hall e Taylor, 1996), criando motivações e constrangimentos para a ação deles. É com base nessa última premissa que essa abordagem afirma ser preciso coibir os incentivos institucionais para práticas de corrupção.

A corrupção ocorre, para a abordagem econômica, na interface dos setores público e privado. Ela depende do modo como as instituições permitem a ação discricionária dos atores políticos, ou seja, permitem o uso de recursos públicos para a satisfação de interesses privados (Rose-Ackerman, 1999).

Assim esses autores insistem que a corrupção não seria coibida através de um reforço do poder burocrático, pois isso resultaria em maior discricionariedade e maior incentivo para o pagamento de propina e suborno – aumento das práticas de corrupção –, e sim pelo fomento do mercado (North, 1990). Esse mercado seria uma arena constante de negociação e catalização dos interesses dos agentes econômicos e políticos. A corrupção é percebida como um fenômeno derivado de um mercado coibido. A causa estável da corrupção seria a existência de monopólios e privilégios no setor público, ou seja, ausência de mercado, que criaria incentivos para que os agentes buscassem maximizar sua renda privada através do suborno e da propina. Dessa maneira, a abordagem econômica da corrupção, seguindo o pensamento de Filgueiras (2006), enuncia como instrumento de combate à corrupção, o fomento do mercado e a contenção do poder burocrático do Estado, feitos a partir de reformas mais liberalizantes.

No contexto do século XXI surgem novas propostas de abordagem do tema da corrupção que fogem à análise pura e simplesmente econômica – hegemônica em nossos dias.

Newton Bignotto (2006) é um autor que pode ser enquadrado em uma nova proposta para o estudo da corrupção. Este autor olha a corrupção na sua acepção mais larga, não só como um problema institucional. O autor critica a definição do fenômeno nas sociedades atuais, feita por muitos cientistas políticos, que afirma ser o comportamento corrupto quando há comportamento ilegal de quem desempenha um papel na estrutura estatal. Esse tipo de abordagem ressalta que o remédio para corrupção deve ser de natureza legal, pois ela é um ato de ilegalidade – aqui encontramos a visão institucionalista e a sua conseqüente defesa da modificação nas regras vigentes. Por esse ponto de vista, temos que reconhecer que o aparato legal brasileiro não é omisso em relação aos funcionários que transgridem a lei. A pergunta que Bignotto se faz então é se a análise por esse viés institucional abarca todos os aspectos do problema. Para ele, o mal-estar que domina a sociedade brasileira, em relação ao funcionamento do Estado, não se esgota na queixa contra a ineficiência dos mecanismos legais de punição.

Para Bignotto, a corrupção é um problema para a sociedade brasileira porque é percebida como parte de nossa vida política em toda a sua extensão. A corrupção afeta a relação dos cidadãos de um Estado com a vida política em geral e não apenas com uma de suas instâncias. Temos que fugir da interpretação corriqueira sobre o problema da corrupção e encarar as relações complexas que aqui no Brasil se estabeleceram entre órgãos estatais e grupos privados. A separação do público e do privado nem sempre é percebida como um fato derivado das leis fundamentais. No nosso país, os grupos que chegam ao poder costumam desconhecer que o aparato constitucional é um limite intransponível para suas ações. Vários atores políticos se comportam como se a vitória nas eleições significasse a posse da totalidade dos poderes do Estado. Para o estudo da corrupção no Brasil, temos que retomar o debate sobre as definições entre público e privado e pensar em uma reforma da legislação que contemple o conjunto das forças políticas. Sem uma clara definição das fronteiras público/privado e sem a extensão da punição a todos os agentes corruptores, a corrupção no Brasil será uma constante ameaça ao Estado de direito.

A partir dessa nova abordagem é que podemos perceber a importância de olharmos para os fatores sociais e culturais que promovem a corrupção, para além dos fatores institucionais. Entendemos a corrupção como um fenômeno com pelo menos três dimensões: percepção dos indivíduos sobre o que é o público, práticas no interior da economia e maneira como sistema político concilia suas estratégias de financiamento com a preservação do interesse público. Nosso enfoque neste artigo é nesta primeira dimensão das percepções dos cidadãos: como as mulheres que já possuem uma carreira política fazem a articulação entre mulheres e o comportamento político corrupto.

**Gênero e Corrupção**

Para discutirmos a conexão entre gênero e corrupção, é preciso de início postular que, na história da teoria política, homens e mulheres são associados a modos diferentes de pensamento e sentimento. Essa distinção teve como causa, segundo Kymlicka (2006), a distinção entre os domínios público e privado, na qual os homens são vistos como participantes da esfera pública e as mulheres da esfera privada. A partir dessa separação, as disposições particularistas, emocionais e intuitivas foram vistas como pertencentes à vida doméstica das mulheres, e o pensamento imparcial, desapaixonado e racional como fazendo parte da vida pública dos homens. De acordo com Friedman (1987):

*as tarefas de governar, regulamentar a ordem social e administrar outras instituições ‘públicas’ foram monopolizadas pelos homens como seu domínio privilegiado e as tarefas de sustentar as relações sociais privatizadas foram impostas ou deixadas às mulheres. Os gêneros, portanto, foram concebidos em termos de projetos morais especiais e distintos.* (Friedman, 1987, p.94)

É assim que, para uma corrente significativa do feminismo contemporâneo, nós deveríamos analisar seriamente a moralidade diferente das mulheres. Na origem da relevância dada à moralidade feminina encontramos a argumentação construída por Carol Gilligan (1982), a qual deu parte da contribuição para sustentar a defesa da idéia de que as mulheres seriam “menos corruptas” do que os homens.

Gilligan (1982) através de três estudos – sobre o desenvolvimento identitário e moral na vida adulta, sobre a decisão a respeito do aborto e sobre o direito e a responsabilidade – encontra diferentes construções dos problemas morais comparando os dois sexos. Seus estudos mostrariam que as mulheres têm uma concepção moral diferente. Para estas, o problema moral surge de responsabilidades conflitantes (não de direitos conflitantes) e exigiriam um modo de pensar contextual e narrativo (não formal e abstrato). A moralidade para as mulheres estaria envolvida com a atividade do cuidado.

Gilligan afirma ter encontrado, através dos seus estudos, duas moralidades diferentes: uma masculina e outra feminina. A primeira ligada aos direitos e a segunda ligada à responsabilidade. A primeira enfatizaria a separação dos outros, o indivíduo, centrando-se na idéia do exercício dos próprios direitos sem interferência no direito dos outros e busca uma solução universal, onde todos estariam de acordo. Por outro lado, a moralidade da responsabilidade enfatizaria a conexão com os outros, os relacionamentos e defenderia que a vida inclui obrigações para com as pessoas em geral, ser responsável para com o mundo, ajudar os outros. As mulheres, para a autora, trazem um ponto de vista moral diferente, pois organizam as suas experiências sob outras prioridades, que, por sua vez, seriam diferentes das dos homens.

Assim, os homens seriam guiados por uma lógica da justiça, na qual a responsabilidade é uma limitação à ação, a obrigação é respeitar os direitos dos outros, as regras existiriam para limitar a interferência dos outros, o ponto de partida seria a separação do eu com o mundo e na qual o ideal é que todos sejam tratados como possuindo igual valor. As mulheres, por sua vez, teriam uma ética do cuidado na qual a responsabilidade é pensar nos outros, a obrigação seria a de cuidar, as respostas seriam contextuais, sempre tentando ser o mais abrangente possível, o ponto de partida sendo, assim, a conexão do eu com o mundo, na qual o ideal é que todos sejam correspondidos e incluídos, ninguém ficando de fora. Para essa ética do cuidado, é central a idéia de que o eu e o outro são interdependentes.

Essa teoria de Gilligan, segundo Miguel (2001), recusa o essencialismo. Para ela essa nova moral não é uma singularidade constitutiva das mulheres. Mas acontece que suas idéias foram apropriadas por posturas essencialistas, que construíram em cima delas a idéia da “política do desvelo”, que naturaliza a diferença feminina.

Essa “política do desvelo” afirma que as mulheres trazem aportes diferentes para a esfera política, pois elas estão acostumadas, diferentemente dos homens, a cuidar dos outros e a velar pelos indefesos. Uma maior presença feminina nas esferas de poder abrandaria o caráter agressivo – masculino – da atividade política, e traria uma maior valorização da solidariedade, da compaixão, uma maior busca pela paz. Nesta direção, as áreas sociais seriam mais valorizadas, e teríamos a superação da política pura de interesses, considerada egoísta e masculina. Ocorreria também, com a presença das mulheres na política, a revalorização da esfera familiar, com o papel da mãe ganhando destaque: cuidar dos filhos e proteger os fracos. Assim, a prática política se transformaria, tornando-se uma prática mais ética, generosa e altruísta, com atenção voltada às necessidades do outro. A idéia da “política do desvelo” é que a paridade dos sexos na política levará naturalmente a alteração dos padrões de comportamento na mesma.

Porém, Miguel (2001) argumenta que a relação entre gênero e “política do desvelo” não é automática. Para ele, homens e mulheres podem exercer o poder da mesma maneira. A crítica do autor também sublinha que o fato das mulheres que estão nos governos hoje se ocuparem mais dos temas sociais não seria devido ao seu imperativo moral mais altruísta, mas sim porque este seria o único nicho disponível para elas no campo político. Com uma maior entrada de mulheres na política, o que teríamos seria uma disputa mais intensa e com maior possibilidade de êxito das mulheres pelos cargos monopolizados hoje pelos homens (áreas de administração pública, política econômica, relações internacionais). Esse discurso da “política maternal” procura alterar a hierarquia de prestígio das atividades políticas, valorizando aquelas exercidas pelas mulheres, todavia isso pareceria *eternizar a divisão do trabalho político, insulando as mulheres no seu nicho próprio e destinando aos homens as tarefas que, ao menos por enquanto, são as mais valorizadas socialmente* (Miguel, 2001, p. 261).

Miguel (2001) continua sua crítica pontuando o componente essencialista dessa abordagem: a naturalização da atribuição às mulheres das tarefas de cuidar dos outros na sua abordagem da política e nos papéis sexuais. Por essa abordagem, a tarefa do cuidado seria “naturalmente” feminina, o que tiraria dos homens a responsabilidade pelo cuidado, ficando eles livres da necessidade da preocupação social. É como se as duas formas de exercer a política fossem exclusivas a cada sexo, sendo que não haveria espaço de troca.

Outra crítica importante que Miguel faz à “política do desvelo” tem como foco a exaltação que esta última faz da atividade política desinteressada. Essa visão pretende, com a entrada das mulheres nos espaços de poder, esterilizar estes espaços da contaminação por uma “política de interesses”. Contudo, para o autor, o problema central para as democracias representativas não é o de uma política “sem interesses”, mas justamente permitir a expressão de interesses sociais excluídos ou marginalizados, inclusive os interesses das próprias mulheres. Essa “política do desvelo” vê como característica feminina a maior preocupação com aqueles que a cercam do que consigo mesma. Só que está subjacente a essa visão a negação do direito da mulher a possuir interesses próprios. Essa corrente da teoria política feminista acabaria, dessa forma, mantendo a subordinação feminina sob um véu de “superioridade moral”.

Portanto, para Miguel (2001), a afirmação da diferença moral como base para reivindicar a representação política paritária entre homens e mulheres não se sustenta, posto que acaba escorregando para a naturalização das diferenças entre os sexos.

Tendo como referência toda essa discussão sobre a “ética do cuidado” e a “política do desvelo”, quando procuramos unir gênero e corrupção é no cenário internacional que encontramos os principais referenciais teóricos. São diversos os estudos nesse cenário que apontam para a convergência desses dois temas. E são esses estudos que nos mostram que há um debate muito intenso sobre até onde vai a conexão entre corrupção e o papel das mulheres.

Swamy et al. (2001), por exemplo, estão preocupados com a relação entre gênero e corrupção. Eles mostram que as mulheres estão menos envolvidas com esquemas de propina e suborno. E também demonstram que a corrupção é menor onde as mulheres possuem uma larga parcela dos assentos parlamentares, têm posições-chave na burocracia governamental e são uma parcela grande da força de trabalho.

Os autores constroem três hipóteses para testar se o aumento da presença das mulheres na vida pública reduziria os níveis de corrupção: em situações hipotéticas, mulheres são menos propensas a perdoar a corrupção; as empresárias envolvem-se menos com subornos; e países que têm uma maior representação de mulheres no governo ou no mercado de trabalho têm menores níveis de corrupção. Todas as hipóteses são confirmadas.

Os autores colocam ainda que essas afirmações sobre diferenças de gênero podem facilmente ser mal interpretadas. Eles reconhecem que existiria um diferencial de gênero. Porém, com isso, eles não estão afirmando terem encontrado diferenças essenciais, permanentes ou biologicamente determinadas entre homens e mulheres. O que eles querem fazer é mostrar relações estatisticamente significantes, que apontam para um diferencial de gênero na incidência da corrupção.

A conclusão do texto é que o diferencial de gênero, no que diz respeito à corrupção, deve persistir nos próximos anos. Os autores concluem ainda que as iniciativas políticas de aumentar a participação feminina no governo irão ajudar a reduzir a corrupção.

Outro autor que trata da relação entre gênero e corrupção é Sung (2006). Seu texto tem como base a afirmação de que o aumento da participação feminina na vida pública é um final bom e justo, mas que isso, por si só, não oferece maneiras efetivas para alcançar um governo não-corrupto. Por aqui já percebemos que este artigo vai na direção contrária do primeiro.

Essa visão de que as mulheres são menos corruptas é reforçada por um documento do Banco Mundial (2001) segundo o qual os negócios e os governos seriam mais limpos e, ainda, a economia se mostraria mais produtiva, justamente, nas sociedades em que mulheres têm mais direitos e participam mais da vida pública. Foi assim, com base nesses argumentos, que as mulheres, de vítimas da opressão sexista, tornaram-se as “salvadoras” dos países afligidos pela corrupção. O documento termina clamando por mais mulheres na política e na força de trabalho, pois isto poderia levar a um bom governo.

Sung concorda com a existência de um diferencial de gênero em se tratando de comportamentos morais – esse seria um dado inquestionável. Porém, esse dado não deveria remeter automaticamente à idéia de que um sexo é moralmente superior ao outro. Para ele, antes de nos preocuparmos com a percentagem ideal de mulheres no governo, deveríamos perguntar se gênero realmente importa. Esse autor critica o documento do Banco e defende a hipótese de que um sistema mais justo ajudaria na diminuição da corrupção, ao invés da hipótese da existência de um sexo mais justo. As oportunidades para as mulheres tendem a aparecer juntamente com uma estrutura social e política que é geralmente mais aberta e atinge melhor os ideais democráticos de participação, justiça e responsabilidade. A democracia seria melhor do que os outros sistemas políticos quando o que se trata é expandir o papel político das mulheres. Como resultado disso, segundo o autor, a robusta associação estatística entre gênero e corrupção no nível internacional poderia ser mal-interpretada. Ambos, participação feminina no governo e menores níveis de corrupção, dependeriam de um sistema político mais justo. Assim, para o autor, são os mecanismos da democracia que diminuem a corrupção e não o sexo do representante.

Kaufmann (1998) tem uma percepção parecida com a de Sung. O primeiro autor constata que, recentemente, no mundo inteiro cresceu o envolvimento da sociedade civil e das ONGs na luta contra a corrupção. E as pesquisas mostram que esse envolvimento está diretamente relacionado com as liberdades civis: é mais fácil para a sociedade civil de um país se envolver no combate à corrupção se neste as liberdades civis estão salvaguardadas. Assim, um maior alcance de liberdades civis e de direitos de cidadania está associado ao aumento do controle possível da corrupção. O autor defende, então, a importância de uma sociedade civil ativa no combate à corrupção e, para que isto ocorra, seria preciso que as liberdades civis fossem garantidas.

Existe, segundo Kaufmann (1998), uma relação importante que se estabelece entre mulheres e a sociedade civil: o empoderamento das primeiras mobiliza a segunda, principalmente contra a corrupção. Os dados que o autor analisa mostram que os países onde os direitos das mulheres estão mais restringidos têm maior prevalência de corrupção. As perguntas que o autor se coloca a seguir são se a ausência dos direitos das mulheres é uma importante variável *proxy* da ausência das outras liberdades civis em uma sociedade, ou se a relação é outra, a saber: se a participação feminina tem um efeito particular de inibição da tolerância da sociedade para com a corrupção.

Esse tipo de discussão, segundo Matos (2008), descola dos gêneros a (i)responsabilidade sobre comportamentos mais ou menos éticos e coloca a questão em outros patamares. Por essa visão podemos entender que o combate às práticas de corrupção poderia ser melhor realizado em um ambiente no qual direitos e liberdades são exercidos em maior plenitude.

Matos defende que há hoje uma convergência na afirmação de que as mulheres teriam, mais do que os homens, um conjunto de comportamentos sociais e eticamente orientados, assim como demonstrariam maior preocupação com o bem público, derivando daí que elas seriam menos corruptas. Inclusive as pesquisas internacionais destacam a existência de diferenças no envolvimento de mulheres e homens nos esquemas de corrupção. O que não está claro, para Matos, em função das desigualdades que perpassam os sexos (especialmente às relativas ao acesso e permanência desiguais das mulheres nos espaços da política e da economia), é se essas evidências empíricas podem ser atribuídas a diferenças de oportunidades ou a diferenças de gênero.

Assim como a grande parte dos autores tratados até aqui, Matos (2008) coloca que não é possível identificarmos “essências” fundamentais no que diz respeito à construção de diferenças nas identidades de gênero. Para essa autora,

*...identidades de mulheres e homens são muito mais pontos provisórios de chegada de trajetórias social e politicamente construídas a partir de percepções, sentimentos, experiências e vivências específicas de gênero do que um depósito de atitudes moralmente orientadas e consolidadas que se fundariam nas diferenças de sexo.* (Matos, 2008, p. 422)

De acordo com a autora, como conseqüência da afirmação da maior eticidade das mulheres na condução da coisa pública, da menor propensão delas às atividades corruptas, tivemos a defesa de que as democracias modernas deveriam incrementar a participação feminina nos espaços institucionalizados da política a fim de reduzir a corrupção. É preciso, todavia, ir devagar com esse argumento, como bem nos demonstrou Miguel (2001).

A defesa da entrada de mais mulheres na política não deveria ser feita com base em uma visão essencialista, que afirme que as mulheres fazem uma política mais desinteressada e altruísta – “política do desvelo”. É mais interessante fazer essa defesa tendo como base a idéia de Young (2000) de ‘perspectiva’. Uma idéia forte desta autora é que nos sistemas representativos existem três modos das pessoas serem representadas: interesses, opiniões ou perspectivas. Os interesses têm a ver com o que precisamos para alcançar os fins que queremos (ênfase nos meios), as opiniões são os princípios, valores e prioridades que fundamentam o nosso juízo acerca de qual política deve ser seguida (ênfase nos fins), e as perspectivas estão conectadas ao tipo de experiência social que temos. Essa última idéia afirma que conforme a sua posição social, a pessoa se encontra sintonizada com certos significados e relacionamentos sociais. Cada posição produz experiências e compreensões particulares que deveriam ser representadas politicamente. As diferentes perspectivas seriam diferentes pontos de partida para o debate político, diferentes pontos de vista que membros de um grupo têm sobre os processos sociais.

Para esta autora, o acesso das mulheres, como de outros grupos politicamente excluídos, às esferas de deliberação pública é necessário não porque elas compartilham os mesmos interesses ou opiniões, mas porque elas partem de uma mesma perspectiva social, vinculada a certos padrões de experiência de vida. É dessa forma que entendemos como as mulheres podem ser menos corruptas: a participação delas na arena política seria diferente da masculina porque os dois lados ocupam posições diferentes na formação social.

Sendo assim, representar perspectivas contribui para a inclusão dos grupos marginalizados na tomada de decisão. O pressuposto de Young é o de que é incorreta a exclusão política de grupos e indivíduos subordinados. Para ela todas as perspectivas dos grupos sociais deveriam estar representadas nas tomadas de decisão política.

A partir dessa discussão teórica, vimos que existe uma associação forte entre mulheres no poder e menores índices de corrupção, assim como uma grande discussão sobre se existem ou não comportamentos morais distintos entre os sexos. Nos voltamos então para as mulheres brasileiras conectadas com o espaço político a fim de perceber como elas associam o sexo do representante com comportamentos mais ou menos corruptos.

# Metodologia

O banco de dados aqui discutido faz parte da pesquisa “A Política na Ausência das Mulheres” e aborda as percepções que as mulheres ligadas à política (candidatas a deputada estadual, deputadas estaduais eleitas e deputadas federais eleitas) têm sobre os comportamentos políticos de homens e mulheres. Essa pesquisa abordou temas como a existência de diferenças entre homens e mulheres no geral, no comportamento legislativo e nos motivos para se candidatar. Buscamos aqui entender como essas mulheres percebem as diferenças entre os sexos, principalmente no comportamento político de ambos e qual a conexão elas estabelecem entre gênero e corrupção. Queremos entender como elas localizam as diferenças entre os comportamentos políticos dos sexos, se a vêem como uma diferença natural (“essência”) e como elas articulam a defesa da presença das mulheres no espaço de poder.

Nossa hipótese, seguindo Matos (2008), é que não existe uma “essência” feminina mais moral. Esperamos encontrar nessas entrevistas pouca associação entre as características femininas e uma menor tolerância com a corrupção. Apostamos na defesa da entrada de mais mulheres na arena política não pela via de uma “essência” feminina menos corrupta, e sim porque as mulheres têm uma perspectiva social diferente da masculina. Veremos se isso procede nas entrevistas realizadas.

# Resultados e discussões

Nosso objeto de estudo são as entrevistas realizadas pela pesquisa “A Política na Ausência das Mulheres: um estudo sobre recrutamento político, trajetórias/carreiras e comportamento legislativos de mulheres” realizada pelo DCP (Departamento de Ciência Política) e pelo NEPEM (Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher), ambos da UFMG. O objetivo dessa pesquisa foi compreender a estrutura geral do (i) recrutamento e rotas de acesso a cargos legislativos de mulheres, das (ii) estratégias de carreiras/trajetórias políticas femininas; (iii) do comportamento legislativo de mulheres, com vistas a subsidiar um melhor entendimento dos determinantes que operam para definir o lento crescimento da representação de mulheres em cargos do poder legislativo, no Brasil e em Minas Gerais. A pesquisa realizou um estudo detalhado, em uma primeira etapa, da Assembléia Legislativa de Minas Gerais e depois da Câmara dos Deputados em Brasília. Foram entrevistadas, no ano de 2006, 50 candidatas à deputada estadual em Minas Gerais, 8 deputadas estaduais eleitas nesse mesmo estado e 22 deputadas federais eleitas. Para a nossa análise, utilizamos as respostas das seguintes perguntas:

* Como a senhora percebe a situação das mulheres na política brasileira hoje?
* A senhora acredita que ser mulher faz alguma diferença no jogo político? Qual diferença faria e por quê.
* A senhora acha que existem motivos diferentes para homens e mulheres se candidatarem a cargos no legislativo? Por quê?
* Na opinião da senhora, há diferença de comportamento parlamentar entre os homens e mulheres, independentemente dos alinhamentos político-partidários?
* A senhora acha que existem comportamentos legislativos distintos entre homens e mulheres? Por quê?

Nosso foco é a percepção que as mulheres envolvidas com a política, sejam elas candidatas ou eleitas, têm sobre a relação entre mulheres e corrupção, se elas fazem uma ligação entre as características femininas e a “ética do cuidado”, se percebem diferenças entre os comportamentos parlamentares de homens e mulheres e como defendem a presença das mulheres nos espaços de decisão política.

Queremos perceber, através da análise das entrevistas, se há ou não no discurso das mulheres a percepção de uma “essência” feminina menos corrupta, se há ou não uma associação entre as características pessoais femininas e o comportamento político das mulheres, se existe a defesa de que ser mulher faz diferença na política, e também se as entrevistadas percebem ou não que existem diferenças dentro do próprio grupo das mulheres.

Em primeiro lugar, existe uma forte percepção das entrevistadas em afirmar que as mulheres possuem alguma característica a mais do que os homens, sempre características positivas, que estariam fazendo falta na política atual. 82% das candidatas citaram pelo menos uma característica feminina diferente e melhor do que as masculinas, nas eleitas essa porcentagem também foi alta, 70%. Dentre essas características a mais que as mulheres teriam, encontramos nas entrevistas que a mulher é mais: direta, compromissada, autêntica, sensitiva, responsável, preocupada com o outro e com o lado social, sensível, sentimental, detalhista, carinhosa, humanizada, solidária, envolvidas com o cuidado, dedicada, coração, capaz, visão panorâmica e de longo prazo, emotiva, piedosa, diálogo, religiosa, envolvida com projetos, boa ouvinte, audaciosa, franca, intuitiva, minuciosa, conciliadora, dedicada, doce, complacente, corajosa, moral, respeitosa, carismática, jeitosa, caridosa, amorosa, bondosa, sincera, tolerante, forte, paciente, compreensiva, compromissada, ativa, inovadora, preocupada com mudança e justiça social, fiel, presente, carinhosa, persistente, sensata, generosa, conscientes, pacificadora, afetiva... Essas características aparecem repetidas vezes nos discursos das mulheres.

A defesa central aqui é que as mulheres têm um olhar diferente do masculino. Em alguns casos (28% das entrevistas), essas características estão ligadas ao papel da mãe, da cuidadora do lar, dos filhos, da casa, ao instinto materno do cuidado. Entre as candidatas que apontaram alguma característica feminina superior às masculinas, encontramos 66% delas conectadas à ética do cuidado – mulheres são seres mais voltados para o cuidado com o outro, para o lado social, têm uma visão de mundo mais coletiva.

Se ficássemos só com essa pergunta, a tendência seria corroborar a tese de que as mulheres possuem realmente uma outra percepção do mundo, calcada em características “naturalmente” femininas. Ao falar dessas características, as entrevistadas nos passam a idéia de que todas as mulheres são assim e de que todos os homens são exatamente o contrário. Entendemos isso, numa primeira tentativa de explicação, como uma necessidade das mulheres se afirmarem em um espaço tão masculinizado como a política. Talvez elas exaltem as suas características “essenciais” para mostrar que a mulher é tão importante quanto o homem nesse espaço.

Em segundo lugar, tentamos estabelecer como as entrevistadas percebem a relação entre mulheres e corrupção. Vale destacar que não existia uma pergunta sobre corrupção no questionário, quando esse tema aparece nas respostas, está dentro de alguma outra questão sobre diferenças entre homens e mulheres na política. É preciso colocar também que em TODAS as vezes que o tema da corrupção aparece, a ligação é estabelecida quase que imediatamente: as mulheres são menos corruptas do que os homens.

Entre as candidatas, apareceu em 46% das entrevistas a associação que mulheres são menos corruptas do que os homens. Entre as eleitas a porcentagem é um pouco menor, 33% delas afirmou que as mulheres são menos corruptas. O fato das eleitas afirmarem menos do que as candidatas a conexão entre ser mulher e ter comportamentos políticos menos corruptos, pode ser devido ao fato de que as deputadas eleitas já estão dentro do jogo político e, portanto, podem perceber que nem todas as mulheres perseguem o bem-comum quando chegam às casas legislativas e nem todas as mulheres têm um comportamento pouco ou nada corrupto.

Nas entrevistas em que aparece o tema da corrupção, as entrevistadas falam em uníssono que as mulheres são mais éticas, não gostam de corrupção:

*A mulher, tudo dela ela volta para a responsabilidade que ela tem. Ela não tem dinheiro, porque ela não tem tempo e nem tem interesse mental para ficar articulando, uma trapaça uma outra dali, outra dali, pega uma verba dali, outra verba de um ciclano, salta de um fulano para outro...A mulher detesta esse tipo de jogo, então não dá para a mulher.* (Entrevistada A, 2006).

Por esse trecho, percebemos que a entrevistada adota a idéia de Gilligan (1982) de que as mulheres estão mais voltadas para a responsabilidade. E esse senso de responsabilidade das mulheres impediria que estas se envolvessem com esquemas corruptos.

Outra explicação para o fato das mulheres se envolverem muito menos do que os homens nos esquemas de corrupção, estaria no comprometimento destes com os interesses privados: *Trace um perfil das parlamentares, mulheres nesse Congresso Nacional, você vai ver diferenças gritantes entre homens e mulheres. Menos corrupção, mais metodologia, mais seriedade no tratamento da coisa pública, envolvida nas questões sociais.* (Entrevistada B, 2006).

O homem joga o jogo da corrupção, a mulher se recusa*: O homem tem o jogo, o homem joga. De qualquer forma, de qualquer posição, tanto financeiro, te compra com a palavra... a mulher não. A mulher, eu acho que ela acredita muito nas palavras* (...) *.Elas acreditam, elas entram com o coração.* Ou então: *ele* (o homem) *participa de certos jogos que a mulher não seria capaz de participar, é onde a política, hoje em dia, está, eu diria, um pouco deteriorizada.* (Entrevistada C, 2006).

E o homem é mais esperto nesse jogo porque já está contaminado pelas estruturas do poder, já está no poder há muito tempo: *O homem já tem as articulações, já tem a maldade, ta impregnada no homem. Já tem ali a malícia, eles sabem jogar.* (Entrevistada D). Ou então: *Porque como os homens estão mais acostumados ao poder eles também tem vícios que nós não temos. Nas disputas, nas puxadas de tapetes, é são diferentes, porque tem vícios que se constroem ao longo do tempo das disputas pelo poder.* (Entrevistada E, 2006). Sendo assim, por estar afastada do poder, a mulher estaria isenta da contaminação pelos jogos corruptos.

O comportamento político dos homens é visto como fortemente ligado à corrupção: *Pela corrupção os homens lá no parlamento, a maioria deles, eles vendem emendas, eles entram, agora nos Sanguessugas, nos super faturamentos, eles compram os projetos, eles decretam leis e as mulheres não. Você pode ver que só vê homens na corrupção.* (Entrevistada G, 2006).

Quando não citam diretamente a corrupção, as entrevistadas citam características femininas opostas àquelas ligadas a comportamentos corruptos: *Eu acredito, eu acho a mulher mais honesta, mais transparente.* (Entrevistada I, 2006). As mulheres aparecem assim como a “saída” para o país sair da crise de corrupção em que se encontra:

*A crise do nosso país é crise de caráter e não intelectual e não tão somente financeira. Nós mulheres, como eu já disse, somos mais difíceis de nos corrompermos. Nós somos mais frágeis, agimos não somente com a razão, ouvimos o nosso coração. Não nos corrompemos, não nos deixamos levar facilmente por idéias, pelo corporativismo.* (Entrevistada I, 2006).

Ou então: *Acho necessário e acredito que a mudança na política passa pela mulher sim. Ela tem todos os princípios, é o princípio ético, de transparência.* (Entrevistada J, 2006).

Ainda, algumas colocam que pelo fato da política estar se tornando algo muito sujo, muito corrupto, isso tem afastado as mulheres da política:

*\*O que à senhora acha da argumentação que as mulheres teriam uma baixa ambição política?*

*\*Olha, eu não sei que relação eu posso fazer, mas, ela tem uma baixa ambição política. Eu coloco isso com a seriedade que ela tem e pela política estar se tornando uma coisa muito suja, talvez seja isso que tanto a mulher como o cristão ta querendo afastar da política* (Entrevistada K, 2006)

A mulher teria um “compromisso inabalável” com a luta contra a corrupção, por mais transparência*: E é esse padrão (*de comportamento) *que eu vejo dela* (a mulher), *o compromisso com a ética, com a verdade, com a responsabilidade.* (Entrevistada L, 2006). Apesar dessa ligação praticamente direta entre menos corrupção e mulheres, a maioria das entrevistadas destaca saber que nem todas as mulheres são assim (menos corruptas, mais honestas), abrindo espaço para o questionamento de se essa relação é mesmo inevitável: *Porque só porque subiu a mulher* (para a política) *não precisa ser santa. Você vai ter a santa, vai ter a prostituta, vai ter a honesta, vai ter a capeta... entendeu?* (Entrevistada M, 2006).

É preciso também ressaltar que existem aquelas entrevistadas que percebem haver diferenças entre as próprias mulheres. Entre as candidatas, essa percepção foi de 30% e entre as eleitas de 40%. O que elas dizem aqui é que nem todas as mulheres são iguais no que diz respeito àquelas características mais “especiais” ou menos corruptas. Sobre essas diferenças dentro do próprio grupo de mulheres, as entrevistadas colocam que “existem mulheres e mulheres”, nem todas as mulheres aceitam menos os esquemas corruptos. E ressaltam também que existem sim mulheres eleitas que estão comprometidas com os interesses privados, que são aquelas que levam sobrenome de famílias políticas importantes – cuja trajetória política é baseada na rota familiar, tradicional. Elas estariam na política para “se dar bem”, “participar do poder” e não com projeto de transformação da sociedade.

Quando as candidatas falam sobre os comportamentos parlamentares de homens e mulheres, é pequena a tendência para a essencialização, tanto entre as candidatas quanto entre as eleitas. Entre as primeiras, em 48% das suas entrevistas apareceu a defesa de que homens e mulheres possuem comportamentos políticos diferentes e em 32% dos casos elas não perceberam diferenças entre os sexos nesse quesito. Entre as eleitas, as porcentagens também são parecidas, 50% falam de comportamentos parlamentares diferentes por sexo e 30% falam que não existe essa diferença por sexo no comportamento político.

Para as entrevistadas que acreditam que mulheres têm comportamento parlamentar diferente do masculino, isso é explicado pelas características positivas femininas:

*A mulher... envolve muito o lado sentimental da mulher. Eu acho que ela é mais carinhosa. Eu acho que ela é mais objetivada. Ela coloca uma coisa na cabeça, ela quer fazer aquilo. Vai até o fim. O homem não. O homem não tem muito isso.* (Entrevistada B, 2006).

Além disso, elas buscam ressaltar a enorme predominância da mulher nas áreas sociais:

*Mas eu acho que ocupar esses espaços da, de temas e áreas mais sociais, eu não acho que seja machismo, eu acho que é porque a mulher tem uma sensibilidade muito grande pelo social. Então isso aí eu vejo como positivo, é a mulher aonde eu vejo que ela pode dar uma contribuição de avanço da, para que haja direitos iguais e igualdade social e tudo.* (Entrevistada J, 2006)

Para as que defendem que ambos os sexos têm o mesmo comportamento, a ética profissional é igual para homens e mulheres: *Agora, dentro da política, a ética profissional, o direito, a responsabilidade é igual para o homem e para a mulher*. (Entrevistada N, 2006). Para essas entrevistadas ambos os sexos atuam nas mesmas áreas, ambos podem atuar em qualquer área, isso é muito mais uma questão de aptidão: *Eu acho que a mulher é capaz de atuar em qualquer setor, porque eu acho que isso não diferencia por ser mulher, ter que atuar em um setor ou outro, isso depende da aptidão de cada uma.* (Entrevistada E, 2006).

Mesmo entre essas existe a percepção do comportamento feminino mais voltado para as áreas sociais, porém a justificativa aqui não é pelo lado de características essencialmente femininas, tendo mais a ver com a experiência e o trabalho.

Nessa questão, quando as respostas são negativas, o que há de marcante em todas elas é a negação de que sexo é o determinante último dos comportamentos de homens e mulheres na política. Existem outros fatores, pessoais, de aptidão, partidários, que influenciariam muito mais.

Quando passamos para as respostas sobre os motivos que levam homens e mulheres a se candidatarem, a proporção de respostas “essencializantes” é menor. Dentre as candidatas 20% percebeu existir motivos diferentes, enquanto 22% respondeu não haver esse diferencial de sexo. Entre as eleitas a diferença entre as respostas é mais significativa ainda, 6% acredita existirem motivos diferentes por sexo para a candidatura, enquanto 16% não acredita nessa diferença.

As justificativas para a existência da diferença vão no mesmo sentido da pergunta anterior: as mulheres possuem características melhores e completamente diferentes das masculinas, em geral estas justificativas estão relacionadas aos diferentes interesses que homens e mulheres teriam ao entrar para a política:

*\*A senhora acha que existam motivos diferentes para homens e mulheres se candidatarem a cargos no legislativo?*

*\*Olha, eu acho que há. Eu acho que pros homens, de um modo geral, tem muito essa questão do poder, de uma certa vaidade, de construir possibilidade até econômicas através da disputa do voto. Eu acho que, ou vincular algum grupo econômico, algum interesse específico (...) eu acho que no geral é isso. Eu acho que pras mulheres, quando ela chega aí, eu acho que tem muito essa vontade assim, dessa dedicação, das causas coletivas.* (Entrevistada O, 2006)

Por outro lado, aquelas que dizem não haver diferencial de sexo no que diz respeito aos motivos da candidatura – dessa vez elas são maioria – se apóiam no argumento de que essa é uma escolha pessoal, independente de sexo.

*\*Eu acho que para homens e mulheres se candidatarem não tem motivos tem motivos assim, existem aqueles políticos que querem se eleger porque tem um objetivo coletivo, um objetivo macro, de trabalhar para melhorar a vida da maioria, e tem aqueles que tem uma visão puramente aproveitadora, de vir pra cá devido seus interesses particulares para virem defender aqui, (...) então, tem gente, assim, com essas,esses objetivos diferentes, eu não que seja homem ou mulher, eu acho que todos nós, dependendo da trajetória que você fez na vida é que vai, dizer, orientar a sua trajetória política.* (Entrevistada P, 2006)

Todas as vezes em que as entrevistadas aparecem negando a existência de uma diferença de sexo determinante na política, encontramos uma maior disposição delas em refutar os essencialismos que muitas vezes elas mesmas colocaram em algum momento da entrevista. É mais forte a negação da diferença quando o assunto são os motivos que levam homens e mulheres à política, com uma maior tendência das entrevistadas em responder que esses motivos têm causas pessoais. Essa percepção abre caminho para o questionamento se realmente é o sexo o determinante principal das ações e escolhas das pessoas. E algumas das entrevistadas reforçam esse sentido afirmando que não basta ser mulher para assegurar uma lógica ou um projeto de igualdade:

\**Eu diria que não basta ser mulher pra assegurar uma lógica ou um projeto de igualdade. Há mulheres que têm pensamento machista, autoritário e socialmente excludente. Do ponto de vista individual, de cada mulher, não faz diferença porque algumas reproduzem o modelo machista, patriarcal.* (Entrevistada Q, 2006).

Aqui as entrevistadas defendem que não basta eleger qualquer mulher, só fará diferença aquelas que forem exercer o poder com competência, que tiverem projetos sociais que almejem uma sociedade mais igualitária. Algumas chegam mesmo a formular idéias parecidas com a de “perspectiva social”.

Poucas entrevistadas (8% das candidatas e 10% das eleitas) nos indicam esse caminho da perspectiva (Young, 2000) como o melhor para explicar as diferenças entre homens e mulheres: *Nós, mulheres, enxergamos o mundo com uma perspectiva diferente, a gente vê o mundo redondinho, a gente vê as crianças de uma forma diferente para completar a forma que os homens vêem. Não que nós sejamos melhores, nós nos completamos* (Entrevistada N, 2006).

Para estas entrevistadas, foram os anos de silêncio e de afastamento da mulher da política que a levou a desenvolver todas essas características descritas acima, principalmente a sua preocupação com o social. As mulheres levantam mais bandeiras sociais pela vivência delas, pela história de vida delas, sempre ligada à família, à casa, ao cuidado: *Eu penso que as mulheres são mais sensíveis para levantar essas bandeiras* (sociais) *por questão de vivência* (Entrevistada T, 2006).

Essa perspectiva feminina é *fruto de uma história que sempre nos oprimiu.* (Entrevistada P).A idéia aqui é a de que as mulheres têm a contribuir com o mundo da política, não por terem características inatas, mas porque a capacidade política é construída, e a das mulheres foi construída num espaço fora da política formal. Enfim, as mulheres farão diferença na política se levarem para este campo as peculiaridades que a vida lhe impôs:

*Do ponto de vista coletivo, enquanto parcela da sociedade, faz enorme diferença* (ser mulher)*, porque essa metade da humanidade leva para o exercício da política particularidades que a vida lhe impõe. Por exemplo, sensibilidade social por conviverem com a luta cotidiana da comida, pra assegurar educação, pra compensar os problemas da assistência à saúde que o estado debilita. Então, esse exercício dessa parcela da sociedade cria uma estrutura, uma tendência á uma sensibilidade social maior. E há a própria pressão da vida, ao serem discriminadas, a sua situação termina ajudando pra que ela crie uma consciência de igualdade.* (Entrevistada U, 2006).

Enfim, o que os dados nos mostram é uma tendência das mulheres envolvidas com a política, sejam eleitas ou candidatas, afirmarem a existência de diferenças entre homens e mulheres, muitas vezes caindo no argumento “essencialista” de que estas seriam diferenças naturais. As mulheres entrevistadas com muita freqüência se esforçam para se diferenciarem dos homens, inclusive quando o assunto é corrupção. Todavia, se existisse mesmo uma “essência” feminina completamente diferente da masculina, esperar-se-ia que todas as vezes que fossem chamadas a comparar homens e mulheres, as entrevistadas identificassem diferenças naturais entre os sexos. Só que os percentuais variam de pergunta para pergunta. Na pergunta direta sobre se há ou não diferenças, a enorme maioria responde que sim. Mas quando vamos para comportamentos e motivos, as respostas já são menos categóricas, e surgem possibilidades maiores de diferenças importantes que não são derivadas do sexo. Em algumas entrevistas surge mesmo a possibilidade de que essa seja uma diferença mais de projeto, de trajetória pessoal. E uma minoria chega mesmo a defender que a presença das mulheres na política deve ocorrer porque elas possuem uma perspectiva social diferente da masculina, que não deveria estar ausente dos espaços de tomada de decisão.

**Conclusões**

A sociedade brasileira tem se debatido, desde a sua democratização, com o problema da constituição de uma noção de interesse público capaz de pautar a ação dos seus representantes políticos. O Brasil democrático tem sido marcado nos últimos anos por uma maré de denúncias de escândalos de corrupção. Apesar disso, no nosso país existem poucos estudos sobre esse fenômeno.

O que fica para nós desse artigo é a importância na atualidade de se desenvolver pesquisas para entender o fenômeno da corrupção no Brasil. Isso demanda olharmos para a estrutura política, mas não só ela, como também olhar para os aspectos culturais e sociais. Fica também a importância de se estudar a corrupção por outro viés que não seja só o institucionalista. Para o entendimento desse fenômeno, importa olhar as regras e instituições, mas é preciso ampliar o olhar e tentar entender as percepções que a própria sociedade constrói acerca da corrupção e do interesse público. Como Bignotto (2006) destaca, a corrupção é um problema no Brasil que é parte da nossa vida política em toda a sua extensão. Ela afeta a relação dos cidadãos de um Estado com a vida política em geral. Tentamos buscar como as mulheres próximas do campo da política percebem as diferenças entre comportamentos políticos de homens e mulheres.

Ao partirmos para a parte empírica, os resultados da análise das entrevistas das mulheres nos mostraram uma tentativa sempre presente de diferenciar homens e mulheres no que diz respeito aos seus comportamentos políticos, motivos para se candidatar e a relação com a corrupção. Poucas foram aquelas que buscaram outros fatores explicativos que não o sexo para as diferenças percebidas entre homens e mulheres. Mas, apesar de aparecerem em menor número, o fato de aparecerem explicações alternativas já sinaliza para a possível existência de outras causas das diferenças percebidas entre os sexos. Conseguimos visualizar espaços para a defesa de outras idéias, que desmitificariam a idéia de uma “essência” feminina.

Entendemos que a “ética do cuidado” deve ser levada para o campo da política com cuidado, para não cair em uma “essencialização” das posições das mulheres. Como nos alertou Miguel (2001), levar o argumento da “política do desvelo” para a política pode reter a atuação política das mulheres nas áreas sociais, obrigando-as sempre a se preocupar mais com os outros do que com a defesa dos seus próprios interesses.

Nossa análise empírica nos mostrou que essas mulheres entrevistadas ainda fazem uma defesa da presença das mulheres no campo político ressaltando as características morais femininas diferentes das masculinas. Um início de explicação para isso pode ser que essas mulheres ligadas à política, por estarem em um campo tão hostil a elas, dominado imensa e quantitativamente pelos homens, podem acabar por procurar se destacar de alguma maneira. O ambiente político é muito masculinizado no nosso país e isso pode fazer com que as mulheres que tentam ingressar nele ou as que efetivamente conseguem vencer as eleições, para se destacarem na multidão dos políticos, optem por um discurso mais enfático, ressaltando as características diferentes entre elas e os homens.

Se as mulheres são ou não a solução para o problema da corrupção no nosso país, fica a pergunta. E fica também a proposta de se estudar mais a fundo a relação que ambos os sexos estabelecem com o que é público, para tentar entender por que essa associação tão forte entre mulheres e comportamento político menos corrupto. Nossa percepção é a de que se realmente existir um diferencial de gênero no que diz respeito à corrupção, sua causa não deve ser buscada em uma “essência” natural feminina ou masculina. Podemos pensar que outros fatores podem influenciar a maneira como os dois sexos constroem a relação com o que é público, como por exemplo, a trajetória de vida da pessoa, sua participação em movimentos sociais, ou mesmo sua ligação com os setores dominantes da sociedade.

Para nós, é responsabilidade de homens e mulheres construir atitudes positivas e eticamente orientadas para estruturar uma sociedade decente e democrática onde direitos, oportunidade e liberdades sejam igualmente distribuídos.

**Referências bibliográficas**

BIGNOTTO, Newton. Corrupção e Estado de Direito. In: AVRITZER, Leonardo & ANASTASIA, Fátima (org.). *Reforma Política no Brasil.* Belo Horizonte: Editora UFMG/PNUD, 2006.

DOWNS, Anthony. *An Economic Theory of Democracy.* New York: Harper & Row, 1957.

FILGUEIRAS, Fernando . *A Corrupção na Política: Perspectivas Teóricas e Metodológicas*. Cadernos Cedes - IUPER, v. 5, 2006.

FRIEDMAN, M. Beyond caring: the De-moralization of gender. *Canadian Journal of Philosophy,* v.13, 1987.

GILLIGAN, Carol. *Uma Voz Diferente.* Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1982.

HALL, Peter A. & TAYLOR, Rosemary. Political Science and the Three New Institutionalism. In: *Political Studies,* nº 44, 1996.

HUNTIGTON, Samuel P. *A Ordem Política nas Sociedades em Mudança.* São Paulo: EDUSP, Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1975.

KAUFMANN, D*. Corruption: the Facts Foreing Policy*, 1997.

KIMLICKA, Will. O Feminismo. IN: *Filosofia Política Contemporânea*, São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MARCH, James G. & OLSEN, Johan P. *Rediscovering Institutions:* The Organizational Basis of Politics. New York: Free Press, 1989.

MATOS, Marlise. Gênero*.* In: AVRITZER, Leonardo; BIGNOTTO, Newton; GUIMARÃES, Juarez; STARLING, Heloísa. (Org.). *Corrupção: ensaios e crítica*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

MIGUEL, Luis Felipe. *Política de interesses, política do desvelo: representação política e singularidade feminina.* Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 9, n. 1, 2001.

NORTH, Douglass C. *Institutions, Institutional Change, and Economic Performance.* Cambridge: Cambridge University press, 1990.

NYE, Joseph Nye. Corruption and Political Development: A Cost-Benefit Analysis. In: *American Political Science Review,* vol. 61, nº 4, 1967.

ROSE-ACKERMAN, Susan. *Corruption and Government.* Causes, Consequences, and Reform. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

SERAGELDIN, Ismail; Shluger, Ephim; Brown, Joan Martin. Banco Mundial, 2001.

SUNG, Hung-En. From victims to saviors? Women, power and corruption. *Current History.* March, 2006.

SWAMY, A., KNACK S., LEE, Y., AZFAR, O. Gender and Corruption. *Journal of Development Economics*, 2001.

YOUNG, Iris M., *Inclusion and Democracy*, Oxford: Oxford University Press, 2000.

|  |  |
| --- | --- |
| Nome | **A 004**  **Premiada** |
| Autora/o |
| Orientadora/o |
| IES: |
| Cidade/Estado: |
| Outras Informações: Graduado, especialista e estudante de Mestrado |

**As personagens femininas em Macunaíma:**

**Sexualidade e Gênero no modernismo pós-1922**

**André Luiz Ferreira Cozzi - IFPA.[[20]](#footnote-20)**

**Orientadora: Ana Paula Palheta Santana[[21]](#footnote-21).**

**Resumo:** O presente artigo investiga como gênero e sexualidade são apresentados no discurso modernista da década de 1920, a partir da análise das personagens femininas do livro *Macunaíma, o herói sem nenhum caráter*, do escritor Mário de Andrade e tem como objetivo verificar, através do confronto entre a representação literária e o discurso intelectual, mudanças e permanências no campo das identidades sexuais e de gênero no contexto brasileiro. O recorte cronológico desta proposta é bastante explorado nos estudos sobre mulheres e questões de gênero[[22]](#footnote-22); assim, é possível mapear e descrever as diferentes maneiras como cientistas, intelectuais e literatos promoveram, nos mais diversos meios de comunicação e arte (jornais, revistas, pintura, escultura, música, poesia, novelas, peças teatrais), antigos e persistentes estereótipos sobre o feminino, contribuindo para a manutenção da condição social subjugada das mulheres, mesmo no contexto das conquistas do movimento feminista naquela época. No Brasil, o movimento modernista pós-1922 posiciona-se sobre muitas questões consideradas centrais no desenvolvimento da sociedade e no progresso do país. Porém, por mais inovador que pudesse parecer, o texto modernista ainda comportava antigos e persistentes padrões sobre sexualidade e gênero. Em Macunaíma, encontramos uma proposta rapsódica, em que o autor faz uma *leitura* e um *embricamento* da diversidade cultural da sociedade brasileira. Através dos mitos e folclores regionais, Mário de Andrade cria espaços de encontro dos diversos agentes que compunham a população nacional, sugerindo interpretações que propiciassem uma integração entre cidade e campo, litoral e interior, natureza e sociedade. Lança mão de vários recursos poéticos e científicos, consolidando uma representação sociológica da realidade. Pelo amplo aspecto de abordagem, Macunaíma pode ser tomado também como obra chave do modernismo na leitura sobre a ativa presença feminina na sociedade daquele início de século, mesmo isso não ocorrendo através de um discurso direto no texto. Procedendo uma aproximação entre Macunaíma e o discurso misógino daquele início de século verifiquei que o tratamento dispensado as personagens femininas da trama – sempre mediatizados pelo aspecto mítico e sua reapropriação pelos estudos de naturalistas, antropólogos e curiosos das mais diferentes áreas, passando sempre pelo filtro da arte até chegar à população – supunha uma idéia acerca das mulheres e sua natureza. Feita a comparação entre a trama com os atuais estudos sobre sexualidade e gênero, conclui haver uma ligação e uma apropriação dos estereótipos sobre o feminino por parte de Andrade ao construir sua argumentação poética, no sentido de promover uma aproximação e um reforço, com base nos estudos mitológicos, da idéia de serem as mulheres portadoras de uma natureza, que tanto as singularizava como determinava. Retomar estas produções com base nas atuais pesquisas sobre gênero pode contribuir significativamente para ampliação da compreensão das identidades sexuais e de gênero no início do século XX, sobre como estes valores eram propagados e naturalizados. Em Macunaíma, as lendas e mitos, bem como o destino reservado a algumas personagens femininas, evidenciam qual era o *lócus* do gênero feminino no projeto modernista: coadjuvantes do masculino, estando dispostas ao sacrifício em prol da perpetuação da civilização patriarcal, pois transgredir as interdições impostas pela cultura sempre resultam em punições fatais. Mário de Andrade percebe no controle da sexualidade a garantia da estabilidade dos sistemas políticos e de uma sociedade. Além disso, as constantes reedições do livro também deixam indagações para nosso próprio tempo: seriam os estereótipos sobre o feminino parte de seu sucesso editorial na atualidade? Até que ponto nossa sociedade conseguiu desnudar-se da misoginia? Este trabalho não pretende responder a estas perguntas, mas elas por certo demonstram a necessidade de sua produção.

Palavras Chaves: Macunaíma, mulheres, gênero, literatura, modernismo, folclore.

**As personagens femininas em Macunaíma: Sexualidade e Gênero no modernismo pós-1922.**

**André Luiz Ferreira Cozzi – IFPA.**

**Orientadora: Msc. Ana Paula Palheta.**

As mudanças políticas e econômicas ocorridas em fins do século XIX, bem como as grandes guerras do início do século XX, quando as democracias de massas abrem espaços sócio-políticos a outros segmentos sociais, promovem várias discussões e mudanças na percepção das identidades nacionais. A crise da *síntese burguesa[[23]](#footnote-23)*, desencadeada a partir da introdução de novas tecnologias na indústria e da maior concentração demográfica nas cidades, coloca em xeque todo um padrão de comportamento social. Tais circunstâncias demarcam a ruptura entre dois períodos: a tradição humanista vinda do renascimento, tão cara ao liberalismo burguês, entra em colapso por conta das discrepâncias de suas convicções – o respeito pela dignidade e valor do indivíduo contrastam com a prática da desumanização e despersonalização das classes trabalhadoras[[24]](#footnote-24). Esta *rebelião das massas*[[25]](#footnote-25) fazem as perspectivas quanto ao futuro serem incertas e um tanto pessimistas – especialmente no contexto europeu.

Diante da crise de paradigmas, muitas são as propostas para reordenar a realidade. A busca por respostas conduz muitos pesquisadores sociais ao encontro da antropologia e do folclore, numa tentativa de reescrever a história dos povos, de maneira a incluir e reconhecer o papel dos vários agentes sociais na formação étnica de uma nação, permitindo a (re) criação de uma noção de pertencimento nacional. A formação de uma identidade comum envolvia aspectos complexos, por isso os textos sobre nacionalidade, para além de aspectos puramente políticos ou antropológicos, acabaram expondo outras particularidades sociais, como as questões de sexualidade e gênero, estando estes temas direta ou indiretamente diluídos em diversas produções intelectuais do início do século XX.

No Brasil, Euclides da Cunha expõe a problemática sociológica sobre a crise da síntese burguesa, ao publicar *Os Sertões*. Daí em diante, a *intelligentsia* nacional tenta explicar e propor o ordenamento da vasta e diversificada sociedade brasileira. O movimento modernista de 1922 é tomado por muitos como o mais contundente manifesto em prol de uma nova e autêntica sociedade brasileira, na qual a diversidade social tivesse o reconhecimento e a aceitação política e intelectual. As palavras proferidas por Menotti Del Picchia dão o tom deste desejo por mudanças:

Queremos luz, ar, ventiladores, aeroplanos, reivindicações obreiras, idealismos, chaminés de fábricas, sangue, velocidade, sonho na nossa arte. E que o rufo de um automóvel, nos trilhos de dois versos, espante da poesia o último deus homérico, que ficou anacronicamente a dormir e a sonhar – na era do jazz band e do cinema – com a frauta dos pastores da Arcádia e os seios divinos de Helena. (JORGE, 1994, p. 462).

Seguindo os passos da ciência, a arte também procura traduzir as novas realidades, de forma a compreender, dominar e dar novo sentido a vida humana – *“A arte não reproduz o que se pode ver; ela torna as coisas visíveis”*, diria Paul Klee[[26]](#footnote-26). De fato, muitas são as tendências artísticas surgidas no fim dos novecentos. De modo geral, porém, a tendência artística manteve-se em grande medida atrelada aos padrões mais tradicionais, até porque como disse Gauguim, ao comentar a exposição impressionista de 1874, eles *“conservaram as algemas da representação”*. Seguindo a tendência mundial, a arte e a literatura brasileira de vanguarda, adotou uma postura libertária em relação a antigos paradigmas, abria mão de profundas e respaldadas reflexões nas mais recentes descobertas científicas, mas ainda conservava certas posturas tradicionais.

Em *Macunaíma, o herói sem nenhum caráter* (1928), Mário de Andrade faz jus ao papel que a arte desempenhava naquele momento. Concebe o livro como resultado do conhecimento das obras de Capistrano de Abreu, Oliveira Vianna, Paulo Prado, Barbosa Rodrigues, Spengler, Herder, Keyserling, Homero, José de Alencar e vários outros escritores e pensadores, gregos, alemães e brasileiros, fazendo uma releitura destes autores de acordo com suas próprias concepções sobre a cultura. De fato, para a maioria se não para todos os que se preocupavam com a questão da construção de uma identidade nacional, as teorias científicas eram utilizadas por conveniência: utiliza-se o que há de análogo a seus interesses e descarta-se o que se contrapõe aos mesmos[[27]](#footnote-27).

Meu interesse por Macunaíma seria preconcebido hipocritamente por demais se eu podasse do livro o que é da abundância das nossas lendas indígenas (Barbosa Rodrigues, Capistrano de Abreu, Koch-Grünberg) e desse pro meu herói amores católicos e descrições sociais que não seriam dele pra ninguém.

[...] Se somando isso com minha preocupação brasileira, profundamente pura, temos Macunaíma, livro meu[[28]](#footnote-28) (HOLANDA, 1978, p. 25-30).

Se na década de 1920, o discurso dos modernistas se consolida como inovador, Macunaíma seria a sua expressão mais aguda. O livro é polêmico, pois valoriza os aspectos da exacerbada sexualidade brasileira como um traço positivo de sua natureza[[29]](#footnote-29), fazendo disso uma das indispensáveis características do verdadeiro homem nacional, sendo a negação ou ocultação desse erotismo as amarras que impediam o progresso civilizatório no Brasil. Tal posicionamento é revolucionário, pois contradiz toda uma lógica sociológica que classificava a forte sexualidade do brasileiro como uma de suas deficiências para se construir como nação (mestiçagem) – esta idéia envolvendo erotismo e atraso é largamente debatida no livro do gaucho Paulo Prado, *Retrato do Brasil, ensaio sobre a tristeza brasileira*, publicado em 1928.

Neste artigo, procuro demonstrar que é exatamente naquilo que a obra andradiana tem de mais inovador, contestador e emancipatório: o reconhecimento e a valorização da sexualidade do brasileiro como traço de sua afirmação como povo, reside também o discurso patriarcal de manutenção de uma ordem tradicional e conservadora no que diz respeito às identidades de gênero, em que o controle e disciplinarização da sexualidade determina a estabilidade social e política; demarcando, simultaneamente, avanços e permanências no campo social. Avanços, porque abrem o leque de discussões em torno da cidadania e do pensamento crítico e permanências por não conseguirem abrir mão de uma tradição profundamente perpetuada pelo uso, numa espécie de *reificação oculta*, além da capacidade para uma reflexão questionadora de fato, na qual a idéia de serem as mulheres portadoras de um estigma ameaçador a civilização é atualizado e ganha nova dimensão. Para tanto, lanço mão da análise de algumas personagens femininas da rapsódia, procurando através do embasamento em literatura especializada sobre Mário de Andrade[[30]](#footnote-30) e noutra específica acerca da história das mulheres[[31]](#footnote-31), estabelecer uma interpretação das tramas que envolvem estas personagens a luz de conceitos sobre gênero e sexualidade, contribuindo assim (sem a pretensão do ineditismo) para uma ampliação das fontes e categorias de análise sobre a formação de identidade nacional brasileira na conturbada década de 20 do século passado.

***A moldura***

No contexto das relações políticas e econômicas é inegável uma ampliação na participação e no reconhecimento das mulheres como iguais; o próprio discurso republicano, ainda no século XIX, insistia numa maior participação feminina na consolidação do novo regime de governo, primariamente restrita ao lar: como filhas, mães e esposas dedicadas e submissas à ideologia da classe que detém o poder político. Em 1890, no *Programa de Educação Nacional* José Veríssimo admoestava:

[...] a mulher brasileira, como a de outra qualquer sociedade da mesma civilização, tem de ser mãe, esposa, amiga e companheira do homem, sua aliada na luta da vida, criadora e *primeira mestra* de seus filhos, confidente e conselheira natural do seu marido, guia de sua prole, dona e reguladora da economia de sua casa, com todos os mais deveres correlativos a cada uma destas funções. (LOURO, 2000, p. 448).

O domínio do homem sobre a mulher, conforme identificado por Engels[[32]](#footnote-32), tinha como finalidade principal à procriação de herdeiros, que um dia tomariam posse dos bens do pai. Exigia-se que a mulher guardasse castidade, mantivesse fidelidade conjugal rigorosa e tolerasse a infidelidade do marido; ela era a mãe de seus filhos legítimos e herdeiros; era aquela que governava a casa e vigiava as escravas, as quais ele, o homem, podia transformar em concubinas. Mesmo após a Revolução Francesa – com as propostas de renovação dos costumes e criação de um novo homem em aparência, linguagem e sentimentos – a força da tradição patriarcal se mantém. Foi no século XVIII que as idéias em torno da coisa pública se associam com o Estado, enquanto o privado passa a ser identificado com a vida familiar.

Diferenciaram-se os papéis sexuais, estabelecendo-se a oposição entre homem (público) e mulher (mundo privado). A partir do século XIX, com a reforma social, o Estado invadiu a vida familiar, legislando sobre o casamento, regulamentando o processo de adoção, determinando os direitos dos filhos naturais, instituindo o divórcio e limitando o poder paterno. Por meio do estado eram garantidos os direitos individuais, a união familiar e paterna. As mulheres, entretanto, continuavam restritas a redoma do universo privado. Eram identificadas pela sua sexualidade e pelo seu corpo: seu útero era quem definia seu lugar na sociedade; como símbolos da fragilidade deveriam ser protegidas, pois eram o centro do lar e da família. Distanciavam-se das atividades públicas (negócios), convertidas em mães e donas de casa; conseqüentemente dependentes do homem.

Na maior parte do mundo, o casamento monogâmico continuava sendo o fundamento de uma família nuclear, cuja afetividade era fortalecida e os filhos ocupavam lugar de destaque. A família era responsável pelo funcionamento econômico; transmissão de patrimônio; produção de crianças e pela sua socialização, pureza e saúde; era ainda a transmissora de valores e agia ligada as tradições religiosas e políticas do meio social: a garantia não mais de uma genealogia, mas do bom nascimento e do *bom sangue*, um legado para o futuro – hereditariedade.

As mulheres, dados os discursos científicos sobre sua natureza, seu papel como mães e administradoras do lar, cabia uma função social especial (e bastante tradicional) na sociedade no início do século XX: assegurar o destino da espécie humana, garantido por meio de seu *poder* de vida e por sua atuação social como mães e esposas. Gozarem elas de maiores *direitos sociais* seria útil à medida que estes fossem utilizados a maneira de quem os prescrevia: a pátria e a perpetuação do patriarcalismo que a funda e mantém, mesmo que agora esteja travestido com o nome de república e democracia. A preocupação em limitar e canalizar os poderes das mulheres esconde conceitos profundamente arraigados. Caracterizada pela longa duração, a misoginia (aversão à mulher) persiste no imaginário masculino, sendo re-significado para as novas circunstancias em que as relações de gênero se redefiniam. Nesta perspectiva, as mulheres e os homens não podem ser colocados no mesmo plano, estando eles ligados à humanidade em geral, enquanto as mulheres eram uma espécie de *“entidade mística, sem equivalente masculino”*[[33]](#footnote-33), singularizado: *“Bastava analisar uma delas para conhecer o grupo, e todas as nuances físicas, psicológicas, sociais eram, tão somente, ilusão de ótica: nelas tudo era natureza, e apenas isso”*[[34]](#footnote-34).

O perigo representado pela intelectualização feminina acabou sendo objeto de estudos científicos, dos quais um dos mais conhecidos foi o do médico e criminalista italiano Cesare Lombroso, para quem as mulheres teriam uma inclinação natural para o crime (SOIHET, 2004). As mulheres eram por estes termos portadoras de uma ambigüidade cativante para as mais variadas especulações sobre sua natureza e comportamento. Num tempo marcado pelo interesse da ciência, da literatura e da arte em geral em assuntos que envolvessem o cotidiano das pessoas que viviam nas cidades, ocorre uma verdadeira obsessão pelo feminino.

Eles viam mulheres em toda parte. [...] Tornando-se vocabulário comum, o corpo da mulher servia para quase tudo e seu antônimo: Natureza e Cultura, Luxúria e Castidade, Verdade e Mentira. [...]

A literatura da segunda metade do século XIX mostra claramente que a mulher mete medo, que é cruel, que pode matar. Com efeito, não se fala mais de anjo, Musa ou Madona, imagens freqüentemente lembradas como as únicas representações da mulher no século XIX.

De qualquer maneira, no final do século [XIX], a musa sofre estranhas metamorfoses. Vulgar para os naturalistas, ela bate nas coxas, tem suas regras (ou cólicas) e, se acontece dar à luz, é no horror e na sânie; hierática para os simbolistas, assassina com um sorriso, arrasta a saia no sangue, possui impassíveis olhos de pedra preciosa. Seja como for, é perigosa” (DOTTIN-ORSINI, 1996, p.11-14).

A recepção dos novos papéis sociais desempenhado por mulheres é abundantemente explorado nos meios artísticos – *“No século 19, a mulher está no centro de um discurso abundante, repetitivo, obsessivo, amplamente fantasioso, que toma emprestado aos elementos as suas dimensões”* (PERROT, 2005). A presença feminina é redefinida em muitas produções artísticas da Europa: Flaubert, Huysmans, os irmãos Goncourt, Zola, Maupassant, Baudelaire, Theófile Gautier, Octave Mirbeau, entre outros, na literatura; e pintores como Gustav Monreau, Gustav-Adolf Mossa, fizeram dela seus objetos de pesquisa e especulação. Mas neste caso, a leitura artística reflete mais o medo que o reconhecimento ou a aceitação.

No Brasil, que no século XIX adota o modelo europeu de civilização entre seus intelectuais, encontramos vasto material artístico e científico destinado a propagação de estereótipos do feminino, sendo estes bastante explorados por jornais e revistas da época. Em artigo publicado na revista *“Nossa História”* sob o tema *“Pisando no ‘sexo frágil’”*, a historiadora Raquel Soihet revela a existência de todo um aparato voltado à desmoralização das mulheres que trabalhavam fora e de como isso poderia afetar o equilíbrio da vida familiar em conseqüência de uma inversão de papéis: diversas eram as charges publicadas em revistas e outros periódicos retratando as mulheres que trabalhavam fora com um aspecto embrutecido e rude, além de masculinizadas; paralelamente com caricaturas de homens desleixados e mal arrumados, com aparência cansada e descontente enquanto cuidam das crianças e dos afazeres domésticos. *“O recurso da ironia e da comédia foi um poderoso instrumento para desmoralizar a luta pela emancipação feminina e reforçar o mito da inferioridade e passividade da mulher”* (SOIHET, 2004, p. 15)[[35]](#footnote-35).

***A Tela***

Dividida em 17 capítulos e um epílogo, *Macunaíma, o herói sem nenhum caráter* é concebida como rapsódia, gênero artístico tomado da música, caracterizado pela reunião e justaposição de várias melodias populares, sem a pretensão de unidade, utilizando para isso a técnica da bricolagem, que valoriza os aspectos lúdicos e jogo de formas. Segundo Gilda Mello e Souza (2003), a escrita da obra se deu durante seis dias ininterruptos, durante as férias do autor – daí sua aparente despretenciosidade quanto ao eruditismo.

Tendo como fonte privilegiada da informação um papagaio, a história nos é apresentada como uma narrativa de segunda ordem. Conta a trajetória de Macunaíma, o *herói de nossa gente*[[36]](#footnote-36) (que tem como principal característica a preguiça), para recuperar a Muiraquitã, amuleto símbolo da possibilidade de formação de uma civilização autentica no Brasil, que fora perdido pelo herói, indo parar nas mãos do gigante Paimã, um monstro antropófago, que também assume a identidade de um regateiro e industrial italiano, chamado Venceslau Pietro Pietra, que vive na cidade de São Paulo. Nas aventuras e desventuras do herói para encontrar o amuleto perdido entrecortam-se várias outras narrativas tomadas do folclore e tradição oral indígena e luso-brasileira, essenciais para compreensão do enredo principal – o encontro e embate com o antagonista, Venceslau Pietro Pietra,

As personagens incluem: o protagonista, Macunaíma; sua mãe, uma índia Tapanhuma, seus irmãos, Jigue e Maanape; suas cunhadas, Sofará, Suzi e Iriqui (que são em momentos distintos, companheiras de seu irmão Jiguê); uma princesa *lindíssima* que havia sido transformada em caramboleiro; a Iara; o antagonista, Venceslau Pietro Pietra, sua esposa, uma velha caapora chamada Ceiuci e uma de suas filhas; a macumbeira, Tia Ciata; a deusa-sol, Vei e suas três filhas; a varina, designação portuguesa dada as mulheres vendedoras ambulantes de peixe; a empregada e o chofer de Venceslau, a dona da pensão onde Macunaíma se hospeda, a polaca (possivelmente uma prostituta, já que este termo geralmente era atribuído às mulheres brancas de origem européia que viviam na zona de meretrício) que incorpora Exu durante a visita de Macunaíma a um terreiro de macumba.

Para esta pesquisa destacamos algumas passagens, tomadas para discutir as questões de sexualidade e gênero implícitas na obra. As personagens privilegiadas serão: a índia Tapanhuma, mãe do herói; Ci, que é simultaneamente a mãe do mato, a rainha do mato-virgem e uma amazona ou icamiaba; Sofará, Suzi e Iriqui, as cunhadas de Macunaíma; a filha de Ceiuci; e por último a Iara.

***Os frisos***

Publicado a mais de oitenta anos (1928), a rapsódia *Macunaíma* inscreve-se no cânone literário brasileiro como obra de referência do nacionalismo modernista brasileiro. Escrito a partir da combinação de vários outros textos, constitui uma inteligente interpretação do que deveria ser a mais original identidade nacional brasileira. A trama talvez seja o exemplo mais conhecido do imbricamento entre ciência, folclore e literatura.

Andrade vê a relação entre erudito e popular como algo problemático, pois para ele não há uma relação de continuidade do primitivo para o moderno em nossa cultura; antes ocorre uma ruptura, causada pela influência exterior (européia). Isso impediria a formação de uma cultura genuinamente nacional, pois haveria sempre traços de uma cultura *estranha*, gerando crises de identidade. Sua produção literária é sempre marcada por uma espécie de apelo contra o estrangeirismo em nossa cultura.

Essa civilização construída por outros povos, com outras necessidades e outros climas, passou pela nossa alfândega, como um aerólito fulgurante. (...) a imagem de Cristo do tope do Corcovado, se representa uma felicidade da nossa tradição, se representa uma das medidas do nosso ser rotulado, representa ainda o aerólito a que nos escravizamos. Que falseamos. E que nos falseia ainda mais. A imagem será chamada de Cristo-Deus enquanto símbolo do nosso passado colonial. A imagem serpa chamada de Cristo-Redentaor, pelo que poderá valer em nossa contemporaneidade. Mas como índice da civilização brasileira, é apenas Cristo-Rei. A imagem será chamada de Cristo-Rei enquanto símbolo de uma civilização que nos falseia demais (ANDRADE, Jornal Diário de Notícias, 18/10/1931)[[37]](#footnote-37).

Atualmente, Macunaíma tem sido ponto de partida e referencia a muitos trabalhos que versam sobre a identidade e o nacionalismo brasileiro no século XX. Sua originalidade e ineditismo, além de estar inserido num momento histórico de significativas mudanças sociais e políticas, imprimem em suas linhas a idéia de unificação do variado identitário que é o Brasil.

Cabe aqui, entretanto, uma reflexão sobre o posicionamento da escritura de Macunaíma quanto as já referidas questões sobre sexualidade e gênero, também presentes nas discussões vanguardistas do início do século, que envolviam igualmente ciência, política e literatura. Apesar de não haver uma referencia explicita a esta temática no texto, é possível percebê-lo em suas entrelinhas. Isto acaba sendo fundamental aos objetivos deste trabalho, pois expõe o discurso ainda reacionário e tradicional (para não usar o termo machista) de como as mulheres interferem e se inserem na sociedade brasileira idealizada pelos modernistas de 1922.

Numa breve análise do texto, é possível identificar as personagens femininas e suas participações na trama de Andrade. Dentre elas, chama a atenção o desfecho daquelas que ao entrarem em contato com Macunaíma acabam sendo obliteradas e metaforseadas, nem tanto por terem travado relações com o protagonista, mas principalmente por serem portadoras de alguma deficiência moral ou estarem cumprindo um destino mítico. Esse é o caso da mãe do herói, a índia Tapanhuma. No capítulo “Maioridade”, após retornar da floresta, onde passa por várias provas de iniciação, revela a sua mãe ter sonhado que lhe caíra um dente, o que é imediatamente interpretado pela mulher como premonição de morte na família, ocorrendo logo depois sua própria morte, sendo transformada em uma veada parida. Segundo a interpretação de Eneida Maria de Souza[[38]](#footnote-38), a morte da índia Tapanhuma reflete o mito de Jurupari (entidade mítica dos indígenas, filho de Tupã com a bela Cêucy, e que segundo Jorge Hurley exerce entre os índios a mesma função profética de Moises entre os judeus).

Segundo a leitura da época sobre a história, ao perceber a presença da mãe numa reunião exclusiva para homens, Jurupari decreta a morte da mesma, obtendo com isso o poder materno. Ou seja, a morte desta mulher é decorrência direta de uma interdição socialmente imposta que foi transgredida: a entrada no recinto exclusivo dos homens. Considerando as circunstâncias sociais do início do século XX, o relato serve também como um alerta contra a presença de mulheres nos meios tradicionalmente destinados aos homens, sendo isso um sacrilégio passível de morte.

Michele Perrot, retomando os estudos de Focault sobre Pierre Rivière – condenado pela morte da própria mãe –, analisa os motivos do ato parricida sob a ótica dos conflitos sexuais daquela época, quando a maior autonomia das mulheres perturbam a *ordem* do mundo masculino. Ao explicar os motivos que levaram Rivière a matar sua mãe, Focault lembra: “São as mulheres que comandam agora, a força foi aviltada, diz ele para explicar seu crime” (PERROT, 2005, p. 494). Agindo como vingador de seu pai, que segundo ele sofria as mais variadas formas de repressão impostas por sua esposa, não podendo mais “sem sua permissão, nem mesmo beber uma quarta no domingo com seus amigos” (PERROT, 2005, p. 424). A leitura sobre a identidade nacional, preconizada pelo modernismo de 22, parece condescender com estas tradições, presentes tanto no velho mundo como no primitivismo brasileiro[[39]](#footnote-39).

Outra passagem emblemática da rapsódia, diz respeito a Ci, personagem feminina que assume identidades variadas: é a mãe do mato e também a uma icamiaba ou amazona. Gilda de Mello e Souza, tomando como referencia Cavalcanti Proença, diz que Ci não foi simplesmente transportada para o texto, como ocorre com outras personagens (inclusive o próprio Macunaíma), ela é criada por Mário de Andrade como a junção de várias mulheres lendárias, e conclui: “Ora, como cada uma dessas designações, Imperatriz do Mato-Virgem, Icamiaba, amazona, implica série distinta de atributos, a figura de Ci acaba se esfumando numa névoa imprecisa que cabe ao leitor dissipar” (SOUZA, 2003, p. 34).

Ci personifica a própria *natureza* brasileira, a qual Mário de Andrade atribuiu características híbridas, pois semelhante a personagem Iracema, de José de Alencar (um autor também influenciado por Herder e considerado por muitos como o precursor do naturalismo no Brasil), ela é o espírito protetor da natureza e ao mesmo tempo a própria geografia brasileira. O texto deixa isso claro quando fala das “muitas jandaias, muitas araras vermelhas toins coricas periquitos, muitos papagaios” que vem saudar Macunaíma como o “novo Imperador do Mato-virgem” (ANDRADE, 2001, p. 26).

Vemos também aqui, neste pormenor sobre Ci, uma alegorização muito comum entre os contemporâneos de Mário de Andrade: a relação das mulheres com a natureza indomada, sendo isto um importante indício da perpetuação da misoginia nas esferas do pensamento intelectual – uma formulação antiga que remonta aos primórdios do pensamento humanista, quando Maquiavel, um dos grandes formuladores da política moderna, compara o sucesso político de um governante a conquista de uma mulher.

[...] pois a sorte é uma mulher, sendo necessário, para dominá-la, empregar a força; pode-se ver que ela se deixa vencer pelos que ousam. E não pelos que agem friamente. Como mulher, é sempre amiga dos jovens – mais bravos, menos cuidadosos, prontos a dominá-la com maior audácia (MAQUIAVEL, 2004, p. 149).

Em *A Mandrágora*, peça teatral também escrita por Maquiavel, encenada pela primeira vez em 1522, o feminino é novamente abordado como algo a ser dominado – tomado à força. Percebemos assim que o comportamento feminino há muito era tomado como parte do mundo natural, em oposição ao pensamento racional, mas necessário ao processo civilizador. Precisando ser conquistado, submetido pela astúcia, força e subjugação sexual. Há, por isso, uma similaridade entre Andrade e Maquiavel – no que pese a diversidade de gênero literário – pois adotam para seus personagens o mesmo método e os mesmos pressupostos. Macunaíma seria um Calímaco[[40]](#footnote-40) às avessas, pois no encontro deste com Ci há um violento confronto e o protagonista necessita da ajuda de seus dois irmãos para subjugar e conquistar sua mulher através do coito sexual.

Foi um pega tremendo, e por debaixo da copada reboavam os berros dos briguentos [...]. O herói apanhava. Recebera já um murro de fazer sangue no nariz e um lapo fundo de txara no rabo. A icamiaba não tinha nem um arranhãozinho e cada gesto que fazia era mais sangue no corpo do herói soltando berros [...]. Afinal se vendo nas amarelas porque não podia mesmo com a icamiaba, o herói deitou fugindo chamando pelos manos:— Me acudam que sinão eu mato! me acudam que sinão eu mato!

“[...] Os manos vieram e agarraram Ci. Maanape trançou os braços dela por detrás enquanto Jiguê com a murucu lhe dava uma porrada no coco. E a icamiaba caiu sem auxílio nas samambaias da serrapilheira. Quando ficou bem imóvel, Macunaíma se aproximou e brincou com a Mãe do Mato (ANDRADE, 2001, p. 16).

O fato de Ci também ser uma icamiaba é igualmente emblemático. Dottin-Orsini, num instigante trabalho sobre a construção das representações misóginas em fins do século XIX, dedica em seus estudos sobre a mulher fatal um subtítulo que trata das amazonas a partir dos estudos feitos pelo arqueólogo e historiador da Basiléia, J. J. Bachofen[[41]](#footnote-41), publicados em francês por feministas em 1903. Aficionado por mitologia, este autor utiliza narrativas míticas e arqueológicas para respaldar a tese sobre um período no qual a humanidade viveu sob o domínio das mulheres (ginecocracia), que foi ocultada pela historiografia patriarcal, que via nesse período um motivo de humilhação. O próprio Bachofen, ao falar sobre a ginecocracia, lhe confere características negativas, em que imperava o heterismo, o materialismo, a obsessão pela noite e pela morte.

Além disso, toda uma parte da obra trata do amazonismo, em que ele vê uma degradação do matriarcado, um “imperialismo feminino” mais próximo do heterismo que da ginecocracia verdadeira, mas que seus comentários confundiriam com o reinado da Mãe, de que parece encarnar os aspectos negativos.[...] inspirariam impressionantes pinturas. [...] Serviram, principalmente, para alimentar o terror de um primeiro poder feminino, o prefácio secreto do patriarcado e o prioncípio inicial de toda a civilização – em suma, de todo ser humano. [...] Tais devaneios sobre um feminino primordial tão formidável como assassino mostram que poderia ter permanecido algo no inconsciente coletivo das mulheres modernas, secretas amazonas à espera da hora da vingança... (DOTTIN-ORSINI, 1996, p. 260).

Seriam assim as amazonas o modelo arcaico da personalidade feminina, estando isso latente em todas elas. E Mário de Andrade faz questão de explorar na prática o *natural* comportamento feminino: violento, assassino, dissimulado e sexualmente insaciável. Sugando vampirescamente as energias de seus companheiros. Enfatizava dessa maneira os perigos representados pelo gênero feminino ao progresso civilizador.

Ci comandava nos assaltos as mulheres empunhando txaras de três pontas.

[...] De noite Ci chegava recendendo resina de pau, sangrando das brigas e trepava na rede que ela mesmo tecera com fios de cabelo. Os dois brincavam e depois ficavam rindo um pro outro.

Ci aromava tanto que Macunaíma tinha tonteiras de moleza. — Puxa como você cheira, benzinho! [...] Vinha uma tonteira tão macota que o sono principiava pingando das pálpebras dele. Porém a Mãe do Mato inda não estava satisfeita não e com um jeito de rede que enlaçava os dois convidava o companheiro para mais brinquedo. Morto de soneira, infernizado, Macunaíma brincava para não desmentir a fama. [...] Mas Ci queria brincar inda mais... Convidava convidava... O herói ferrado no sono. Então a Mãe do Mato pegava na txara e cotucava o companheiro. Macunaíma se acordava dando grandes gargalhadas estorcegando de cócegas. [...] E brincavam mais outra vez.

[...] Então pra animá-lo, Ci empregava o estratagema sublime. Buscava no mato a folhagem de fogo da urtiga e sapecava com ela uma coça coçadeira no chuí do herói e na nalachítchi dela. Isso Macunaíma ficava que ficava um lião querendo. Ci também. E os dois brincavam que mais brincavam num deboche de ardor prodigioso (ANDRADE, 2001, p. 17).

A amazona é por certo um tema repleto de significações ambíguas, ligadas invariavelmente a origem de todos os povos e a moderna concepção da hierarquia dos sexos. A identidade de Ci permite o entrecruzamento de Andrade com a obra do naturalista Barbosa Rodrigues, não apenas pelo viés do primitivismo subjacente a figura da mulher guerreira, mas também por serem as icamiabas as guardiãs do muiraquitã – amuleto esculpido com barro do leito de determinada lagoa e que era dado pelas icamiabas aos homens de outras tribos por ocasião do nascimento de um filho do sexo feminino, fruto da ligação provisória entre os dois, já que as amazonas não podiam manter relações permanentes com os homens. O muiraquitã é símbolo dessa relação temporária, porém intensa, que culminava no nascimento de um filho e conseqüentemente na separação do casal. O muiraquitã, como acontece no livro de Rodrigues, desempenha um papel central na trama de Mário de Andrade.

Apesar dos problemas que as mulheres representam ao progresso civilizador, elas são imprescindíveis na construção de uma civilização, pois são as que geram e perpetuam a vida. Macunaíma recebe um muiraquitã de presente de Ciquando seu filho com a amazona morre e a Mãe do Mato vai para o campo vasto do céu virar tradição transformada na estrela Beta do Centauro. Este filho que acaba morrendo é o fruto da união entre raça e meio. Seria a própria civilização brasileira que agora passa a ser representada pelo amuleto que Ci dá de presente ao herói; ou seja, o muiraquitã representa em Macunaíma a possibilidade da formação de uma civilização genuinamente brasileira. É a aliança eterna entre o herói e o mato, entre o povo brasileiro e a natureza tropical. Perder essa aliança significa perder a possibilidade de construção de uma civilização.

A morte de Ci suscita ainda outras reflexões sobre texto e gênero, pois mais uma vez, como ocorre na morte da mãe, ao cumprir seu destino junto a sociedade, a mulher é descartada da vida. O fato de Ci transmutar-se na estrela “Beta do Centauro” revela como estando morta pode contribuir para o sucesso de seu companheiro. Segundo o pesquisador Koch-Grünberg (cuja obra serve de ponto de partida para o Macunaíma de Andrade), Beta do centauro – *kunawá*, segundo a mitologia indígena – é uma planta com poderes mágicos: seu leite quando ingerido pelos homens garante sucesso nas caçadas. A garantia do sucesso é representado pelo Muiraquitã, o talismã entregue por Ci a Macunaíma por ocasião de sua morte.

[...] Ci deixa como herança a pedra muiraquitã, uma variante do leite mágico. O talismã, representante da falta deixada por Ci, torna-se o seu substituto, ao mesmo tempo em que será a partir da perda que a narrativa ganha em força e motivação (SOUZA, 2004, p. 149).

A perda do muiraquitã é descrita no quarto capítulo: *Boiúna Luna*, um monstro da mitologia indígena, que também evoca o universo feminino, é desafiado por Macunaíma. Na luta contra a cobra, o herói acaba decepando-lhe a cabeça. Esta cabeça decepada – representando a genuína tradição brasileira – fica escrava do herói e o persegue para servi-lo, porém este com medo foge. Nesta luta e fuga é que o muiraquitã se perde. Em outras palavras: é na luta contra a tradição, e depois fugindo dela, que Macunaíma perde a possibilidade da construção de uma civilização e cultura autênticos. A cabeça (tradição) da cobra sem ter mais o que fazer nesta terra vai para o vasto campo do céu e vira a Lua. Com o amuleto perdido, Macunaíma é obrigado a empreender uma busca que o leva a cidade de São Paulo, a cidade representante do progresso e da modernidade do país (cidade locomotiva), para onde convergem as idéias sobre civilização. A pedra, depois de engolida por um tracajá (quelônio típico dos rios amazônicos) é vendida a um regatão peruano chamado Venceslau Pietro Pietra.

Outras personagens femininas: a filha de Piaimã, Sofará, Suzi e Iriqui, também seguem o mesmo destino de peripécia, morte e metamorfose. Enfatiza-se desta forma o papel singular das mulheres na vida: contribuir para o sucesso de seus companheiros, amantes e filhos, mesmo que isso implique na sua morte (simbólica ou não), sem a necessidade de maiores explicações, pois conforme entendimento fornecido por Eneida Maria de Souza, fazendo uso dos conceitos de Lévi-Strauss e J. Braudrillard, a morte no contexto ritualístico serve para demarcar o lugar do sujeito no discurso, estabelecendo uma causalidade inerente (o destino) a tais personagens. O que nos permite concluir, por analogia, que o mesmo se dá com os conceitos sobre gênero destas personagens.

Em *Macunaíma*, o espetáculo da morte é encenado de forma a repetir, fragmentariamente, enunciados míticos e ritualísticos pertencentes ao repertório popular e ao imaginário indígena. [...] Em várias situações, Mário de Andrade se safa de uma explicação mais convincente sobre a transformação de Macunaíma em constelação da Ursa Maior, afirmando ser este o destino mítico da personagem (SOUZA, 2004, p. 149).

O destino de sacrificar-se a uma causa maior é vocação natural da mulher imaginada pelo discurso modernista de Macunaíma. Mas o que dizer sobre aquelas que fogem a esta regra? Sabemos que o desfecho da trama andradiana culmina com a morte do herói e sua transmutação em constelação da Ursa Maior, e está é provocada por um minucioso plano elaborado e executado por entidades femininas.

Em sua busca pelo amuleto, Macunaíma acaba sendo seduzido pela cultura européia, representada pela varina[[42]](#footnote-42) e não aceita a oferta de Vei (a sol) de casar-se com uma de suas filhas (países que clima tropical, semelhante ao Brasil), perdendo com isso a possibilidade de gerar uma civilização genuína. De volta ao *Mato-Virgem*, não é mais o mesmo que saiu, está descaracterizado, não se enquadra mais naquele espaço, naquela natureza onde um dia havia sido imperador. A proposta feita por Vei (a sol) permitiria a entrada de Macunaíma obter a limpeza ou purificação civilizadora, que se contrastava com a sujeira do primitivismo local (Susi, a filha de Ceiuci) ou das relações com a Europa (representada pela varina portuguesa). Desqualificado da possibilidade de construção de uma cultura genuinamente brasileira, representada pelo muiraquitã, o herói por fim entrega-se a morte: seduzido por uma Uiara (iara), atira-se numa lagoa e é quase todo devorado.

Comparando os comportamentos femininos nos dois casos: as mulherres que são sacrificadas em prol da causa de seu companheiro ou filho (índia Tapanhuma e Ci) e aquelas que promovem intrigas e planejam a morte (Vei e Iara), encontramos a explicação para as ressalvas machistas em relação às mulheres no início do século XX. Eneida Maria de Souza, explora a idéia de Lévi-Strauss, segundo a qual o comportamento ambíguo de alguns seres pode ser classificado como “cromatismo”, pois atuam de maneira a provocar interrupções no desenrolar dos acontecimentos, podendo assim causar sérios danos a ordem cultural. Além disso, a função sexual e ao mesmo tempo alimentar (mulher-peixe, mulher-fogo, mulher-mandioca) das personagens instaura a idéia desta dualidade contida no gênero feminino, que deve ser combatido e reprimido. Neste ponto, Souza se remete a obra e lembra a fala de Maanape que justifica essa preocupação: “Cabloco de Taubaté, cavalo pangaré, mulher que mija em pé, libera nos Dominé” (ANDRADE, 2001, p. 106). Seria esta, portanto, uma clara referencia no livro sobre o receio daquela sociedade da década de 1920 sobre a presença de mulheres no espaço público – *mulher que mija em pé* (como homem).

Como típica representante do cromatismo feminino, a Iara reúne os atributos do encantamento sexual. Sua ligação ao meio aquático, fonte de vida e morte, de onde tudo nasce e para onde tudo converge. Associado com a luminosidade e o calor de Vei, a sol, cria-se um cenário de delírio sedutor e mortal, que já havia sido apresentado anteriormente na trama, quando Macunaíma observa o encontro entre o chofer e a criada, dentro de uma igarité que, como a boiúna, também se constitui numa representação da Iara. (ANDRADE, 2001, p. 112). Todo este imbricamento simbólico visa demonstrar o estreito vínculo entre as mulheres e a sedução aquática, que na sua verdadeira manifestação é destrutiva, “representada pela natureza ambígua da mulher, símbolo materno e sexual, instrumento de prazer e de destruição”. (SOUZA, 2004, p. 91).

O próprio Mario de Andrade, em outros momentos de sua produção literária, faz referencias a mulheres cromáticas. No romance “Amar, verbo intransitivo” de 1927 (obra influenciada pelo expressionismo alemão, segundo Telê Ancona Lopez[[43]](#footnote-43)), a protagonista Fräulein Elza, professora de Alemão contratada por um rico industrial e fazendeiro paulista para ensinar seus filhos, vive o dilema de também ter de seduzir e iniciar sexualmente o filho mais velho do fazendeiro, Carlos. Na trama, os comportamentos antagônicos (cromáticos) apresentados a Elza: ser professora e prostituta, são assimilados pela mesma, que encontra uma explicação no amor para assumir tais papéis. Em Macunaíma, havia o capítulo “As três normalistas” (suprimido pelo próprio autor em 1944), que também explorava a sexualidade de jovens professoras, sendo isso um tabu sexual de sua época[[44]](#footnote-44).

***Concluindo***

O contexto histórico que envolve todas as particularidades apresentadas na obra de Mário de Andrade e outros escritos da época, demonstra ser o folclore um tema chave para diversas e variadas especulações sobre a identidade e as relações sociais do povo brasileiro. Tudo isso acaba por problematizar as formas de percepção da arte, fazendo surgir (mesmo que à margem do discurso oficial) um ponto de vista sobre o gênero que subverte os olhares canônicos sobre arte, tornando visível uma polissemia discursiva, muito além da linguagem formal, que somente nos dias atuais, com os avanços propiciados pela ampliação das fontes podem ser historicizados. Percebemos que há, na construção das relações entre os sexos, uma pedagogia que reforça e amplia as interdições sexuais e a aversão ao feminino.

A aprendizagem e o ensino, neste caso, estão para além da intencionalidade imediata do discurso, pois o livro não é concebido como um manual de comportamento e sim como manifesto de libertação das amarras do modelo civilizador europeu e da possibilidade de reconhecimento de um autentico *ethos* nacional, que garantiria a modernização e progresso da sociedade brasileira. O erotismo é explorado para discutir e reforçar os papéis sexuais e de gênero, determinados pelos mitos acerca do masculino e do feminino, questionando dessa forma uma pretença autonomia das mulheres na sociedade, estando estas fatalmente destinadas a cumprir os papéis destinados a sua natureza, sendo impossível fugir a isso.

Na desconstrução dos discursos, podemos questionar aquelas imagens aparentemente *neutras* (normais) em relação a comportamentos *típicos* de homens e mulheres, e de como são visualizados nas pinturas e textos ocidentais, que configuram a chamada grande arte ou arte universal. Também podemos questionar o nosso olhar naturalizado para essas imagens sobre o gênero. Tais imagens, e o olhar que as endereçamos, estão mais conectados com relações de poder e política do que comumente presumimos, das quais como vimos, Mário de Andrade não consegue fugir. A retomada dos estudos focaultianos, sugeridos por Michelle Perrot, talvez sejam de grande ajuda para a compreensão destas relações entre poder e sexo e conseqüentemente para as identidades de sexuais e de gênero.

A década de 1920 no Brasil, por toda instabilidade política e social que comporta, é um tempo de redefinições das fronteiras sexuais. O maior espaço reivindicado pelos movimentos feministas fomentam reações em contrário, que nem sempre tentam discutir as questões no nível da eqüidade. Lançando mão da propaganda difamatória e misógina, aqueles que se sentem prejudicados desencadeiam uma verdadeira *cruzada* contra aquilo que classificam de *anarquia sexual[[45]](#footnote-45)*. Macunaíma é filho de seu tempo, e como tal, assume seu posicionamento diante das circunstancias: elegendo a mitologia e a tradição folclórica indica o lugar dos gêneros no plano mítico e social. As mulheres precisam apoiar o mundo dos homens, sua maior liberdade e maior autonomia na sociedade brasileira não podem lhes garantir uma trajetória melhor no mundo, pois há um determinismo em sua natureza, que não pode ser negado ou rejeitado. Assim, o melhor a fazer para adequar-se aos *novos* tempos, em que as transformações técnicas e políticas imprimiam uma nova dinâmica social, é buscar maneiras de adaptar aquilo que lhes é peculiar: complementar os homens e promover seu progresso. Isto é o que faz Elza, em “Amor, verbo intransitivo”, é o que deveria ter sido feito por todas as personagens femininas em Macunaíma, para seu próprio bem.

Portanto, temos em Macunaíma uma vasta alegorização do feminino ameaçador. A crítica e as estatísticas atestam o sucesso e aceitação da obra pela sociedade e intelectualidade de sua época, bem como nas que a sucederam. Seria o seu discurso anti-feminista parte deste sucesso? E hoje, tendo em vista ser o texto ainda muito requisitado, estaríamos ainda nos servindo de sua mensagem para construir e reforçar nossas atuais fronteiras de gênero e sexualidade? As respostas para estas perguntas extrapolam os objetivos deste artigo, mas nos instigam pela busca de uma sensibilidade que nos permita perceber como e até que ponto estes antigos, mas persistentes estereótipos sobre gênero e sexualidade ainda moldam as representações e o simbolismo de nossas relações sociais.

**Fontes:**

ANDRADE. Mário de. **Macunaíma, o herói sem nenhum caráter**; texto revisto por Telê Porto Ancona Lopez.– Belo Horizonte / Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 2001.

CÂMARA CASCUDO, Luis da. **Lendas Brasileiras**. Edição numerada e personalizada com 21 desenhos a carvão feitos por Martha Pawlowna Schidrowitz. Ed. Cattleya Alba, 1945.

HURLEY, Jorge. **Itaranã, pedra falsa**. Belém, Pará: 1934.

LAGE, Sandoval. **Mulheres da época**. Belém, Pará: Oficinas Gráficas d’ “O Estado do Pará”, 1927.

OLIVEIRA, Virgílio Cardoso de. **Leitura Cívica, apontamentos históricos e notícia sobre a Constituição Federal destinado às Escolas Públicas**. Belém, Pará: Secção de Obras de “A Província do Pará”, 1900.

ORICO, Osvaldo. **Os mitos ameríndios. Sobrevivências na tradição e na literatura brasileira**. Rio de Janeiro: s. ed., 1929.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **Mitos ameríndios e crendices amazônicas.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1975. (Col. Retratos do Brasil, v. 93). Editados anteriormente em separado.

RODRIGUES, João Barboza. **Muyraquitã e os índios symbólicos: estudo da origem asiática da civilização do Amazonas nos tempor prehistóricos**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899.

ROMERO, Silvio. **Contos Populares do Brasil**. Ed. Anotada por Luís da Câmara Cascudo e ilustrada por Santa Rosa. Coleção Documentos Brasileiros; dirigida por Octávio Tarquino de Souza. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1954.

SANCHES DE FRIAS, David Correa. **A mulher: sua infância, educação e influencia na sociedade**. Belém, Pará: Tavares Cardoso, 1879 (?).

TAVERNARD, Antônio. **Fêmea**. Belém, Pará: 1930

**Bibliografia**

AUGUSTI, Valéria. **Romances e Literatura Prescritiva: Caminhos para Moralizar e Civilizar o Leitor**. In: *O romance como guia de conduta: A moreninha e Os Dois Amores*. Dissertação de Mestrado defendida junto ao programa de Pós-graduação Em Teoria Literária, do Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, 1998.

AZEVEDO, Carmen Lúcia de. **Monteiro Lobato: Furacão na Botocúndia**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 1997.

BARRACLOUGH, Geoffrey. Introdução a História Contemporânea. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Circulo do Livro S.A., ?

CHEVALIER, Jean-jaques. **As grandes obras políticas de Maquiavel a nossos dias**; prefácio, André Siegrifried; tradução, Lydia Cristina. 8ª ed., 4ª imp.– Rio de Janeiro: Agir, 2002.

COSTA, Heloísa Lara Campos da. **No limite do possível: as mulheres e o poder na Amazônia (1840 – 1930)**. Tese de Doutorado; Universidade Estadual de Campinas, 2000.

COSTA, Cristina. **A Imagem da Mulher - Um estudo de Arte Brasileira**. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Senac, 2002.

DEL PRIORE, Mary. **A mulher na história do Brasil**. 4a. ed. São Paulo: contexto, 1994.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **História das Mulheres no Brasil.** 3ª edição. São Paulo: Editora Contexto, 2000

DOTTIN-ORSINI, Meirelle. **A mulher que eles chamavam fatal: textos e imagens da misoginia fin-de-siècle**. Tradução de Ana Maria Scherer. – Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

FERNANDES, Florestan. **O Folclore em Questão**. 2 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1989.

HAUSSER, Arnold. **Teorias da arte**; tradução: F. E. G.Quintanilha. Editorial Presença: Lisboa, 1988.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **História social da arte e da literatura**; tradução Álvaro Cabral.– São Paulo: Martins Fontes, 1998. (Paidéia).

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Macunaíma: da literatura ao cinema**. Rio de Janeiro: J. Olímpio Editora,1978.

LOPEZ, Telê Ancona. Mariodeandradiando. São Paulo: Huicitec, 1996.

LOURO, Guacira Lopes Louro. **Mulheres na sala de aula**. In: DEL PRIORE, Mary. História das mulheres no Brasil. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2000.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Comentado por Napoleão Bonaparte. Tradução de Pietro Nassenti; São Paulo: Martin Claret, 2003.

\_\_\_\_\_\_. **A Mandrágora, Belfagor o Arquidiabo**. Tradução de Pietro Nassenti; São Paulo: Martin Claret, 2003.

MARTINS, Claudia Mentz. **As metamorfoses em Macunaíma: (re)formulação da identidade nacional**. Revista eletrônica de crítica e teoria de literaturas. Artigos da seção livre. PPG-LET-UFRGS – Porto Alegre – Vol. 02 N. 01 – jan/jun 2006.

NEVES, Margarida de Souza. **Da maloca do Tiête ao império do mato virgem. Mário de Andrade: roteiros e descobrimentos**. In: CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo Afonso de Miranda. A História contada: capítulos de história social da literatura no Brasil. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O índio na consciência nacional**. In: A sociologia do Brasil indígena. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro; Brasília, Ed. UnB, 1978.

**Olhares Feministas** / Hildete Pereira de Melo, Adriana Pisciteli, Sônia Weidner Maluf, Vera Lucia Puga (organizadoras). – Brasília: UNESCO, 2009.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional** – 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**; tradução Viviane Ribeiro. –Bauru, SP: EDUSC, 2005.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. **O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico**. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucila de Almeida Neves (org.). O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente – da proclamação da República a revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SHOWALTER, Elaine. **Anarquia Sexual: sexo e cultura no fin de siècle**. Tradução de Waldéa Barcellos. – Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

SOIHET, Rachel. **Pisando no “sexo frágil”**. In: Revista “N*ossa História”*. Ano 1 nº 3, Janeiro 2004. São Paulo: Editora Vera Cruz, 2004.

SOUZA, Eneida Maria de. **A pedra mágica do discurso**. – 2ª ed. rev e amp. – Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

SOUZA, Gilda de Mello e. **O tupi e o alaúde: uma interpretação de Macunaíma***.* São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2003.

|  |  |
| --- | --- |
| Nome As aparências o Genero: uma analise da Indumentaria das drag Queens | **A 005**  **Premiada** |
| Autora/o Emerson Roberto de Araujo Pessoa |
| Orientadora/o Ivana Guilherme Simili |
| IES: Universidade de Maringa |
| Cidade/Estado: Parana |
| Outras Informações: Estudante de Graduação |

**Introdução**

O universo social é formado por várias personagens que intrigam, incomodam, inquietam. Uma delas são as *drag.* Personagens insólitas, as d*rag queens* podem ser definidas como homens que usam a indumentária - roupas, acessórios e maquiagem, que culturalmente são definidas como pertencentes e condizentes ao sexo feminino, para se apresentarem em bares e casas de espetáculo, geralmente freqüentados por pessoas do meio LGBT – Lesbicas, *Gay*s, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

O papel desempenhado pela indumentária na transformação e caracterização do corpo masculino em feminino, ao ocultar traços e vestígios e produzir novos sentidos para a aparência, permitem entender as articulações entre corpo e gênero. Nesse sentido, vale lembrar o que escreveu Berenice Bento (2006, p.04): “o gênero adquire vida através das roupas que compõem o corpo, dos gestos, dos olhares que o acompanham, as quais constituem uma estilística definida como apropriada” aos sexos masculinos e femininos.

No entanto, ao vestir-se como mulher a *drag* usa os artefatos das roupas e seus acompanhamentos (acessórios, maquiagem, cabelos), de um modo muito particular. Conforme Guacira Louro  (2003, [f.7]), ao exagerar os traços femininos não o faz  
 no intuito de passar por uma mulher, mas de exercer uma paródia de gênero,  
 ela "repete e exagera, se aproxima, legitima e ao mesmo tempo, subverte o  
 sujeito que copia".

Entender a articulação entre corpo e gênero por meio das narrativas orais e visuais dos sujeitos que vivenciam a transformação do corpo com a indumentária, criando versões e visões de feminino e conformando aparências de *drag* *queens* é o objetivo deste texto.

**Os caminhos da pesquisa:**

Para entender os sentidos percebidos pelas *drag* no ato da transformação do corpo masculino em feminino, os significados construídos para a aparência por meio da indumentária, os sentimentos de masculinidade e feminilidade que acompanham os procedimentos estéticos na produção de visuais femininos, empregamos a história oral como recurso metodológico.

Entre as definições e as orientações metodológicas para a prática da história oral, está a de Verena Alberti (2005, p.155-157), segundo a qual, a história oral define-se em uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes que tem na entrevista o principal recurso para a captação das informações. Três momentos devem orientar a produção das fontes orais: a preparação das entrevistas, sua realização e o tratamento das informações coletadas.

Os encaminhamentos sugeridos por Alberti foram transformados em guia para a coleta, transcrição e análise do material. Quanto ao primeiro aspecto, à preparação das entrevistas, a opção foi por elaborar perguntas que permitissem aos sujeitos respondê-las, de forma que o diálogo entre pesquisador e informantes fosse estabelecido.

Podemos dizer que o questionário foi organizado com perguntas do tipo “semi-diretiva”, que segundoRosália Duarte (2002, p.08), define-se como“uma técnica de coleta de dados que supõe uma conversação continuada entre informante e pesquisador e que deve ser dirigida por este de acordo com seus objetivos”. Portanto, na preparação das perguntas para as entrevistas foram estabelecidas questões que fornecessem informações sobre as relações e as articulações entre corpo, indumentária e os gêneros. As perguntas versaram sobre: a idade; a sensação de ser *drag*; os procedimentos adotados para ocultar os detalhes do seu corpo masculino na montagem; o papel da roupa e maquiagem que acompanham a montagem e a transformação; as sensações e sentimentos que definem as *drag*.

Se a preparação do questionário é uma etapa importante numa pesquisa de campo, o contato e a realização das entrevistas exigem muito do pesquisador. É o momento do estabelecimento de relações com os sujeitos reais, de imiscuir em seus cotidianos e vidas, para criar um diálogo entre pesquisador e sujeitos, o qual quase sempre é difícil de ser concretizado.

No caso das *drag*, conseguir adentrar o mundo de sujeitos e conseguir estabelecer o diálogo foi uma tarefa difícil e complicada. Muitas vezes os sujeitos respondiam aos contatos feitos, outras vezes, não. Em algumas ocasiões, os contatos até resultaram na marcação da entrevista, mas, na hora de serem entrevistados, os sujeitos recuavam. Podemos dizer que o resultado da pesquisa reflete os comportamentos e as atitudes dos sujeitos, quando confrontados com a situação de entrevista proposta pela investigação.

Duarte (2002) afirma que uma das formas de adentrar o universo pesquisado é “integrar estratégias de investigação qualitativa como conversas informais em eventos dos quais participam pessoas ligadas ao universo investigado”. Este foi o mecanismo acionado para romper barreiras. As conversas informais travadas com pessoas que freqüentam os mesmos espaços das *drag* e os vínculos de amizade estabelecidos com estas pessoas foram fundamentais para a abertura das portas para chegarmos até as personagens, objeto deste estudo. Aprendemos, nesta pesquisa, que o estabelecimento de redes de amizade é um mecanismo importante para a criação de algo chamado confiança.

Podemos afirmar que, com base no sentimento de confiança, conseguimos dialogar com quatro *drag*. São elas: Daffny, Hadja, Roberta Star, Jenny Possible. Os nomes usados neste trabalho foram autorizados pelas personagens. É importante registrar que são os nomes com os quais se apresentam nos bares e casas de show de Maringá e região.

Estabelecidos os contatos, o próximo passo da pesquisa foi a realização das entrevistas. Segundo Duarte (2002) a entrevista flui muito mais tranqüilamente quando realizada na residência da pessoa entrevistada. Se esta orientação aplica-se em muitas situações de entrevistas, com as *drag* foi diferente. Os sujeitos optaram por serem entrevistados em locais que não faziam parte naquele momento da sua vida privada. As escolhas dos lugares podem ser tomadas como narrativas por meio das quais elas contam um pouco de si e de suas vidas. Daffny, uma de nossas personagens, por ser de outra cidade, Cascavel – PR, optou por ser entrevistada no quarto de hotel, local onde estava hospedada naquele fim de semana para conhecer as boates da cidade; Hadja, outra *drag* que aceitou participar do projeto, fez a mesma escolha, no entanto o hotel era sua própria casa, espaço de grande fluxo no centro de Maringá e o qual é utilizado pelas prostitutas. A opção dela foi por ser entrevistada num dos cômodos do hotel: uma sala reservada às refeições. Roberta escolheu a Universidade Estadual de Maringá (UEM), como local da entrevista, espaço por “ele” frequentado, como aluno. Jenny, sua amiga de república fez a mesma opção.

De certa forma, todas essas personagens revelam as múltiplas faces e performances dos sujeitos. Na vida cotidiana e pública - no trabalho, na universidade, os personagens são homens, com nomes correspondentes, vestindo-se e comportando-se como sujeitos pertencentes ao sexo masculino. São homens que tem suas trajetórias pessoais e visuais marcadas pelo masculino, são pessoas que se relacionam conosco na condição de homens. Os nomes femininos ora mencionados – Dafnny, Hadja, Roberta e Jenny -, referem-se à outra face dos mesmos sujeitos. São nomes que designam os procedimentos de transformação dos sujeitos em *drag*.

Quanto aos diálogos com as *drag*, duraram em média 30 minutos. Se a confiança foi um ingrediente importante para chegarmos até os sujeitos, os reflexos dela também foram percebidos durante a realização das entrevistas. Calma, descontração e cordialidade se fizeram notar durante os diálogos. No entanto, em alguns momentos, alguns desconfortos puderam ser observados. Durante a entrevista com Hadja, quando a indagamos sobre como ocultava os detalhes do seu corpo masculino, percebemos certo tipo de desconforto, visto ter entendido que perguntávamos sobre o que ela fazia com o seu pênis. O sentimento de desconforto foi expresso com uma frase em tom de voz baixo, indagando se o pesquisador referia-se ao seu órgão sexual. Podemos relacionar tal acontecimento com as dificuldades de tratar das intimidades do corpo, assunto normalmente delicado para os indivíduos.

O uso do gravador nas pesquisas de campo tem uma longa história. Segundo Voldman (1996, p35), no desenvolvimento da pesquisa oral chegou um momento em que “já não bastava que essa testemunha fosse digna de fé. Era preciso que sua mensagem fosse acessível a todos e que a comunidade científica pudesse utilizá-la como prova. A invenção do gravador permitiu atender a essas exigências”.

No entanto, se a pesquisa pode ganhar e muito com o uso do gravador para o registro das informações, de outro, na prática, os sujeitos não se sentem à vontade em ter um gravador sobre a mesa, como testemunha e como artefato que guarda o que foi “dito” durante o diálogo.

O desconforto gerado pela presença do gravador foi identificado no trabalho de coleta e registro das informações. No entanto, em que pese o mal-estar provocado dos quatro entrevistados, apenas um deles não aceitou que sua voz fosse gravada. A recusa de Daffny foi justificada “por não gostar de sua voz”.

No caso, a negativa do sujeito foi contornada pelo registro das informações no caderno de campo, artefato que acompanhou todo o trabalho de produção das fontes, narrando os locais, os gestos, os olhares, o tom de voz, os desconfortos, as risadas e, enfim, tudo o que pudesse ser utilizado de forma a complementar os dados da pesquisa e dar um novo sentido às frases registradas.

Para Chantal Tourtier-Bonazzi (1996, p.239) “toda transcrição, mesmo bem feita, é uma interpretação, uma recriação, pois nenhum sistema de escrita é capaz de reproduzir o discurso com absoluta fidelidade”. Esta premissa orientou a transcrição das fitas e das informações prestadas pelos entrevistados, as quais foram anotadas no caderno de campo. Alguns critérios teórico-metodológicos orientaram a transcrição dos materiais verbais das entrevistas. Na reprodução do material gravado, as anotações feitas no caderno de campo possibilitaram avivar a memória dos fatos e relembrar gestos e posturas. Após este processo, houve o cuidado de verificar a compatibilidade entre nossas transcrições e o conteúdo das fitas. Um cuidado para preservar o conteúdo das informações dos áudios de entrevistas foi a manutenção dos vícios de linguagem no produto da pesquisa, mantivemos o vocabulário dos personagens como modo de conservar os universos culturais e representações, detidas pelos sujeitos.

Os vícios de linguagem foram interpretados como recursos estilísticos usados pelos sujeitos na relação dialógica e como mecanismo de aproximação estabelecida pelo depoente com o pesquisador, de maneira a obter a nossa concordância com o que diziam e a aceitação de suas idéias. Exemplar, neste sentido, foi a repetição dos termos “né” e “tal”. Nestas expressões encontramos evidências das estratégias narrativas usadas pelos sujeitos para aferir se o narrado está sendo compreendido e se o “outro”, quem ouve, está atento e acompanhando o que está sendo dito.

Os procedimentos envolvidos na produção das fontes de consulta podem ser sintetizados a guisa desta reflexão de Eclea Bosi (1994): “nesta pesquisa fomos, ao mesmo tempo sujeito e objeto. Sujeito enquanto indagávamos, procurávamos saber. Objeto enquanto ouvíamos, registrávamos...”, objeto, também nos cuidados e zelos com os materiais obtidos e na transcrição das informações.

**O corpo, as roupas e os sexos**

Para Berenice Bento (2004)**,** todos nós somos operados pelos gêneros desde que nascemos. Segundo a autora, a notícia do sexo do bebê pela mãe é acompanhada pela criação de expectativas e imagens de gênero. Por exemplo, se o sexo do bebê é masculino, pressupõe-se que será um menino e vai gostar de carrinhos, de bolas e que a cor preferida será o azul; se for menina, gostará de bonecas, de brincar de ser dona-de-casa, de mamãe e de professora e que a cor preferida será rosa. Em suma, o que Bento pretende dizer com esses exemplos, é que quando o corpo da criança sair do ventre materno:

[...] já carregará um conjunto de expectativas sobre seus gostos, seu comportamento e sua sexualidade,  antecipando um efeito que se julga causa. A cada ato do bebê a/o mãe/pai interpretará como se fosse a  ‘natureza falando’. Então, pode-se afirmar que todos já nascemos operados pelos gêneros, que todos os corpos nascem ‘maculados’ pela cultura. (BENTO, 2004, p.125)

Se o corpo pode ser concebido como portador de uma linguagem não verbal, ditada pela cultura, a roupa assume o papel de instrumento de controle na formação das identidades sexuais e de gênero. O que se nota é a vinculação das roupas à ideologia cultural do que significa ser homem e ser mulher, de maneira dual.

Nesse sentido, Martins e Hoffmann, (2007) ao enfocarem as roupas infantis apresentadas pelos livros didáticos, mostram que na sociedade e cultura as roupas usadas pelas crianças contribuem para a construção de significados masculinos e femininos sobre o corpo. Afirmam que, enquanto as meninas são bem arrumadas e vaidosas, vestindo rosa, ou seja, um vermelho despido de sua raiva e erotismo, com ilustrações de flores, os meninos são mais “largados”, vestindo azul, com ilustrações de pequenos animais selvagens. As roupas e suas tonalidades deixam claro como a cultura inscreve-se sobre os corpos das meninas e dos meninos e que aspectos tidos como naturais são marcas culturais. Nesse aspecto, o que é concebido como “natural” na mulher e no homem são desenvolvidos nas crianças por diferentes mecanismos. No caso, a concepção de que a mulher é “naturalmente” vaidosa e frágil, enquanto que o menino deve ser corajoso e agressivo, também são comunicados às crianças pelas roupas com as quais as vestimos.

Em linhas gerais, as reflexões sobre roupas e sexo mostram que as roupas produzem padrões de masculinidade e feminilidades, “as roupas apresentam o corpo dos sujeitos sociais como corpos de homens e mulheres. A roupa comunica o ser social e o define, constituindo uma dimensão do trabalho de modelação, adequação e ajuste da construção de gênero” (MOTA; AGUIAR, 2008). Assim, as roupas não só vestiriam os sujeitos, mas, de certa forma, os diferenciariam como sendo homens ou mulheres, desencadeando o que Louro (2008, p.8) afirma que “nada há de puramente ‘natural’ e ‘dado’ em tudo isso: ser homem e ser mulher constituem-se em processos que acontecem no âmbito da cultura.”

Assim, as masculinidades e as feminilidades seriam construídas levando-se em consideração o que a sociedade define como sendo aspectos masculinos ou femininos, ou seja, um padrão construído que envolve determinados tipos de comportamentos, de sentimentos, de interesses, padrões estes que são modelados e transformados no decorrer do tempo, construindo novos tipos de masculino e feminino, sempre levando em consideração a masculinidade como oposto a feminilidade. (SABAT, 2001)

Na diferenciação dos homens e das mulheres a indumentária cumpre um papel fundamental. A diferença na indumentária dos homens e das mulheres é um dos motes dos estudos da história da moda. A tese de Hollander (1996, p.21) é a de que a diferença entre ambos denotaria uma história de permanências com relação à alfaiataria masculina (calças, camisas e casacos), mostrando a força, a autoridade e o vigor simbólico de uma forma visual marcada pela permanência. Desde o século XVIII a alfaiataria masculina teria sido aperfeiçoada e, embora tenha passado por mudanças internas constantes, seria possível vislumbrar a força de um sentido de permanência e de continuidade em sua forma. Na tese da autora, “o vestuário masculino, foi sempre mais avançado que o feminino e inclinado a fazer proposições estéticas as quais a moda feminina respondeu” (Hollander, 1996, p. 17). Uma das conseqüências apontadas pela autora é a de que “mulheres elegantes podiam parecer ridículas; homens elegantes, nunca” (HOLLANDER, p.151), aspecto que, de certo modo, remete ao papel da moda no seu relacionamento com as mulheres, tornando-as mais frágeis e suscetíveis aos seus apelos e influências estéticas.

John Harvey (2004) permite estender a contribuição da alfaiataria na construção de representações para o poder dos homens. Ao recuperar a trajetória do uso da cor preta na sociedade ocidental, mostrando como esta cor, relacionada ao luto, passou por transformações no mundo contemporâneo que vieram constituí-la em representativa e por que não dizer, designativa do poder masculino.

Os ternos em suas múltiplas versões de calças, camisas, paletós e gravatas e com foco principal na cor preta pode ser tomada, portanto, como revelador do que é afirmado por Alison Lurie (1997, p. 328), numa frase: “O vestuário masculino sempre foi desenhado para sugerir o domínio físico e/ou social”.

Assim Hollander (1996, p. 17) ao estudar as diferenças que as roupas produzem nos sexos, notou que a “excitação popular atual com o transexualismo no vestir mostra apenas quão profundamente acreditamos ainda em separar simbolicamente as roupas dos homens e das mulheres, mesmo que em muitas ocasiões ambos se vistam da mesma forma”.

Desta forma, o processo de “montaria”, permite dimensionar a equação posta na história da indumentária e da moda, a qual relaciona o sexo às roupas e aos artefatos de beleza apropriados às mulheres, como cabelo e maquiagem.

Mas, qual é a indumentária usada por uma drag na transformação? Que moda produzem na montagem do feminino? Para responder a esta pergunta, a definição acerca do que é a moda, conforme formulada por Kathia Castilho (2004), pode se constituir em nosso fio condutor. Para a autora, a moda é uma instância sociocultural que desempenha um papel significativo na modelagem de comportamentos, das ideologias, dos gostos, dos estilos de vida e das interações sociais. As aparências dos sujeitos se constituiriam em fragmentos daquela instância sociocultural, permitindo entrever os limites da liberdade sob a qual elas se constroem e, também, os movimentos da moda e vestimentas do corpo, a qual é concebida como o conjunto formado pelos trajes, adornos e acessórios, os quais são sinônimos de indumentária. A moda, como produto sociocultural se materializaria e atualizaria no processo desencadeado pelas escolhas realizadas pelo sujeito, que num movimento único, absorveria suas regras e por meio delas também se constituiriam.

Portanto, o que Castilho afirma é que a moda pode ser concebida como “modelagem” realizada por um sujeito, por meio da indumentária. Nesta concepção de moda, o sujeito, como situado no tempo e no espaço, ao mesmo tempo em que absorve as “regras da moda”, também as constitui na medida em que transforma os produtos e artefatos da moda em objetos de uso. É este modo de conceber a moda que permite entender a *drag* como sujeito produtor de aparências, que se apropria das roupas e dos artefatos da moda preconizados para as mulheres, portanto, do que é socialmente e culturalmente concebido como moda apropriada para o feminino, para produzir versões para o feminino, com os conteúdos de feminilidades atribuídos por esses sujeitos.

O que as *drag* comunicam de diferentes formas, são os significados atribuídos para a indumentária no ato da transformação. Elas não tratam da roupa em si, como objeto de moda, mas da maneira como as empregam para transformar e criar significados para a personagem *drag.* Segundo Daffny, as roupas são usadas para causar impacto, e são ainda descritas como o clímax do show, utilizando de roupas coloridas e luxuosas.

As peças de roupas ou acessórios coloridos fazem parte dos shows das *drag*. Eles são elementos que compõem visuais chamativos e enaltecedores do modo de ser e de se vestir destas personagens. Uma *drag* é uma representação performática da moda e a única moda possível de ser conhecida por meio delas é a moda dos coloridos infinitos, produzida pelas roupas, pelos acessórios e pela maquiagem.

Ao tratar da indumentária, Roberta comentou: “é uma fantasia, igual à de alguém que se veste de palhaço para animar uma festa de criança”. Uma personagem que cria para si uma fantasia de feminino. É deste modo que podemos interpretar o ato de vestir e apresentar-se publicamente destas personagens. É através da personagem criada pela *drag,* que a imagem existente do feminino do sujeito em seu íntimo é transformada em algo concreto e real. As roupas e os acessórios são a concretização do feminino.

Podemos afirmar que, a *drag* ao se montar deixa visível que o corpo é uma instancia histórica, o qual é transformado diariamente e que o ato de transformação pode ser vivenciado de forma distinta pelos sujeitos. A *drag* demonstra através do seu corpo e de sua indumentária, que todo corpo é uma construção social e cultural e que o feminino e o masculino podem ser pares de experimentações realizadas sobre o corpo. Experimentando e vivenciando as roupas e acessórios, a *drag* se transforma em vetor de leituras e interpretações dos gêneros, ao desconstruir e transformar os conceitos de masculinidade e feminilidade.

A maquiagem pode ser concebida como um componente da moda e como tal, como artefato de comunicação e de representação dos gêneros. Entre as *drag,* a maquiagem é mencionada nos discursos dos sujeitos como aspecto diferenciador entre este segmento e os demais crossdrasing *(individuo que se utiliza de roupa do sexo oposto ao seu)*.

O sentido adquirido pela maquiagem no universo *drag* pode ser aquilatado na narrativa de Jenny, segundo a qual a maquiagem “é fundamental, né? A maquiagem ela....Fala....Ela é a identidade da *drag queen*”. Os produtos de beleza oferecidos pela cosmética transformam-se, portanto, num dos recursos para a produção visual *drag*, para que a personagem idealizada pelo sujeito ganhe a identidade feminina.

Conforme constatado por Vencato (2005), o processo de maquiagem de uma *drag* *queen* deve ser muito bem dominado pelos sujeitos que fazem uso dela. Fazem parte do processo de aprendizado das técnicas de maquiagem, exercícios feitos sobre o próprio rosto para a ampliação do conhecimento. As *drag* aprendemas artes da maquiagem, buscando por estes tipos de informações e compartilhando as técnicas assimiladas com os demais sujeitos *drag* do seu círculo social. Um aspecto a ser destacado e que é exemplar neste sentido é a maneira como os conhecimentos sobre procedimentos de maquiagem são aprendidos, os quais se assemelham àqueles que organizam os aprendizados femininos. Da mesma forma que as meninas aprendem as artes da maquiagem por meio da mídia, das revistas e com as mães; do mesmo modo que as garotas trocam as informações entre as amigas, estes modelos de aprendizados estão presentes entre as *drag* porque é por meio da convivência entre elas ou com as transformistas “mais experientes“ que elas assimilam os conhecimentos sobre os produtos e seus empregos.

A maquiagem usada pelas *drag* é diferente da utilizada pelas mulheres, uma beleza plástica é o resultado da maquiagem, realçando e exagerando os traços. Uma beleza feminina no superlativo. Lábios e olhos são realçados de forma a produzir um tipo de beleza e feminilidade exorbitantes.

É possível vislumbrar na maquiagem (nos cuidados com os contornos, na aplicação dos cosméticos – sombra nos olhos, delineador, lápis, batom, bases e pó) que a concretização de uma aparência demanda muito tempo e dedicação ao ato de maquiar-se, levando normalmente uma hora e meia para a sua realização e metade do tempo total da transformação.

Assim como a indumentária se constitui para a *drag* como algo transformador do seu corpo, a maquiagem também o é, completando a mudança de uma aparência masculina em feminina. Tal como a indumentária, o que a maquiagem proporciona é a fabricação de um novo corpo baseado na representação do feminino. Deste modo, estes sujeitos revelam uma nova configuração para o corpo mediante a contraposição de idéias, imagens e representações relacionadas à fixidez dos sexos e dos gêneros. Eles trazem na maneira como se vestem e se maquiam as possibilidades proporcionadas pela vivência do corpo, demonstrando a dualidade presente nos pares sexo e gênero.

Através da montagem do personagem *drag* *queen*, o sujeito masculino desaparece de cena para dar lugar ao sujeito feminino. Neste “desaparecimento” de um personagem e “surgimento” de um novo, a mudança na aparência é acompanhada de outro aspecto: a transformação na voz. Esta questão foi abordada por Vencato (2005), que afirma que: “os gestos antes comedidos iam tornando-se mais expansivos e performáticos, a voz e o vocabulário também se modificavam (2005, p. 246)”. Dessa forma, a impressão é a de que outra pessoa materializa-se no corpo do indivíduo, a *drag* passa a ocupar o lugar do homem.

O aspecto mencionado pela autora, pôde ser observado na convivência com os sujeitos. Durante uma visita a uma casa noturna onde encontrei pela primeira vez Hadja, sua aparência logo me chamou a atenção, sua voz era caracteristicamente feminina, no entanto, quando a entrevistei, a mesma estava “desmontada” e o seu falar já não era o mesmo, ouvia uma voz grossa, masculina em todos os seus detalhes.

Para as *drag*, os processos e procedimentos envolvidos na transformação – roupas, maquiagem e voz, são acompanhados pelo sentimento de realização, conforme mencionado por Daffny, “é a gratificação de um trabalho realizado”. Tal sentimento é justificado devido às dificuldades e técnicas necessárias para estar tudo completamente perfeito, seja a composição da roupa, o processo de maquiagem ou a dança.

As sensações vivenciadas pelos sujeitos nas transformações em *drag* também foram mencionadas por nossos entrevistados. Sobre isso, Hadja comentou: “as noites que eu não me monto, eu fico com aquela coisa assim, parece que ta (tsc) faltando algo em mim, eu adoro andar de salto, claro, eu adoro me vestir de mulher, adoro que as pessoas me encontram na rua e não me conheçam, elas falam assim: Nossa! Será que é a mesma pessoa?”.

Hadja é clara: ela sente prazer na transformação, ela gosta do sujeito feminino ao qual dá origem, ela sente falta da personagem que ela consegue criar. Portanto, a transformação é produtora de sensações prazerosas e das quais os sujeitos sentem falta quando distantes das personagens criadas.

As reflexões de Hadja podem ser interpretadas a guisa do que diz Helio Silva (1993, p. 109): [referindo-se a um individuo praticante de *crossdressing]* “Vestindo-se com as roupas da irmã, R. faz mais do que simplesmente romper os limites das classificações que o definem como homem. Ao deixar entrever por sob as vestes femininas suas pernas inconfundivelmente másculas, ele representa, na verdade, a própria representação.” Em outro momento, afirma: “A singela pergunta com que roupa? Se adensa e se torna dramática quando traduzida para seu aprofundamento lógico: com que corpo?” (SILVA, 1993, p.115 )

É da mistura de corpos e das sensações por ele proporcionadas, nas quais o masculino e o feminino (ou vice-versa) se fundem e se confundem que Hadja e Silva falam. Nesta fusão, a indumentária ocupa papel de experimentação, pois, através dela, corpos masculinos se tornam femininos, deslumbrando o mundo vasto das identidades sexuais, a tal ponto de revelar a inexistência de tal identidade, mas várias e múltiplas, as quais são performáticas de gênero.

Através da indumentária e dos artefatos que a acompanham, a *drag* produz um novo corpo social e cultural sobre o corpo biológico. A *drag* concretiza este corpo por meio de inúmeras técnicas: a depilação do corpo, o ocultamento dos atributos masculinos por meio de roupas e maquiagem, utilizando-se de artefatos e produtos da moda feminina para dotar o corpo de contornos femininos, como por exemplo, os seios e quadris. Assim, o processo de montaria transforma-se em “exercício de criatividade e paciência, mas, sobretudo, é um trabalho de arte” (Vencato, 2005, p. 237), que faz emergir um corpo artístico e uma representação para o feminino.

Conforme procuramos mostrar no decorrer deste texto, o processo de transformação é acompanhado pelo desligamento do sujeito masculino ou do religamento deste sujeito a um outro, arquitetado pelo primeiro. A retirada das vestes masculinas e a colocação da feminina e os diversos processos que fazem parte da transformação, dão origem a um outro sujeito: o homem que está na origem de tudo não deixa de existir, mas passa a existir, ainda que tão somente por algumas horas, sob outro formato visual.

O que a *drag* produz, sem dúvida alguma, é um caleidoscópio para a aparência.

**Considerações finais**

O artigo teve por objetivo analisar o papel desempenhado pela indumentária na transformação e caracterização do corpo masculino em feminino das *drag*. Buscamos entender os modos pelos quais as *drag*, ao usarem os produtos e procedimentos estéticos da moda, concebidos socialmente e culturalmente como pertencentes ao feminino, ocultam traços e vestígios corporais do sexo masculino e produzem novos sentidos para a aparência e para os gêneros. Através das narrativas orais e visuais dos sujeitos, foi possível entender as versões e visões que estes sujeitos constroem para o feminino.

Foi possível, ainda, captar e identificar a maneira pela qual o ato de travestimento do corpo, é gerador de questionamentos acerca da matriz heterossexual que associa o sexo às roupas. Mostramos que a indumentária seconstitui em vetor crítico usado pelas *drag* para colocar em questão a originalidade e a autenticidade da sexualidade e dos gêneros.

Ao analisarmos a percepção dos sujeitos acerca do papel desempenhado pela indumentária e pela maquiagem na transformação do corpo masculino em feminino e na criação de uma aparência baseada no feminino**,** o que esses sujeitos evidenciam são os processos de educação do corpo, realizados mediante a associação entre as roupas e os sexos e a necessidade da educação e da moda contribuírem para a transformação dos conceitos e das representações sociais. Romper com a associação entre sexo feminino e masculino e roupas respectivamente apropriadas, pode ser um caminho para a construção de novos princípios sociais e culturais, diminuindo as fronteiras que separam os gêneros, as quais criam os preconceitos e as desigualdades de gênero.

O que as *drag* mostram nas suas narrativas visuais e orais é que podemos ser sujeitos múltiplos, que o masculino e o feminino estão dentro de nós. Enfim, que podemos ser masculino e feminino. Por isso, elas intrigam, inquietam e incomodam.

**Referências**

ALBERTI, Verena. Fontes orais. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla et.all. (org.) **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 155-202.

BENTO, Berenice. Performaces de gênero e sexualidade na experiência transexual. In: LOPES, Denílson et. al. (org.) **Imagem e diversidade sexual**: Estudos da homocultura. São Paulo: Nojosa, 2004, p.125-132.

\_\_\_\_\_. Corpos e Próteses: dos Limites Discursivos do Dimorfismo. In: SEMINARIO INTERNACIONAL FAZENDO GENERO 7. Sexualidades, corporalidades e transgêneros: Narrativas fora da ordem. (ST16). 2006. Disponível em: <<http://www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/B/Berenice_Bento_16.pdf>>. Acesso em 24 abr. 2008 às 17:41.

BOSI, Eclea. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CASTILHO, Kathia. **Moda e linguagem**.São Paulo:Editora Anhembi Morumbi,2004.

DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: Reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, n.115, mar./2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n115/a05n115.pdf>. Acesso em 29 abr. 2008 às 13:22

HARVEY, John.**Homens de Preto**. São Paulo:Edunesp, 2004.

HOLLANDER, Anne. **O sexo e as roupas**: a evolução do traje moderno. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

LOURO, Guacira Lopes. Corpos que escapam. **Labrys.** Estudos feministas. n. 4 – ago./dez 2003. Disponível em: <<http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys4/textos/guacira1.htm>>. Acesso em 24 abr. 2008, às 17:47.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, Campinas, v.19, n.2, maio/ago.2008. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a03v19n2.pdf>> Acesso em 31 de agosto de 2008, às 16:45.

LURIE, Alison. **A linguagem das roupas.** Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

MARTINS, Eliecília de Fátima; HOFFMANN, Zara. Os papéis de gênero nos livros didáticos de ciências sociais. **Pesquisa em educação em ciências**. v. 9, n.1, jul. 2007. Disponível em: < <http://www.fae.ufmg.br/ensaio/v9_n1/os-papeis-de-genero-nos-livros-didaticos-de-ciencias-eliecilia-m-e-zara-h.pdf>>. Acesso em 13 nov. 2008, às 15:00.

MOTA, Dolores; AGUIAR, Rita Claudia. Vestindo roupa e criando gêneros: A roupa na construção do masculino e do feminino entre adolescentes. Disponível em: <<http://www.estilismoemoda.ufc.br/Artigos3.htm>>.Acesso em 13 nov. 2008, às 15:05.

SABAT, Ruth. Pedagogia cultural, gênero e sexualidade. **Revista Estudos Feministas**, v.9, n.1, p. 09-21, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n1/8601.pdf>. >.Acesso em 17 ago. 2009, às 18:05.

SILVA, Hélio R. S. **Travesti, a invenção do feminino.** Rio de Janeiro:Relumé-Dumará, 1993.

[VENCATO, Anna Paula](http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/?IsisScript=iah/iah.xis&base=article%5edlibrary&format=iso.pft&lang=i&nextAction=lnk&indexSearch=AU&exprSearch=VENCATO,+ANNA+PAULA). Fora do armário, dentro do *closet*: o camarim como espaço de transformação.**Cadernos Pagu** [online], n. 24, p. 227-247, 2005. Disponível em:<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n24/n24a11.pdf >. Acesso em 9 jan. 2008, às 17:55.

VOLDMAN, Daniele. Definições e usos. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Marieta (org.). **Usos & abusos da história oral**. 5.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002, p. 33-41.

TOURTIER-BONAZZI, de Chantal. Arquivos: propostas metodológicas. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Marieta (org.). **Usos & abusos da história oral**. 5.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002, p.233-245.

|  |  |
| --- | --- |
| Nome Genero e sexualidade na escolas dos surdos. | **A 006**  **Premiada** |
| Autora/o Pedro Henrique Wichis |
| Orientadora/o Maura Corsino Lopes |
| IES: UNISINOS |
| Cidade/Estado: |
| Outras Informações: Estudante de Graduação |

**GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA DE SURDOS**

Pedro Henrique Witchs[[46]](#footnote-46)

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Professora-orientadora: Drª. Maura Corcini Lopes[[47]](#footnote-47)

**Introdução**

Durante o meu estágio supervisionado no Ensino Fundamental, ministrando a disciplina Ciências para uma turma da 7ª. série em uma escola especializada na educação de surdos, deparo-me com uma infinidade de questões que envolvem os sexos, os gêneros e, principalmente, as sexualidades. Tendo em vista que essas questões tornaram-se explícitas quando começo a trabalhar com os conteúdos relacionados aos sistemas genitais (masculino e feminino) e à fecundação humana, questiono como abordar os assuntos que envolvem gênero e sexualidade sem cair na redução biologista oficializada no currículo escolar.

A partir dessas experiências em uma escola de surdos, objetivo problematizar, neste artigo, a normalização de gênero e sexualidade presente no currículo da escola, bem como a necessidade de construção de espaços de formação pedagógica para que temas como os da diversidade de gênero e sexualidade possam ser abordados sem polêmica. Nesse sentido, direciono este artigo a todos os professores e professoras que, como eu, se veem agindo sob práticas de silenciamento das diferenças – em destaque as de gênero e sexualidade – que são conduzidas pelos padrões de normalidade.

O artigo está organizado como segue: esta pequena introdução dada acima, onde apresento minhas justificativas e os meus objetivos, é seguida pela minha descrição de metodologia utilizada, bem como pelo meu posicionamento em relação à especificidade do artigo, de modo a evidenciar que olho para os surdos como sujeitos de uma diferença linguística e cultural; na seção *Sexos, gêneros e sexualidades*, apresento uma situação ocorrida durante o estágio que contribui para desencadear a discussão sobre como as concepções de gênero e sexualidade estão condicionadas pelo discurso biológico; na seção *Representações de gênero e sexualidade*, trago outra situação desencadeadora de discussões e propícia para apresentar os resultados dos textos-imagéticos produzidos pela turma; e, para de finalizar este artigo, concluo: a escola de surdos, como qualquer outra instituição social, é um espaço em que as identidades de gênero e as sexualidades são conduzidas a um padrão de normalidade.

**Os sujeitos surdos e suas múltiplas diferenças**

Devido a minha integração ao Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Educação de Surdos (GIPES), optei por cumprir a atividade acadêmica da grade curricular do meu curso de Graduação em Biologia, o *Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental – Ciências*, em uma escola de surdos. Desta forma, eu estaria inserido no contexto da pesquisa realizada pelo GIPES[[48]](#footnote-48); adquirindo experiência e aumentando meu vocabulário na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) ao conviver com a comunidade surda escolar.

A instituição escolhida para a realização do estágio foi uma escola pública estadual que conta com o trabalho de um corpo docente composto por dezessete professoras e um professor[[49]](#footnote-49). Depois de feita a escolha da instituição, foi preciso selecionar a série com a qual trabalharia; meu interesse pelos conteúdos abordados no ensino de Ciências para a 7ª. série guiou a minha decisão. Afinal de contas:

Por que incluímos a temática sexualidade em nossas aulas somente a partir da 7ª. série? Será por que é nessa idade que a voz encorpa, o corpo muda, a menstruação chega, os hormônios estão em ebulição, enfim os jovens estão “descobrindo” a sexualidade? (ALVARENGA; DAL’IGNA, 2004, p. 65)

No caso específico da turma de Ciências da 7ª. série em que realizei o estágio, não posso negar que muitos desses fatores citados acima já estavam em desenvolvimento, pois a faixa etária da turma encontra-se entre 15 a 25 anos. Composta por cinco alunos e uma única aluna, esta turma apresenta significativas características para se discutir gênero e sexualidade. Esse número bastante reduzido de alunos é explicado por se tratar de uma escola de surdos. Geralmente, o número de dez alunos por turma não é ultrapassado, facilitando a comunicação em uma língua de modalidade viso-gestual na sala de aula.

Penso ser necessário explicitar sobre qual referencial teórico fundamento meus entendimentos sobre a surdez. Para tanto, posso dizer que compartilho com os autores e as autoras dos Estudos Surdos[[50]](#footnote-50) que, articulados ao campo teórico dos Estudos Culturais, numa perspectiva pós-estruturalista, entendem a surdez como uma diferença linguística e cultural. Ou seja, o fator deficiência, nesse referencial, é considerado oriundo de uma visão clínica, patológica e terapêutica. Ao não reduzir a surdez a uma condição deficitária, tenho a oportunidade de entender que existem inúmeras possibilidades de se constituir surdo. Fazendo uso de palavras que em nenhum momento atribuem a ausência de um sentido em um corpo, comungo com Quadros (2004, p. 10) na apresentação do sujeito surdo como alguém

[...] que apreende o mundo por meio de experiências visuais e tem direito e possibilidade de apropriar-se da língua brasileira de sinais e da língua portuguesa, de modo a propiciar seu pleno desenvolvimento e garantir o trânsito em diferentes contextos sociais e culturais. [...] As formas de organizar o pensamento e a linguagem transcendem as formas ouvintes.

Nesse sentido, esclareço que não quero negar a deficiência auditiva, mas também não tenho intuito de torná-la o foco da discussão. Sendo assim, afasto-me do conceito de corpo danificado, que necessita ser tratado, reabilitado, normalizado, e aproximo-me de um conceito sócio-cultural.

No entanto, é justo e necessário informar que também não tenho a intenção de restringir os surdos a uma única identidade, construída de forma isolada, estável e homogênea, pois acredito na construção multicultural de inúmeras identidades surdas (Perlin, 2001) que podem ser expressas em diferentes instâncias. Lopes (2001, p. 112) afirma que “jamais encontraremos sujeitos iguais por serem surdos. Eles possuem história, meio familiar, sexo, raça, cor, religião, língua, situação econômica, identidade, etc. diferentes”. Contudo, essas e outras diferenças tentam ser amenizadas a partir de relações de poder exercidas em todas as instituições sociais, dentre elas, a escola.

A escola, de surdos ou não, é um espaço onde o ensino se exerce de forma intencional, a partir de um conjunto de princípios selecionados que guiarão professores e alunos, bem como todos aqueles que, direta ou indiretamente, se relacionam com ela. Toda e qualquer proposta da escola de surdos, quando em operação, cria perfis aceitos para um determinado grupo em um determinado tempo, considerando um conjunto de exigências sociais, políticas e econômicas de diferentes grupos culturais. (LOPES, 2007, p. 85)

Baseado nisso, afirmo que não encontrei questões de gênero e sexualidade diferentes das questões de gênero e sexualidade que se constituem dentro de uma escola regular. A escola de surdos, neste artigo, compõe a especificidade do contexto no qual estou inserido como professor. Sendo assim, posso dizer que a escola (regular ou especial), ao tentar amenizar as diferenças, trabalhando em prol de uma normalização dos sujeitos, acaba traçando divisões na sociedade. Tais divisões proporcionam uma série de condições de desigualdade àqueles que são constituídos por uma identidade de status comprometido no grupo e no tempo em que se estabelecem.

**Sexos, gêneros e sexualidades**

O aluno Vitor[[51]](#footnote-51) (17 anos de idade) pergunta-me[[52]](#footnote-52), deixando bem claro que sua questão refere-se a uma situação hipotética, se é possível que dois homens, *apaixonados um pelo outro*, pratiquem sexo anal. O aluno demonstra-se espantado e desgostoso com a resposta dada por mim, “sim, é possível”, e rapidamente a relata ao colega Silvio (da mesma idade) que reage incrédulo: “mentira”. Vitor se justifica, “é verdade, *o professor disse*”, e ambos retornam para mim com a esperança de que eu repita a minha resposta, “sim, é possível”.

A epígrafe desta seção trata-se de uma situação ocorrida no meu estágio com a 7ª. série durante uma atividade de reconhecimento dos órgãos que compõem o sistema genital masculino. Como posso interpretar essa situação sem distanciar-me das implicações pedagógicas que ela pode propiciar? Passo a tentar entendê-la, nesta seção, trazendo à tona conceitos de gênero e sexualidade que possam suprir a necessidade dos professores e das professoras em conhecê-los e compreendê-los.

Considerando as atividades que estávamos desenvolvendo naquele momento, sou levado a pensar que Vitor e Silvio entenderam e sabiam da possibilidade do ato sexual entre duas pessoas do sexo masculino. Contudo, não posso negar a força “das tradicionais explicações dos chamados “fatos” da vida, que biologizam a sexualidade e o desejo” (LOPES, 2008, p. 133). Essas explicações tradicionais definem que o ato sexual existe com a finalidade de que os indivíduos se reproduzam. Duas pessoas do mesmo sexo não podem se reproduzir – isso é um fundamento biológico. Seguindo o mesmo raciocínio, duas pessoas do mesmo sexo, portanto, não desejariam praticar atos sexuais entre si. Por isso, quero dar ênfase à necessidade de Vitor mencionar que as pessoas envolvidas naquele relacionamento hipotético estavam apaixonadas, ou seja, desejavam-se.

Contrastando com os sexos, “uma palavra até então usada principalmente para nomear as formas masculinas e femininas na linguagem” (CARVALHO, 2008, p. 91) começa a ser utilizada por feministas no final dos anos 60 para combater as implicações sociais advindas da biologia. O *gênero*, agora sendo um termo utilizado “para referir-se a toda construção social relacionada à distinção e hierarquia masculino/feminino, incluindo aquelas construções que separam os corpos em machos e fêmeas” (CARVALHO, 2008, p. 91), emerge à situação e, junto dele, finalizando a *trinca biologizada*: a sexualidade.

A escola tece uma “complexa trama normativa que estabelece uma linha de continuidade entre o sexo (macho e fêmea), o gênero (masculino e feminino) e a orientação sexual que se direciona “naturalmente” para o sexo oposto” (DINIS, 2008, p. 484). Em suas práticas curriculares, a escola norteia suas ações pelo padrão de existência de “uma única forma sadia e normal de sexualidade, a heterossexualidade; afastar-se desse padrão significa buscar o desvio, sair do centro, tornar-se excêntrico” (LOURO, 2003, p. 42).

Portanto, talvez, as reações de espanto expressadas pelos dois alunos sejam representações da ideia de que o sexo, quando praticado em uma relação homossexual, não possa estar atrelado ao desejo *natural*. A imagem do sujeito homossexual fortalecida pelo discurso de que a homossexualidade seja um distúrbio, uma patologia, uma perversão, flutua por aquele momento. Então, novamente pergunto: que implicações pedagógicas estão sendo propiciadas com essa situação? Qual o papel do professor nesse contexto?

Não quero que a possibilidade de resposta a essas perguntas reduza as reflexões que quero proporcionar aos leitores e às leitoras do artigo. Entretanto, não posso negar que a situação discutida acima possibilitou a presença do mito de que “qualquer pessoa que ofereça representações gays e lésbicas em termos simpáticos será provavelmente acusada de ser gay ou de promover uma sexualidade fora-da-lei” (BRITZMAN, 1996, p. 79-80 apud DINIS, 2008, p. 483). Digo isso em função da outra situação-chave – “situação-chave” no sentido de que também desencadeia discussões propícias ao artigo – ocorrida durante o estágio e que passo a narrar na seção a seguir.

**Representações de gênero e sexualidade**

Enquanto escrevia no quadro-negro, os alunos riam entre eles, mas eu desconhecia o motivo, pois não estava enxergando sobre o que eles conversavam. Alguns minutos depois, viro-me para informá-los de que, por ouvir suas risadas, eu também sentia vontade de rir. A aluna Nádia (15 anos, líder da turma) aproveitou o momento de contato visual e comentou para mim: “sua letra é muito *bonitinha*, parece letra de mulher”. Agradeci à Nádia por considerar minha letra bonita e, em seguida, lhe informei que não acredito na existência de um tipo de letra que possa ser associado exclusivamente às mulheres, nem um tipo de letra que pode ser associado exclusivamente aos homens. A aluna, percebendo que eu não havia demonstrado em nenhum momento estar constrangido ou ofendido com seu comentário, perguntou-me: “professor, você é *bi*?”. Devolvo a pergunta questionando-a o que significa *bi*, e ela responde perguntando-me novamente: “namora homens e mulheres?”.

A epígrafe desta seção retrata o momento em que me pergunto o que teria levado Nádia a ter o interesse sobre a minha sexualidade. Seria a lógica da sequência sexo-gênero-sexualidade agindo de modo que Nádia tentasse encaixar-me em alguma identidade sexual? Uma vez que eu seja homem e a minha letra represente para Nádia o gênero feminino, em qual identidade sexual eu *precisaria* ser encaixado? A bissexualidade seria o que Nádia melhor encontrou como alternativa de resposta? Estaria eu livre para exercer o meu sexo (macho) – portanto, a minha biologia sendo utilizada como referência para a constituição da minha sexualidade – e o meu gênero – representado no imaginário de Nádia pela minha letra *feminina* manuscrita no quadro-negro?

Desconfio que tal questionamento possa ter sido produzido no momento em que considerei como possível, sem fazer uso de algum juízo de valor, o ato sexual entre duas pessoas do mesmo sexo que estão apaixonadas uma pela outra. No entanto, quando a minha sexualidade vem a ser questionada, passo a pensar ainda mais nas situações em que eu e a turma nos encontramos, pois

[...] pensar a questão da homossexualidade, pode ser um convite para que o/a educador/a possa olhar para sua própria sexualidade e pensar a construção histórico-cultural de conceitos como heterossexualidade, homossexualidade, questionando a heteronormatividade que toma como norma universal a sexualidade branca, de classe média e heterossexual. (DINIS, 2008, p. 484)

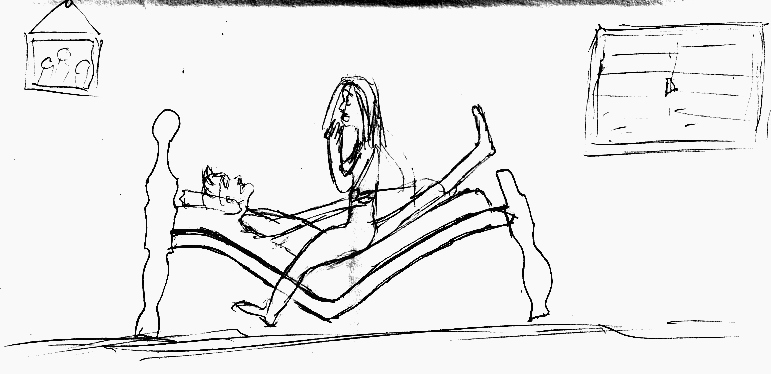
Portanto, é nesse momento que sinto-me instigado a refletir com a turma sobre as concepções de gênero e sexualidade que circulam pela escola. Deste modo, trago agora o meu olhar sobre quatro textos e quatro ilustrações produzidos pelos alunos e pela aluna da turma de Ciências da 7ª. série. A forma como o texto seria produzido foi declarada como livre; levando em consideração a importância do canal visual nas maneiras de se comunicar e se expressar dos surdos, também foi dada a oportunidade de os alunos ilustrarem o texto, tornado-o, assim, como o chamarei de agora em diante, um *texto imagético*.

É justo esclarecer que o olhar depositado nos textos imagéticos, para analisá-los, é o olhar de professor buscando pensar sobre sua prática, articulando leituras feitas em dois campos de saber – o dos Estudos Surdos em Educação e o dos Estudos de Gênero e Sexualidade. Ou seja, olho para os textos imagéticos como artefatos culturais, representações do que o currículo escolar ensina a ser reproduzido. Então, para ter a chance de retratar aqui as representações de meus alunos e de minha aluna sobre as identidades de gênero e sexualidade que se constituem pela e na escola, o tema proposto para a elaboração do texto imagético foi “O que é ser homem? O que é ser mulher?”.

Em um primeiro instante, com um olhar superficial, é possível perceber que todos os quatro textos imagéticos focam o relacionamento entre duas pessoas, um relacionamento guiado pelos princípios da heteronormatividade. Logo, nessas representações, ser homem e ser mulher implica relacionar-se com o sexo oposto. Em um segundo instante, divido os quatro textos imagéticos em duas categorias: *relacionamento romântico* e *relacionamento sexual*. Evidentemente, não quero negar a possível presença do sexo no que chamo aqui de “relacionamento romântico”, mas nomeio essas categorias de acordo com a intencionalidade focada em cada um dos textos imagéticos. E essas duas categorias são facilmente identificadas nas duas ilustrações retiradas dos textos imagéticos que apresento abaixo:



Relacionamento romântico: ilustração do texto imagético da aluna Nádia.



Relacionamento sexual: ilustração do texto imagético do aluno Marcos.

O texto imagético de Nádia, bem como o do aluno André (18 anos de idade), apresenta a expressão “relação de carinho”. Além disso, ambos os textos foram representados por uma ilustração muito parecida: a imagem de um casal heterossexual de mãos dadas em um ambiente ao ar livre, na presença de árvores, flores e animais. Associo essa representação do ambiente ao que discuti anteriormente sobre o desejo *natural*, como também à ideia da relação pura e saudável. Outra característica interessante nos dois textos imagéticos é que eles foram produzidos como se fosse um planejamento. Uma organização para o “futuro”, palavra esta que está presente no corpo dos dois textos, como trago nos fragmentos a seguir:

[...] eu sou feliz e esposa eu sou feliz familiar eu surdo amigo combinar festa não agora só **futuro**.

Fragmento do texto imagético da aluna Nádia, grifo meu.

Eu como faz **futuro** que é ser homem, humano com é mulher mas dos fazer organizor que eu.

Fragmento do texto imagético do aluno André, grifo meu.

Em seu texto imagético, Nádia estabelece uma série de etapas pelas quais ela, mulher, ordenadamente expressa realizar. A primeira etapa, de acordo com o texto imagético de Nádia, é a provação da família em relação ao seu novo namorado. Dentre as qualidades que ela lista para esse novo namorado ser aprovado, estão as palavras “homem”, “lindo”, “fiel”, “educar” (que pode ser entendido como “educado”). As etapas seguintes são expressas nesta sequência: dedicação aos estudos, obtenção de um emprego, conclusão de um curso superior, aquisição da casa própria, casar-se, aquisição do carro próprio e, por último, ter um(a) “filho(a)”. Destaco aqui a importância que Nádia dá ao gênero do filho planejado quando adiciona em seu texto a letra A, entre parênteses, após a palavra “filho”.

Tendo essas referências do texto imagético de Nádia e André, convoco os leitores e as leitoras a pensar como as concepções de gênero e sexualidade se exercem sob uma lógica de normalização. Essa lógica de normalização não enxerga, ou pelo menos não quer enxergar – e talvez “expor” seria uma melhor forma de se dizer – a diversidade sexual.

Quanto aos textos imagéticos que atribuo à categoria relacionamento sexual, inicio expondo algumas situações do texto do aluno Elias (25 anos, casado e pai). Nesse texto, as expressões “vontade”, “sorriso perfeito”, “corpo esbelto”, “gostosa”, “muito bonita”, “bem mulher” e “atraente” descrevem a pessoa com quem o relacionamento, seja ele sexual ou de afeto, seria o ideal. Essas características são ilustradas na imagem do mesmo texto, onde há a presença de duas figuras: uma feminina sorridente e de costas para a figura masculina, que expõe a língua salivante, expressando o desejo pela primeira figura.

O outro texto imagético da mesma categoria é o do aluno Marcos (17 anos de idade), que teve sua ilustração exposta anteriormente neste artigo. Ao contrário dos textos imagéticos descritos até agora, o texto de Marcos aborda explicitamente as questões que envolvem o ato sexual realizado entre um homem e uma mulher. Como, por exemplo:

[...] com sexo corpo viver é o esta Homem penis ejacular já mulher posso faz só camisinha boa usa.

Fragmento do texto imagético do aluno Marcos.

Além disso, a ilustração produzida por Marcos reflete como assuntos polêmicos, tais como sexo, são silenciados no interior da escola. A imagem do quadro, que indica a presença de mais pessoas – familiares, por exemplo – na situação que representa é complementada pela janela fechada, que reproduz o tratamento do sexo como algo sigiloso. Até onde vai o meu direito em fazer meus alunos pensarem sobre essas questões? Até onde vai o direito dos meus alunos expressarem suas vontades de discutir sobre essa temática em sala de aula? Acredito que compartilho estas e outras dúvidas com todos os professores e professoras que já tenham se deparado com situações-desencadeadoras como as que trago neste artigo.

**Conclusões**

Considerando as situações descritas neste artigo, suas representações nos textos imagéticos produzidos pela turma de Ciências da 7ª. série e a infinidade de argumentos que surgem com os estudos nas temáticas focadas, penso que para se abordar temas de interesse dos alunos jovens, como a sexualidade, sem fazer disso uma polêmica, a necessidade de construção de espaços de formação pedagógica dentro da escola é fundamental; considerando o contexto da educação de surdos nessas mesmas temáticas, posso dizer que o pouco domínio na LIBRAS por parte dos professores ouvintes pode vir a dificultar o desenvolvimento de assuntos que ultrapassam os conteúdos formais da escola.

Sendo assim, concluo: a escola de surdos não difere de qualquer outra instituição social na tentativa de normalizar as identidades de gênero e as sexualidades; e, para finalizar este artigo, expresso aqui a minha intenção de permanecer atento às questões de gênero e sexualidade que circulam o espaço escolar de forma a permitir que a diversidade de gênero e a diversidade sexual possam ser vistas e reconhecidas com o direito às possibilidades de coexistência.

**Referências**

ALVARENGA, Luiz F. C.; DAL’IGNA, Maria Cláudia. Corpo e sexualidade na escola: as possibilidades estão esgotadas? In: MEYER, Dagmar E.; SOARES, Rosângela de F. (Orgs.). *Corpo, gênero e sexualidade*. Porto Alegre: Mediação, 2004, p. 62-72.

CARVALHO, Marília Pinto de. Gênero na sala de aula: a questão do desempenho escolar. In: MOREIRA, Antonio Flávio; CANDAU, Vera Maria (Orgs.). *Multiculturalismo*: diferenças culturais e práticas pedagógicas. 2ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 90-124.

DINIS, Nilson Fernandes. Educação, relações de gênero e diversidade sexual. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 29, n. 103, p. 477-492, maio/ago. 2008.

LOPES, Luiz Paulo Moita. Sexualidades em sala de aula: discurso, desejo e teoria queer. In: MOREIRA, Antonio Flávio; CANDAU, Vera Maria (Orgs.). *Multiculturalismo*: diferenças culturais e práticas pedagógicas. 2ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 125-148.

LOPES, Maura Corcini. Relações de poderes no espaço multicultural da escola para surdos. In: SKLIAR, Carlos (Org.). *A Surdez*: um olhar sobre as diferenças. 2ª. ed. Porto Alegre: Mediação, 2001, p. 105-121.

\_\_\_\_\_, Maura Corcini. *Surdez & Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. Currículo, gênero e sexualidade – o “normal”, “o diferente” e o “excêntrico”. In: LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana (Orgs.). *Corpo, gênero e sexualidade*: um debate contemporâneo. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 41-52.

\_\_\_\_\_, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação*: Uma perspectiva pós-estruturalista. 4ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

PERLIN, Gládis Teresinha. Identidades surdas. In: SKLIAR, Carlos (Org.). *A Surdez*: um olhar sobre as diferenças. 2ª. ed. Porto Alegre: Mediação, 2001, p. 51-73.

QUADROS, Ronice Müller de. *O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa*. Brasília: MEC – Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/tradutorlibras.pdf>. Acessado em 8 de setembro de 2009.

SKLIAR, Carlos. Os Estudos Surdos em Educação: problematizando a normalidade. In: SKLIAR, Carlos (Org.). *A Surdez*: um olhar sobre as diferenças. 2ª. ed. Porto Alegre: Mediação, 2001, p. 7-32.

|  |  |
| --- | --- |
| Nome: Ser mulher nas revistas: Um estudo sobre cultura jovem, gênero, mídia e educação | **A 007**  **Menção**  **Honrosa** |
| Autora/o: Pâmela Stocker |
| Orientadora/o: Profª Dra Saraí Schmidt |
| IES: Centro Universitário Feevale |
| Cidade/Estado: Novo Hamburgo, RS |
| Outras Informações: |

*Deu pane? O que fazer quando ele falha na hora da transa.(Gloss nº 14) 10 Truques infalíveis para conquistar de vez o gato! (Atrevida nº170) MODA: Looks brancos para noites quentes e dias frescos (Tpm nº 80) Bumbum durinho – exercícios mais cremes e dicas para ficar tudo em cima*

*+ Blush, baby – como dar um up no visual só com blush!(Capricho nº 1054) Tudo sobre eles: decifre todos os sinais que os garotos mandam*

*quando estão a fim (Todateen nº 155)*

Introdução

Sedução, sexo, moda, futilidades. As epígrafes que abrem este texto foram retiradas de chamadas das capas de revistas femininas segmentadas para o público jovem publicadas no segundo semestre de 2008. Ainda que uma representação de juventude antenada, a frente de seu tempo e tecnológica povoe o nosso imaginário, os

assuntos presentes nas capas das revistas *Atrevida, Capricho, Todateen, Gloss* e *Tpm*, todas de grande circulação3, nos provocam para questionar: quem é, afinal a jovem do nosso tempo? Para a quem estas revistas estão se dirigindo?

1 Acadêmica do 8º semestre de Comunicação Social/ Jornalismo. Bolsista de Iniciação Científica do grupo Comunicação e Cultura do Centro Universitário Feevale.

2 Jornalista e Doutora em Educação. Professora de Comunicação Social e pesquisadora do grupo

Comunicação e Cultura do Centro Universitário Feevale.

3 Atrevida: 174 mil exemplares/ mês; Capricho: 250 mil exemplares/ quinzenalmente; Todateen: 120 mil exemplares/ mês; Tpm: 30 mil exemplares/ mês e Gloss: 200 mil exemplares/ mês.

Durante um semestre, todos os exemplares das revistas citadas foram fichados e analisados4, dando-se especial atenção às chamadas de capa e às principais recorrências presentes em pautas e anúncios que demarcassem modos de ser menina/ mulher, diferenças entre homens e mulheres ou sexualidades.

Ainda que o corpus do trabalho se constitua de cinco revistas femininas, neste artigo vamos privilegiar a análise do fichamento de três delas: revista Atrevida nº 170, de outubro de 2008; revista Gloss nº 14, de novembro de 2008 e Tpm nº 80, de setembro de 2008.

Dando prosseguimento ao estudo, foi realizado um encontro com meninas estudantes do ensino Médio5, a fim de discutir as capas e algumas propagandas veiculadas nas revistas6 das quais são público-alvo. Num segundo momento foi realizada a discussão desse material com uma turma de acadêmicos/as de Comunicação Social7. O grupo de universitários/as discutiu e analisou pautas e anúncios voltados à juventude feminina, desta vez com o olhar de futuros produtores de artefatos midiáticos, e não como leitores. Por último, um grupo de professoras da universidade foi convidado a discutir as representações de masculinos e femininos em circulação nas revistas jovens e o papel da universidade na formação dos futuros comunicadores.

Interessa-nos discutir que formas de feminilidade são reforçadas, imaginadas, dinamizadas, polemizadas, enfim, construídas na cultura, através das revistas femininas e quais são seus efeitos junto ao público-leitor, aos futuros produtores de artefatos midiáticos e à universidade, responsável pela formação dos comunicadores, que futuramente produzirão este conteúdo. Este estudo é um recorte da pesquisa *O jovem da comunidade tem atitude? Um estudo sobre mídia alternativa, identidade e cultura jovem global,* que tem financiamento do CNPq8.

4 A mostra contabilizou 36 exemplares das revistas citadas que circularam no 2º semestre de 2008.

5 Estudantes do 1º, 2º e 3º anos da Escola de aplicação da Feevale.

6 Nesta discussão foram utilizadas capas das revistas Atrevida, Capricho e Todateen: públicos-alvo dos 15 aos 19 anos, 12 aos 16 e 13 aos 19 anos respectivamente.

7 Disciplina de Mídia e Cultura ministrada pela professora Dra Saraí Schmidt no primeiro semestre de 2009. Compreende alunos de Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Relações Públicas e Design.

8 A autora deste artigo é bolsista de Iniciação Científica da referida pesquisa desde 2008. Atuou anteriormente na pesquisa *Discursos jovens e a produção performativa de gênero e sexualidade*, também com o apoio do CNPq, através da qual recebeu o prêmio Jovem Pesquisador na área de Ciências Sociais Aplicadas no Salão de Iniciação Científica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 2007.

1 Aprendendo a ser menina

Para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos. (LOURO, 2003, p. 21)

A escolha das revistas *Atrevida, Gloss* e *Tpm* para este artigo se deu justamente pelo fato destas três publicações apresentarem linhas editoriais e públicos-alvo distintos. Lançada em 1994, a revista *Atrevida* se dirige à menina “*interativa, antenada e atualizada*” que “*faz questão de ser líder do seu grupo*”9. A revista *Gloss,* lançada no final de 2007, é direcionada para quem “*não é mais uma menina, mas está longe de ser uma senhora*”10. Já a revista *Tpm*, no mercado desde 2001, destina-se para “*mulheres brasileiras [...] insatisfeitas com o tratamento a elas dispensado pela maioria das publicações femininas do país*”11

Como é possível conferir nas chamadas que abrem o artigo, ainda que tenham pretensão de atingir meninas e mulheres diferentes, todas as revistas têm em comum matérias que abordam moda, beleza, sedução. Swain (2001, p.20) nos alerta sobre “a ausência, nas revistas femininas, de debate político, de assuntos econômico-financeiros, das estratégias e objetivos sociais, das questões jurídicas e opinativas”, relembrando a expressividade que esta ausência supõe quanto “à participação presumida, à capacidade de discussão e criação, ao próprio nível intelectual das mulheres que as compram” (idem). Essas revistas, de certa forma, desenham o perfil de suas receptoras em torno de assuntos relacionados a sua esfera específica: moda, cosméticos, o mercado do sexo, do romance, do amor. Ao que parece, as mulheres não se interessam pelos assuntos do mundo que as cerca, já que as chamadas de capa das cinco publicações que analisamos não abordam, salvo em raríssimos casos, matérias de cunho político ou econômico.

9 Informações retiradas do site da revista: <<http://atrevida.uol.com.br/>>. Acesso em outubro de 2009.

10 Informações retiradas do site da revista: <<http://glossonline.com.br/>>. Acesso em outubro de 2009.

11 Informações retiradas do site da revista: <http://revistatpm.com.br/>. Acesso em outubro de 2009.

não se interessam pelos assuntos do mundo que as cerca, já que as chamadas de capa das cinco publicações que analisamos não abordam, salvo em raríssimos casos, matérias de cunho político ou econômico.

Swain (2001) explica que as composições de gênero determinam valores e modelos femininos, “suas aptidões e possibilidades, e criam paradigmas físicos, morais, mentais, cujas associações tendem a homogeneizar o ‘ser mulher’, desenhando em múltiplos registros o perfil da ‘verdadeira mulher’” (SWAIN, 2001, p. 12). Assim, as revistas estão nos ensinando um modo correto e natural de feminino, quais comportamentos são adequados ou não, em quem as meninas e mulheres devem se espelhar e o que devem consumir.

Apropriando-se do conceito de “dispositivo pedagógico da mídia” de Fischer (2002), as pautas e anúncios das revistas são analisados como artefatos pedagógicos que produzem “imagens, significações, enfim, saberes que de alguma forma se dirigem à ‘educação’ das pessoas, ensinando-lhes modos de ser e estar na cultura em que vivem” (Fischer, 2002, p. 151). Assim, buscamos lançar um olhar de estranhamento para as páginas das revistas, a fim de discutir as representações de gênero nas reportagens e anúncios.

Priorizaremos nesse artigo a análise de três reportagens veiculadas nas três diferentes revistas que integram o *corpus* de análise do estudo, procurando identificar representações de gênero e sexualidade nesse contexto. Sabendo que as matérias jornalísticas funcionam como produtoras de conhecimentos e saberes e que estes artefatos operam como constituidores de identidades sociais, interessa-nos descobrir quais as formas de feminilidade estão constituindo as identidades das jovens leitoras.

1.1 Revista Atrevida: “Um homem trai por instinto”

Na reportagem de capa intitulada *Por que eles traem?12*, quatro meninos, identificados por uma foto e pelo primeiro nome, respondem a indagação. Um deles justifica: *“um homem trai por instinto. Mesmo que ele goste da namorada, se já está com ela há um bom tempo, acaba sentindo vontade de mudar um pouco para conhecer coisas diferentes. Mas essa outra pessoa pode não significar nada para ele”.*

12 Matéria veiculada na revista Atrevida n°170, de outubro de 2008. Pág 60.

Quem nunca ouviu o discurso de homem naturalmente poligâmico, que atire a primeira pedra. A matéria, publicada na seção “*Qual é a dele*”, conta ainda com um colaborador fixo que sempre responde a pergunta central. Deste modo, a revista reforça a idéia de autoridade masculina, “voz que pode esclarecer as dúvidas de todas as leitoras ‘modernas’, ávidas por aprendizado” (SWAIN, 2001, p.35). Na “*Palavra do Japinha*”, o baixista da banda CPM22 justifica porque os homens traem mais do que as mulheres:

*“Eu acho que dois fatores levam o cara a fazer isso. O principal deles é o fato de ser algo que há séculos acontece, uma tradição machista mesmo, em que a traição dele é mais aceita por todos, às vezes até pelas mulheres. Se pensarmos bem, até as roupas que as meninas hoje em dia usam e aparecem na TV ou na praia facilitam esse processo”.*

“*Se pensarmos bem*”, como adverte o músico, veremos que empurrar a culpa para as vestimentas das mulheres é natural. Como explica a Swain (2001, p. 16), “as generalizações históricas a respeito das relações mulheres/homens são fruto de um positivismo anacrônico que se fundamenta apenas na afirmação de suas premissas: é natural porque é, e sendo assim, sempre foi”. As meninas são culpadas por “seduzir” os inocentes rapazes, que perdem o controle, ou melhor, seguem seus “instintos masculinos” e podem trair tranquilamente, por saberem estar apenas seguindo o curso natural de suas vidas.

Mas, o texto “*Palavra do Japinha*” continua. Não satisfeito com sua justificativa embasada nas tradições, o baixista apela para o “instinto masculino”:

*“Outra coisa em que acredito é o instinto masculino (algo da raça mesmo, relativo ao macho da espécie). Andei lendo que um boi ‘dá conta’ de 10 vacas e um galo, de 50 galinhas. E que no oriente, há países onde o homem pode ter até quatro esposas (sem reclamações das mulheres). Essas evidências me levam a crer que a natureza do homem o faz sentir insatisfação em ter somente uma mulher”*.

O comparativo traçado com outros “machos da espécie” é, no mínimo, questionável. Colocar-se no mesmo parâmetro que bois e galos e colocar as mulheres no lugar de vacas e galinhas parece ser uma explicação lógica para os hábitos e atitudes da “raça” masculina. Mas, das “evidências” citadas pelo rapaz, ao relembrar a situação de países no oriente onde a poligamia é aceita, é ainda mais preocupante e desrespeitoso frente a tantas lutas em busca dos direitos das mulheres e direitos humanos. Vale lembrar que os mesmos países que permitem ainda hoje a poligamia masculina são os mesmos que conservam hábitos que oprimem as mulheres13. Países nos quais a mulher precisa andar coberta da cabeça aos pés com uma burca para não “facilitar o processo” de traição, como diria o músico. Já que nestes lugares a poligamia acontece “sem reclamação das mulheres”, talvez Japinha esteja sugerindo que devamos retroceder em relação a todas as conquistas feministas até então, porque o “*macho da espécie*” tradicionalmente precisa de muitas mulheres.

Com um perfil psicográfico que se propõe a ajudar a menina “*a entender seus conflitos e inseguranças*”14, por meio de uma reportagem como essa a revista ensina às adolescentes a demarcar desde cedo diferenças entre os sexos, apontando a traição como uma característica intrinsecamente masculina.

1.2 Revista Gloss: “Quando o relógio biológico acordar...”

A reportagem chama a atenção justamente por se diferenciar das demais chamadas que aparecem na capa. Intitulada “*Voo solo*”15, a matéria começa dizendo que “*é cada vez mais comum encontrar mulheres de 20 e poucos anos que nunca namoraram*” A seguir, conta as histórias de quatro jovens que se encaixam nesse caso.

Apesar de, num primeiro olhar, esta reportagem parecer ir contra os padrões hegemônicos, no decorrer da matéria percebemos que ela apenas naturaliza os mesmos comportamentos normalizantes das outras. Ao longo do texto, a diferença entre os sexos é evocada para justificar que “*a genética pode ser determinante na intolerância a relacionamentos estáveis*”, reforçando “*a indisponibilidade masculina para o compromisso*”. Pelo que vemos aqui, “as representações sociais

13 Países como Afeganistão e Arábia Saudita, por exemplo. Leila Ahmed, especialista em estudos da mulher e do Oriente da Universidade de Massachusetts (EUA) explica que, para o pensamento ortodoxo muçulmano, a mulher vale menos do que o homem. "Um 'infiel' pode se converter e se livrar da inferioridade que o separa dos 'fiéis'. Já a inferioridade da mulher é imutável", Informações encontradas em Veja On-line: [<http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/islamismo/contexto\_debate.html](http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/islamismo/contexto_debate.html)>. Acesso em 05 de novembro de 2009.

14 Informação retirada do site da revista: <[http://atrevida.uol.com.br](http://atrevida.uol.com.br/)>. Acesso em outubro de 2009.

15 Matéria veiculada na revista Gloss n°14, de novembro de 2008. Págs 100 a 104.

[...] continuam presas aos esquemas binários do mundo, da dupla moral e do binarismo implícito nas práticas sociais [...] instituidoras de um mundo cindido ‘naturalmente’, em masculino e feminino” (SWAIN, 2001, p. 31).

Isso se confirma ao longo da reportagem que, após esclarecer que uma das entrevistadas nunca namorou porque “*é extremamente exigente, quase intolerante” e “ocupada demais para encontrar alguém com quem queira gastar seu tempo*”, finaliza: “*Josy, no entanto, faz planos de um dia se casar e ter filhos – como todas as entrevistadas dessa reportagem*”.

Encontram-se aqui, segundo Swain,

[...] agentes estratégicos na reprodução, reatualização, ressemantização de formas, valores, e normas definidoras de um certo feminino naturalizado, travestido de *slogans* modernos, em imagens de ‘liberação’, cujos sentidos, constituídos em redes significativas, são expressão de um assujeitamento à norma instituída. (Idem, p.13).

Ainda que ressalte inicialmente um modo diferente das meninas viverem a sua sexualidade, o último parágrafo do texto faz um alerta sintonizado com essa rede de sentidos, garantindo que as coisas continuem no seu lugar, atrelando a mulher a um destino biológico: “*Um risco de adiar e adiar o namoro é justamente acabar saindo desesperada em busca de um amor quando o relógio biológico acordar a vontade de ter filhos. Mas isso já é outra história*.” Ou seja, é inevitável, todas as mulheres precisam, um dia, de um homem para atingir a sua completude. O relógio biológico – sempre os apelos ao biológico para explicar/ domesticar o corpo feminino – certamente tarda, mas não falha. Melhor se apressar, ler o restante da revistas e conquistar um amor para chamar de seu.

1.3 Revista Tpm: “No dia-a-dia, sou eu que faço supermercado e lavo as roupas”

Uma das poucas reportagens de cunho político *strictu sensu* encontradas nesta pesquisa refere-se ao dia-a-dia da única juíza brasileira no Tribunal Penal Internacional, em Haia. A matéria intitulada *Excelentíssima*16 revela a história de Sylvia, 55 anos, “*única juíza brasileira no Tribunal Penal Internacional*”. Ao longo da matéria, descobrimos que a presença dela se deve a “exigência de um número mínimo de juízas”, presente no estatuto do TPI. Sylvia, que ajudou a redigir o documento, justifica-se dizendo que são as mulheres

16 Matéria veiculada na revista Tpm n°80, de setembro de 2008. Págs 66 a 71. A revista TPM faz parte de nossa análise justamente para mostrar que alguns comportamentos, visões e estereótipos femininos estão tão engendrados em nossa cultura que até mesmo uma publicação mais cuidadosa e que se propõe a ser diferente das demais, pode trazer em suas páginas ensinamentos sobre o que é ser mulher e as formas “corretas” de viver a feminilidade.

que mais sofrem durante os conflitos armados: “*perdem maridos, têm os filhos seqüestrados pelas milícias, são estupradas e escravizadas sexualmente*”. A juíza opina sobre o assunto apelando para uma justificativa generizada, que coloca as mulheres em lugares tradicionalmente traçados segundo a sua natureza: “*Acho que as juízas têm mais sensibilidade para julgar essas questões*”.

A tão falada “sensibilidade feminina” também é evocada para justificar o “conflito” no qual a juíza estava imersa quando recebeu a visita do filho e dos netos: “*O lado avó queria chegar em casa logo para brincar com as crianças e curtir a família, mas a porção juíza sabia das urgências profissionais*”. O resultado, segundo ela, é que acaba “*sentindo muita culpa, esse mal feminino*”. As mulheres independentes e bem sucedidas em sua profissão parecem sempre esbarrar nas cobranças familiares. Além de ser uma boa profissional, Sylvia não pode deixar de lado suas preocupações maternas e de avó para sentir-se plenamente realizada como mulher.

Apesar de estar morando há cinco anos na Holanda, a juíza deixa claro que a saudade da família “*continua incomodando*”. Mais adiante, o aviso àquelas que pensam que a independência e o sucesso profissional são um caminho sem agruras: “*Separada pela segunda vez, Sylvia vive sozinha no* ***amplo*** *apartamento*” (grifo nosso). Apesar de

garantir não pensar em “*juntar os trapos*” novamente, a juíza admite: “*Às vezes sinto falta de um namorado, mas para viajar, sair para jantar...*”. O “temperamento forte”, segundo a reportagem, é ressaltado por ter criado sozinha os dois filhos e por se “*dedicar de corpo e alma ao trabalho, onde chega a ficar 12h diárias*”.

A reafirmação do estereótipo, da imagem rígida de uma mulher no exercício de uma profissão de comando, demonstra em Sylvia a competência, mas também a dúvida, a dedicação aos outros - traços marcantes do feminino. Suas falas revelam uma mulher de sucesso, porém triste.

A juíza faz questão de destacar: “*no dia-a-dia, sou eu que faço supermercado e lavo as roupas*”. Modos de exercitar a feminilidade? Para finalizar a reportagem, ela revela seus planos para o final do mandato, em 2012: “*Vou ser avó em tempo integral por um bom período*”. Como lembra Swain (2001, p. 39): “Mesmo com o espaço institucional aberto, o campo representacional restringe a atuação das mulheres, sancionando-as em sua vida pessoal”. Nada melhor que lavar a roupa e cuidar dos netos para se sentir plenamente feminina, afinal, a escolha é óbvia: ou a profissão e a carreira ou a felicidade.

1. Jovens leitoras: “Toda a menina adora ficar olhando roupas lindas que tem nas revistas...”

O primeiro encontro do estudo foi realizado com um grupo de meninas do Ensino Médio17, público-alvo das revistas, a fim de discutir e ouvir suas opiniões acerca das publicações. Nesse encontro foram escolhidas as revistas *Capricho, Atrevida e Todateen*, que descrevem seu público leitor como adolescentes de 13 a 19 anos.

Se as chamadas que encontramos nas capas referiam-se, no caso das três revistas, ao consumo, sedução, moda e futilidades, interessava-nos saber o que diriam as meninas- leitoras a respeito dos assuntos veiculados, se eram consumidoras ou não destas revistas e quais seriam os assuntos escolhidos caso tivessem o poder de decisão a respeito das pautas.

Sabemos que estas publicações há muito vêm repetindo a mesma fórmula18,

priorizando matérias sobre a intimidade dos famosos, comportamento, moda ou relacionamentos. Mira (2003) observa que as representações ligadas ao gênero são usualmente bastante tradicionais ou conservadoras, mas, ainda assim, as meninas parecem estar satisfeitas com aquilo que as revistas trazem. Segundo a autora, as fórmulas ou estruturas narrativas que se repetem ao longo do tempo vão se atualizando e, por isso, “continuam a fazer sentido na vida de um determinado segmento de público” (MIRA, 2003, p. 24).

17 Estudantes entre 14 e 18 anos, de diferentes séries, da Escola de Aplicação da Feevale, Novo Hamburgo – RS. Das nove meninas da mostra, sete disseram ser leitoras de pelo menos uma das publicações e duas afirmaram conhecer e ler esporadicamente pelo menos uma delas.

18 Atrevida e Todateen estão em circulação desde 1994 e 1995, respectivamente. A revista Capricho foi lançada em 1952, mas mudou o seu perfil editorial em 1985, substituindo a fotonovela pelas reportagens sobre ídolos da música, do cinema e da TV.

Ao apresentarmos as imagens das capas das revistas, pedimos às estudantes que indicassem aquilo que mais chamou a sua atenção, aquilo que gostaram ou não e quais as matérias que lhes interessaram:

*“Gostei. Uma celebridade muito famosa, ‘fofoquinhas’* ***de meninas*** *(coisas que são quase inevitáveis de se falar) e cuidados com o corpo. Informações legais e divertidas.” (14 anos)*

*“Achei interessante, pois faz* ***muitas meninas*** *quererem muito esta revista por causa de seu ídolo estar na capa, e muitas sussurrarem de amor por eles estarem “lindos”. Achei descolada. (15 anos)*

*“Algo que chama a atenção é o fato de ser uma banda conhecida, um ídolo e que estão ‘sem camisa’, algo que* ***toda, ou quase toda a menina*** *gostaria de ver”. (14 anos)*

*“A maioria das vezes ela chama atenção por demonstrar alguns de* ***nossos ‘problemas’*** *ou vergonhas como, por exemplo, o que mostra na capa: ‘Vida Real’” (14 anos)*

*“O que me interessaria mais é a matéria dos 15 anos, acho que esse tema atrai* ***qualquer menina*** *com menos de 15”. (18 anos)*

*“Vida real, pois, conta historias vividas por* ***meninas*** *e que podem acontecer com* ***qualquer leitora****, sempre podendo se identificar!” (18 anos)*

*“‘15 anos’ me chamou a atenção, pois* ***toda a menina*** *adora ficar olhando roupas lindas que tem nas revistas, os penteados também, e as dicas das festas, é sempre bom ter onde consultar se estiver em dúvida.” (15 anos)*

Os depoimentos apontam, primeiramente, o contentamento das meninas com os assuntos que vem sendo abordados pelas publicações. Percebemos ainda uma necessidade de demonstrar e justificar suas escolhas, não como uma opinião pessoal, mas sim como uma escolha coletiva, de “todas as meninas”, inerente a “qualquer menina” e não uma escolha individual. Nota-se também a identificação com os assuntos trazidos pelas revistas: os “*problemas e vergonhas*”, a festa de 15 anos, as “*histórias vividas por meninas*” são apontadas como coisas que “*podem acontecer com qualquer leitora, sempre podendo se identificar*”. Mira (2003, p. 28) observa que “as narrativas do cinema, da televisão, da literatura de massa se entrelaçam com as narrativas da vida real, inclusive com aquela que alguém elabora sobre si ao construir a sua própria identidade”. Assim, não sabemos ao certo se são as revistas que imitam a vida ou é a vida destas meninas que imita as páginas coloridas das revistas.

Ao serem indagadas sobre qual matéria sugeririam para configurar as próximas edições das revistas, as meninas destacaram *“Algo relacionado com o bem estar e o com o físico no verão”, “Alguém que estiver em ‘alta’”,“Dicas de como fazer pra ficar bonita para sair numa festa” ou “Algum ícone famoso que interesse as meninas”.* Reforça-se aqui a ideia que as imagens e textos veiculados todos os meses pelas revistas

[...] produzem uma pedagogia, uma forma de ensinar as coisas do mundo, produzem conceitos ou pré-conceitos sobre diversos aspectos sociais, produzem formas de pensar e agir, de estar no mundo e de se relacionar com ele. A construção de imagens que valorizam determinado tipo de comportamento, de estilo de vida ou de pessoa, é uma forma de regulação social que reproduz padrões mais comumente aceitos em uma sociedade. (SABAT, 2003, p. 150)

Certamente os discursos das revistas não inventam coisas, “suas representações, estão sempre relacionadas com o conhecimento que circula na sociedade; suas imagens trazem sempre signos, significantes e significados que nos são familiares” (ibidem). O fato de as meninas não conseguirem sugerir pautas diferentes daquelas comumente veiculadas pelas revistas demonstra que “o processo de ‘fabricação’ dos sujeitos é continuado e geralmente muito sutil, quase imperceptível” (LOURO, 2003, p.63).

Se as meninas encontram nas páginas das revistas apenas assuntos relacionados à moda, sedução e beleza naturalmente associados ao feminino, reproduzem estes discursos também de forma natural. A mídia não apenas veicula, mas também constrói discursos e produz significados, identidades e sujeitos.

1. Jovens universitários: “Querendo ou não, a gente ainda vive numa sociedade machista”

O segundo encontro que integra o estudo foi realizado com uma turma de acadêmicos/as de Comunicação Social19. Na condição de futuros/as produtores/as de artefatos midiáticos, os/as alunos/as discutiram as pautas e anúncios presentes nas revistas jovens femininas que constituem o corpus de análise da pesquisa.

19 Alunos da disciplina de Mídia e Cultura ministrada pela professora Dra Saraí Schmidt em 2009/01.

Após conhecerem as capas, chamadas e propagandas veiculadas no segundo semestre de 2008, os/as estudantes foram questionados/as acerca do atual conteúdo presente nas publicações. De certa forma, os/as alunos/as mostraram-se de acordo com o formato e conteúdo do que é veiculado atualmente:

*Eu acho que é bem isso, professora. O público que compra essa revista ta a fim de ler isso mesmo, entendeu? (Acadêmica de jornalismo)*

*Não tem interesse de colocar uma pauta alternativa, interessante, porque isso não vai vender. (Acadêmico de jornalismo)*

*Toda mulher vai usar vestido branco no ano novo, então tem que ter aquela pauta, sabe? Realmente, roupa toda mulher vai usar, vai ter que falar de roupa sempre. (Acadêmica de publicidade)*

*Todas as mulheres, mesmo sendo uma executiva, ela vai querer saber sobre moda. Interessa a todas as mulheres, não importando nem a idade, nem a classe, nem a profissão. (Acadêmica de jornalismo)*

*Com pautas mais culturais ela não iria vender, se não tivesse uma chamada de moda iriam reclamar: mas não tem nada de moda! (Acadêmico de jornalismo)*

*Tem coisas que tu tem (sic) que ver quem está te pagando para fazer e o que a pessoa quer. Tu pode (sic) fazer uma coisa maravilhosa e a pessoa não entende, “ah isso aí eu não quero, isso não vai vender” (Acadêmico de publicidade)*

Ao tentar justificar pautas e anúncios voltados para o público feminino como naturais, o discurso dos/as acadêmicos/as baseia-se em um mercado fechado, que não aceita o novo ou o diferente. “*Não vai vender*” é o argumento evocado para barrar qualquer idéia que surja além dos modelos hegemônicos já instituídos. *“O público está a fim de ler isso mesmo”*, *“vai ter que falar de roupa sempre”*, *“é uma coisa que interessa as mulheres”,* naturalizam o ser feminino como igual, incapaz de interessar-se por outros assuntos. Ou seja, “há um padrão construído que envolve determinados tipos de comportamentos, de sentimentos, de interesses” (SABAT, 2001, p. 18). São os significantes – utilizados como forma de ensinar por repetição - que vão constituindo um currículo cultural e ensinando representações hegemônicas de gênero (idem, 2001).

Segundo Fischer (2001),

[...] na mídia de nossos dias, os modos como se constroem representações da afetividade, do corpo, da sexualidade da mulher de todas as faixas de idade e de todas as condições sociais indicam uma tensão entre as inúmeras conquistas das lutas feministas e aqueles universais que, entre outras posições, colocam a mulher entre a falta e a sedução (idem, p. 592).

Assim, na concepção dos alunos/as, as revistas femininas não trazem “*pautas mais culturais*”, por exemplo, porque certamente *falta* o interesse deste público em tais assuntos e “*não iria vender*”. Já moda *(sedução)* “*interessa a todas as mulheres*” e por isso a revista “*vai ter que falar de roupa sempre*”. As identidades femininas são tratadas como únicas e acabadas quando presumimos haver um padrão imutável do ser mulher, já que, segundo uma acadêmica de publicidade, as coisas são assim porque “*querendo ou não, a gente ainda vive numa sociedade machista*”.

O discurso que define o feminino começa nas revistas adolescentes e continua se disseminando nas revistas voltadas para a jovem mulher e, posteriormente, para a mulher madura. Mas, os acadêmicos parecem considerar estes discursos e modelos prontos e inquestionáveis, como se as revistas estivessem se referindo a “verdadeira mulher”, modelo cristalizado de gostos, preferências e virtudes, independente da fase de sua vida.

1. Mulheres professoras da universidade: “Será que se essas revistas trouxessem pautas diferentes dessas aí, será que iriam ler?”

O último encontro do estudo foi realizado com um grupo de professoras de Comunicação da universidade20. Após a apresentação das capas, pautas e anúncios presentes nas revistas femininas, a discussão teve como foco discutir a possibilidade de se trabalhar com outras representações na sala de aula21. Será possível pensar em uma

alternativa a essa mídia ainda tão hegemônica em relação ao universo feminino que está atualmente em circulação?

20 Professoras com formação em Jornalismo e Publicidade e Propaganda que lecionam disciplinas voltadas para os dois cursos no Centro Universitário Feevale, Novo Hamburgo – RS.

21 Nos referimos aqui especialmente ao curso de Comunicação Social (Jornalismo e Publicidade).

Se a lógica das pautas e anúncios presentes nas revistas femininas é sempre a mesma, fazendo parecer que todas as mulheres são seduzidas pelas mesmas coisas, as professoras foram instigadas a responder qual seria o papel da universidade neste processo. Será que o/a jovem jornalista ou publicitário/a que sai da universidade está preparado/a para produzir uma pauta ou propaganda alternativa ao que encontramos na grande mídia ou vai apenas reproduzir discursos e imagens que seguem o padrão?

*Essa geração está muito fragmentada. Então dificilmente tu consegue (sic) que um jovem desenvolva um raciocínio. Nós, como professores, devemos estimular raciocínio, a leitura, mas o caminho às vezes é mais fácil pra fórmulas. Põe uma artista, um produto e uma marca. (Professora de PP)*

*Acredito que muito do que acontece é porque vende. Tem coisas que se fossem mudadas, talvez não venderiam. Tipo, todo mundo gosta de ver uma mulher bonita, as mulheres porque gostariam de ser, os homens porque gostam de apreciar, ou mulheres que gostam de apreciar também. (Professora de PP)*

*Eu acho que a universidade não trabalha ainda no meio termo. A gente não quer que eles sejam mais tão dependentes, quer que eles tenham uma atitude, que eles tenham uma visão política. Eu acho que é bem difícil tratar os acadêmicos. É confuso, às vezes eu exijo demais, aí penso que de repente eu não poderia estar exigindo tanto, mas tudo é muito fragmentado. (Professora de Jornalismo)*

Seja os jovens “*fragmentados*”, que estão mais abertos às velhas fórmulas do que novas ideias, seja o mercado, que só “*vende*” porque as coisas são como são ou a relação “*confusa*” com a juventude, da qual não se pode exigir muito, tudo é apontado como uma justificativa para comprovar que as coisas estão bem do jeito que estão, ou que as dificuldades de mudar são imensas.

O tradicional mercado, que parece não ter espaço para o novo ou o diferente, é evocado por professores e alunos, que em uníssono proclamam: se fosse diferente, não venderia. Agrava-se aqui o reflexo dos professores, provavelmente resultado da apatia e falta de motivação dos estudantes em frente ao não convencional, acerca da possibilidade de inserir este tipo de discussão em suas disciplinas: “*Às vezes eu penso em mudar, em ser diferente, mas os alunos não estão estimulados*”, “*Chega uma hora que tu* ***desiste*** *(sic) assim, porque tem as disparidades dentro sala de aula*”, “*Tu tenta (sic), mas daí chega uma hora que ‘enche o saco’ e deu!*”, “*É, daí tu* ***desiste*** *(sic), dá uma prova e deu*”, “*Tem coisas que é difícil. Aí chega uma hora que* ***eu desisto***”.

As palavras das professoras demonstram a dificuldade encontrada para inserir nas aulas um conteúdo alternativo ao que é tradicionalmente apresentado pela grande mídia como inerente ao universo feminino. Talvez aqui, o “desistir” não seja uma coisa personalizada. Talvez não seja apenas a professora em particular quem está desistindo, mas a universidade está cada vez mais sintonizada com uma proposta que tem o mercado como referência. Alunos e professores continuam “escolhendo livremente” aprender e ensinar modelos estabelecidos e socialmente aceitos de jornalismo e publicidade. Apoiados em algumas verdades convenientes (*o mercado exige/ se fosse diferente não venderia*), preferem manter-se na posição talvez confortável de reproduzir receitas que mercadologicamente dão certo.

No caso das representações de feminino, algumas professoras mostraram estar bastante envolvidas com a lógica do “ser mulher” que as revistas trazem em suas páginas:

*Têm revistas femininas que eu assino, e que quando elas trazem pautas mais densas, eu não leio, tipo coisas mais problemáticas. Eu penso, isso ai já passo o dia inteiro vendo no trabalho sabe, então, eu só quero ler bobagem, só quero ler comportamento, entrevistas. A maior parte das coisas não me surpreende, por exemplo, pautas como: mulheres que conquistaram algo. Eu não quero ler isso, eu quero ler algo que me faça relaxar! Daí eu fico pensando, será que se essas revistas trouxessem umas pautas diferentes, será que iriam ler?(Professora de Publicidade e Propaganda)*

A professora – antes de tudo mulher, permeada também pelas representações do feminino que nos interpelam todos os dias – deixa aqui transparecer sua visão singular do gênero feminino. Como nos alerta Louro (1995):

[...] falou-se (e, em certa medida, ainda se fala) no “ser mulher” como se todas as mulheres o fossem de modo idêntico. Note-se que não estou aqui me referindo a características biológicas semelhantes, mas sim a uma visão singular do gênero feminino, sem que se reconheçam as diferenças marcadas pelas distintas raças, etnias, religiões, classes sociais, idades, etc. (idem, p.115)

Ao presumir que, assim como ela, as outras mulheres preferem “*ler bobagem*”, “*comportamento*”, “*entrevistas*” ou algo para “*relaxar*”, a professora está singularizando o feminino, supondo que pautas diferentes não atrairiam as mulheres. Louro (1995) lembra que “gênero é mais do que uma identidade aprendida, é uma categoria imersa nas instituições sociais” (idem, p. 103). Podemos afirmar então que, assim como a justiça, a escola e a igreja, a universidade também é “generificada”, ou seja, expressa as relações sociais de gênero na formação, socialização ou educação dos sujeitos (ibidem).

5 Considerações finais: “Por que não pensar em algo novo e ousar?”

Costuma-se dizer que é só uma questão de tempo para que as desigualdades entre os sexos sejam subvertidas. Vários avanços foram contabilizados e hoje no Brasil

contamos, inclusive, com uma Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. O II PNPM22, lançado em 2008, estabelece metas, prioridades e ações a fim de alcançar a igualdade e justiça social para todos e todas. O capítulo 8 do Plano23 reconhece a centralidade da mídia nos processos de construção das representações sociais e sentidos identitários24, ressaltando a importância de ampliar o debate nesse campo.

Ainda assim, nos deparamos diariamente com as desigualdades de gênero: no Brasil, os homens ainda recebem salários cerca de 30% maiores que os das mulheres25. Além disso, nosso país ocupa o 82º lugar no ranking da desigualdade entre homens e mulheres, elaborado anualmente pelo Fórum Econômico Mundial26.

Analisar e problematizar os artefatos midiáticos que veiculam imagens e discursos femininos e entender que existe uma pedagogia que opera como constituidora de identidades sociais é o primeiro passo para compreendermos de

22 II Plano Nacional de políticas para as mulheres.

23 Cap. 8: Cultura, comunicação e mídia igualitárias, democráticas e não discriminatórias. Págs. 155-167.

24 II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. 2ª Reimpressão. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008, p. 157.

25 Estudo recém divulgado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Informação

encontrada no Observatório de Gênero <<http://www.observatoriodegenero.gov.br/>>. Acesso em 04 de novembro de 2009.

26 O relatório “Desigualdade Global de Gênero 2009” mede a participação de homens e mulheres na

sociedade, de acordo com quatro critérios básicos: diferenças salariais e participação no mercado de trabalho; acesso à educação e nível de formação educacional; acesso à saúde e queda de índices de mortalidade; e participação política e posição em cargos de poder político.

que forma essa homogeneização do “ser mulher” se constitui e mantem-se em circulação em nosso tempo. Como lembra Swain (2001, p.68):

[...] a televisão, as novelas, os romances, as revistas em quadrinhos, as revistas em geral, os jornais, a internet, etc., em seu espaço de recepção e interação, veiculam representações sobre as mulheres, os homens, a sociedade. Imagens e textos compõem um mosaico que integra a maneira de se perceber o mundo e o desenho de sua positividade.

Mas, não podemos parar por aí. Se o feminino naturalizado – do sentimento, da intuição, da sedução, da futilidade – continua sendo reproduzido nas pautas e anúncios das revistas, o alvo de nossa atenção deve ser o sujeito que participa dessa construção. Envolver futuros/as jornalistas e publicitários/as em uma discussão permanente sobre a possibilidade de construir uma pauta alternativa aos ensinamentos cristalizados pela grande mídia mostra-se pertinente e cada vez mais urgente.

Meninas satisfeitas e resignadas com as pautas oferecidas pelas revistas adolescentes, incapazes de sugerir ou enxergar uma faísca de mudança em um modelo padrão de revista há muito instituído; jovens acadêmicos de comunicação tradicionais e conservadores em relação às reportagens e propagandas que colocam em circulação as mesmas imagens estereotipadas da mulher; a universidade com dificuldades de subverter a ordem de um modelo mercadológico hegemônico e colocar em evidência outras formas de se ver e pensar o feminino e a própria cultura.

A partir destas constatações, este estudo aposta na necessidade de envolver e comprometer a universidade e, em especial, os cursos de Comunicação Social, na discussão sobre a pedagogia da mídia, que nos subjetiva de diferentes formas. Isso implica a organização e planejamento de propostas efetivas no campo da Comunicação e, principalmente, a busca por frestas no currículo cultural já estabelecido. Como nos alerta Louro:

[...] as desigualdades só poderão ser percebidas – e desestabilizadas e subvertidas – na medida em que estivermos atentas/os para suas formas de produção e reprodução. Isso implica operar com base nas próprias experiências pessoais e coletivas, mas também, necessariamente, operar com apoio nas análises e construções teóricas que estão sendo realizadas. (2003, p. 121)

Ressalta-se aqui o compromisso da universidade em problematizar os ensinamentos tomados como naturais em nossa cultura. Isto significa pensar em estratégias que contribuam para ampliar aquilo que a grande mídia vem tradicionalmente ensinando, tanto no espaço publicitário como no espaço jornalístico, sobre o que significa ser menina e ser mulher. Assim, talvez esse círculo vicioso de produção-veiculação-recepção possa ser pelo menos questionado futuramente, quando estes jovens estiverem no mercado de trabalho. Fica o desafio proposto por uma das professoras universitárias que participou da discussão: “*Por que não pensar em algo novo e ousar?*”.

Referências Bibliográficas:

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade:** entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **4° Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero –** Redações e artigos científcos vencedores – 2009. Brasília: Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2009.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. 2ª Reimpressão. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008.

BELELI, Iara. **Corpo e identidade na propaganda.** In: Estudos Feministas, Florianópolis, 15(1): 280, janeiro-abril/2007.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Adolescência em discurso**. Mídia e Produção de Subjetividade. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, PPGEDU, 1996. Tese de Doutorado.

. **Mídia e Educação da mulher**: uma discussão teórica sobre modos de enunciar o feminino na TV. In: Estudos Feministas. Ano 9 nº 586, 2º semestre de 2001.

. **O dispositivo pedagógico da mídia:** modos de educar na (e pela) TV. In: Educação e Pesquisa, São Paulo, v.28, n.1, p. 151-162, jan./jun. 2002.

. **Educação, subjetividade e cultura nos espaços midiáticos.** In: Cadernos Temáticos: multimeios e informática educativa. Porto Alegre, 2002. Capturado em:

[<http://www.midiativa.org.br/index.php/midiativa/content/view/full/1849](http://www.midiativa.org.br/index.php/midiativa/content/view/full/1849)>, em julho de 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Dp&A, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, história e educação: construção e desconstrução**

In: Educação e Realidade v.20 n.2, julho/ dezembro de 1995.

. **Currículo, gênero e sexualidade**, O “normal”, o “diferente”, e o “excêntrico” IN: Corpo Gênero e Sexualidade, Um debate contemporâneo na educação. Petrópolis RJ. Editora Vozes, 2003.

MIRA, Maria Celeste. **O leitor e a banca de revistas**: a segmentação da cultura no século XX. 1. ed. São Paulo: Olho D' Água, 2001.

. **O masculino e o feminino nas narrativas da cultura de massas ou o deslocamento do olhar.** In: Cadernos Pagu (21) 2003: pp. 13-38.

MONTEIRO, Marko. **Corpo e masculinidade na revista VIP Exame.** In: Cadernos Pagu (16) 2001: pp.235-266.

SABAT, Ruth. **Gênero e sexualidade para consumo**. In: Guacira Lopes Louro; Jane Felipe Neckel; Silvana Goelner. (Org.). Corpo, gênero, sexualidade: um debate contemporâneo na educação. 1 ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2003.

SABAT, Ruth. **Pedagogia cultural, cultural, gênero e sexualidade.** In: Estudos Feministas. Ano 9, 2º semestre de 2001.

SCHMIDT, Saraí. **Ter Atitude**: Escolhas da Juventude Líquida. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, PPGEDU, 2006. Tese de Doutorado.

SCHMIDT, Saraí e SANTOS, Marta**. Jovens discutem mídia alternativa na universidade:** um estudo sobre o projeto Nosso Bairro em Pauta. Artigo enviado para Rede Alçar, 2009.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** In: Educação e Realidade v.20 n.2**,** julho/ dezembro de 1995.

SWAIN, Tania Navarro. **Feminismo e representações sociais**: a invenção das mulheres nas revistas “femininas”. In: História: Questões & Debates, Curitiba, n. 34, p. 11-44, 2001. Editora da UFPR.

. **Feminismo e recortes do tempo presente**: mulheres em revistas “femininas”. In: São Paulo em Perspectiva, 15(3), 2001.

WALKERDINE, Valerie. **O raciocínio em tempos pós-modernos**. In: Educação e Realidade v.20 n.2**,** julho/ dezembro de 1995.

|  |  |
| --- | --- |
| Nome: Por que o trabalho doméstico não é considerado trabalho?  Questionamentos feministas no Brasil e na Argentina | **A 008**  **Menção**  **Honrosa** |
| Autora/o: Soraia Carolina de Mello |
| Orientadora/o: Profª. Drª. Cristina Scheibe Wolff. |
| IES: Universidade Federal de Santa Catarina |
| Cidade/Estado: Florianópolis, SC |
| Outras Informações: |

Em 2001 é proposto no Brasil, pela então deputada federal Luci Choinacki, um Projeto de Emenda Constitucional (PEC 385/2001), aprovado em primeiro turno, afirmando que:

*“(...) permite aos trabalhadores de baixa renda, atendidos pelo futuro regime especial de previdência, se aposentarem por tempo de contribuição. A PEC Paralela prevê que uma lei disciplinará esse regime especial, atendendo principalmente às donas de casa, com o benefício de um salário mínimo.”2*

A PEC 385/2001 foi regulamentada e muito desde então se discute sobre sua proposição no legislativo. Os movimentos feministas ainda lutam para que o direito à aposentadoria das trabalhadoras domésticas não remuneradas seja estendido a todas elas, e não apenas àquelas de

1 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, com o projeto “Feminismos de Segunda Onda no Cone Sul problematizando o trabalho doméstico (1970-1989)”, orientada pela

2 Texto retirado do Projeto de Emenda Constitucional da Deputada Federal Luci Choinacki, que institui benefício assistencial para as donas de casa, e dá outras providências (PEC 385-2001). Disponível em [http://www.luci.com.br/index.php?a=mostra\_proposicoes.php&ID\_MATERIA=263](http://www.luci.com.br/index.php?a=mostra_proposicoes.php&amp;ID_MATERIA=263) Acesso em 15/11/2005.

baixa renda, a fim de se reconhecer que “é um trabalho contributivo sim para a dinâmica da organização social dos mundos do trabalho”3. Entretanto, por mais atual que a discussão a respeito do trabalho doméstico seja, ela não é nova. E precisamos destacar os movimentos feministas4 como pioneiros em encabeçar tal discussão.

O fato do trabalho doméstico ser uma função designada em diferentes sociedades como exclusivamente ou primordialmente feminina não é novidade pra ninguém. Não são necessários dados estatísticos ou bibliografia de referência no assunto para saber que esse trabalho, que na maioria das vezes não é reconhecido como trabalho, é “coisa de mulher”. E essa relação entre mulheres e trabalho doméstico, ainda que afirmada pelos feminismos e pelos estudos de gênero como culturalmente construída, tem seu principal aporte na idéia da naturalização dessas funções. A família e em especial a maternidade se mostram como as principais legitimadoras de tal relação, que traz em si o peso de séculos de reafirmação de que “ser mulher” é ter cuidado, reclusão, dedicação, paciência; é se voltar para a esfera privada, é ser esposa e ser mãe.

A naturalização do trabalho doméstico como função feminina se insere em um grupo de idéias a respeito de relações sociais e morais que são comumente identificadas como conservadoras ou tradicionais, e que os feminismos, em especial os de Segunda Onda, relacionavam diretamente ao domínio patriarcal5. O interessante e o inquietante sobre essa questão é que, nos mais de 30 anos transcorridos entre as primeiras discussões a respeito do trabalho doméstico feitas pelos feminismos e nossos dias, muitos avanços significativos podem ser observados no que se refere, por exemplo, a direitos das mulheres (no emprego, saúde, educação etc.) e liberdades sexuais, mas a questão do trabalho doméstico apresenta uma relativa estagnação.

3 Direitos das Trabalhadoras Domésticas: comentários sobre legislação atual, conquistas e lacunas. Brasília: CFEMEA (Centro Feminista de Estudos e Assessoria), 2007. p. 12. Disponível em <http://www.cfemea.org.br/publicacoes/publicacoes_detalhes.asp?IDLivro=29> Acesso em 25/10/2008.

4 Ao menos a partir do que convencionou-se chamar Segunda Onda feminista, que seriam os feminismos emergentes no ocidente nas décadas de 1960-70 – a Primeira Onda do feminismo corresponderia às lutas sufragistas iniciadas no final do século XIX. Sobre a periodização do feminismo aqui utilizada, ver PEDRO, Joana Maria. *Narrativas fundadoras do feminismo*: poderes e conflitos (1970-1978). In: Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH, vol. 26, nº 52, jul/dez 2006. p. 249-272.

5 A idéia de uma ordem ou sistema patriarcal, que legitimaria e manteria a opressão das mulheres, foi muito corrente no feminismo de Segunda Onda. Apesar de no Brasil esse conceito ter perdido força, ele ainda é encontrado e, em outros países da América Latina parece ser mais corrente. Exemplos em HENAUT, Mirta. De la rueca a la red. La economia sumergida. Buenos Aires: Ediciones Corregidor, 2001, e em BEDREGAL, Ximena. Con mi feminismo mirando al Sur. Disponível em http://www.creatividadfeminista.org. Acesso em 15/03/2007.

Pesquisas atuais6 indicam que valores tradicionai convivem com novos valores de uma maneira complexa em nossa sociedade, em especial nas famílias; e a grande representação dos valores tradicionais, a questão que parece de alguma forma intocada ou muito pouco tocada pelos “novos tempos”, é exatamente a do trabalho doméstico, do papel de esposa e mãe. É ainda mais impressionante observar que as mulheres casadas jovens em geral apresentam posições mais conservadoras do que as esposas de meia-idade, equiparando-se às opiniões das esposas de idade avançada7. Ou seja, a que poderia ser chamada de “nova geração” apresenta posições mais conservadoras que a geração anterior, contrariando expectativas de que o recorte geracional tende a caminhar para a “abertura”, no sentido de que quanto mais jovens as pessoas, menos conservadoras.

Admitindo assim que o trabalho doméstico feminino é largamente presente, que é transversal no que se refere à classe ou a características mais culturais como religião ou nacionalidade8, e que apresenta relativa estagnação se comparado com outros aspectos da vida privada e de liberdades individuais das mulheres9, vale parar pra observar a questão.

Meu objeto de estudo são os feminismos10 do que foi classificado como Segunda Onda Feminista, mais especificamente os do Cone Sul. E foi através desses feminismos, em especial no Brasil, que a questão do trabalho doméstico como um problema me chamou a atenção. No presente artigo, me proponho a escrever uma breve história da discussão em torno do trabalho doméstico nos feminismos do Brasil e da Argentina, utilizando como fonte quatro periódicos: os argentinos Brujas (a partir de 1983) e Persona (a partir de 1974), e os brasileiros Brasil Mulher (1975-85) e Nós Mulheres (1976-78). É importante destacar que o meu recorte temporal

6 Um bom exemplo é a pesquisa “Gênero, trabalho e família”, realizada no Rio de Janeiro sob a coordenação das professoras Clara Araújo e Celi Scalon, a qual é integrada a um programa internacional comparativo entre vários países, o Social Survey Programme. Resultados da pesquisa brasileira podem ser observados em ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi (orgs.). Gênero, família e trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

7 PICANÇO, Felícia Silva. *Amélia e a mulher de verdade*: representações dos papéis da mulher e do homem em relação ao trabalho e à vida familiar. In: ARAÚJO, C. Gênero, família... Op. Cit., 2005. p. 160.

8 Ao menos no que se refere ao ocidente. Sobre o Brasil, ver Ribeiro, Carlos Antonio Costa. *Classe e gênero no Brasil contemporâneo*: mobilidade social, casamento e divisão do trabalho doméstico. In: ARAÚJO, C. Gênero, família... Op. Cit., 2005. p. 173-201.

9 Ainda que admitido como um problema e como causa de conflito, como observado em PICANÇO, F. Amélia e a mulher... Op. Cit., 2005. p. 158.

10 Uso o plural por entender que o feminismo ocidental dos anos 1960-80, que seria entendido como feminismo de Segunda Onda, não foi um movimento homogêneo ou centralizado, mas sim um fenômeno heterogêneo e plural, melhor representado pelo termo “feminismos”.

é o das fontes utilizadas (entre 1974-86), e que esses periódicos possuem linhas editoriais centradas nas mulheres.

Os periódicos brasileiros apresentam uma quantidade muito maior de artigos discutindo o trabalho doméstico11, mas isso pode se dever, pelo menos em parte, à minha falta de acesso a muitos números dos periódicos argentinos12. Ainda assim pontos comuns dentro dessa discussão aparecem nos periódicos de ambos os países, como: dupla jornada de trabalho; trabalho doméstico como reprodutor da força de trabalho; férias e dias livres como dias de trabalho para as mulheres (o trabalho doméstico como um trabalho que nunca acaba); a condição da empregada doméstica; opinião de leitoras sobre a questão (sessão de cartas); a utilização de charges e do humor para discutir o problema; a questão da família, da maternidade e do papel de esposa.

Assim, meu objetivo ao trabalhar com essas fontes é estabelecer uma discussão a respeito da problematização do trabalho doméstico nos feminismos de Segunda Onda na Argentina e no Brasil, partindo de uma perspectiva histórica inserida nos estudos feministas e de gênero, com o apoio de bibliografia tanto contemporânea aos documentos utilizados quanto atual, ainda que limitando-me às especificidades desses quatro grupos observados.

**Era uma vez a rainha do lar...**

Em seu primeiro número, o periódico *Persona* problematiza o isolamento que sofrem as donas de casa, questão também presente no segundo número do jornal Nós Mulheres:

*(...) Las mujeres, cada una “reina del hogar” dispersas en sus casas y en sus familias, viven en un aislamiento que les impide reconocer en ellas mismas y en sus hermanas la explotación a que son sometidas. Perdidas en las células incomunicadas de las familias tienen como único medio de contacto con el mundo al varón-marido, padre o hijo. Por eso la mujer no aparece en la historia*

11 Assim como o *Persona* apresenta um número muito maior que o *Brujas*.

12 Do *Brujas* eu consultei os números 1, 4 a 6, 9 a 12 e 14; do *Persona* os números 1 a 5, número 2 de 1980 e número 1 de 1983, por serem os exemplares aos quais tenho acesso. Exemplares obtidos no CeDInCI (*Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas en la Argentina*). Consultei todos os exemplares do Nós Mulheres e do Brasil Mulher, que fazem parte do acervo do LEGH (Laboratório de Estudos de Gênero e História) da Universidade Federal de Santa Catarina.

*escrita, pero sin ella los varones no habrían podido hacer la historia.*13

*Quando a gente fica fechada, pensa que o problema é só da gente. Mas no momento em que passa a conversar mais com outras donas de casa, a gente vê que o problema é geral. É geral na classe média, é geral na classe baixa, é geral...*

*Inês, 50 anos, 3 filhos 14*

Lendo os periódicos que utilizo aqui como fonte pude observar que o trabalho doméstico da dona de casa e o trabalho doméstico da empregada doméstica são tratados como executados sejam praticamente os mesmos, as relações que envolvem esses serviços e essas mulheres são muito diferentes. Vale ressaltar que são questões intimamente interligadas, que são ambas ocupações majoritariamente femininas e socialmente desvalorizadas, permeadas inclusive pelas relações entre as donas de casa e as empregadas, e apesar de em muitos momentos aparecerem como uma coisa só nas fontes, são as próprias fontes que de alguma forma encaminham essa divisão. Para diferenciar o trabalho gratuito da dona de casa do trabalho remunerado da empregada doméstica uso os termos trabalho doméstico e emprego doméstico, respectivamente. Empresto a terminologia de Zaíra Ary Farias15, lembrando que Mirta Henaut16 ainda a utiliza em nossa década. O presente artigo, através das fontes selecionadas, vem observar o trabalho doméstico, o trabalho gratuito da dona de casa.

É interessante perceber como um ou outro periódico aborda a questão do trabalho doméstico, e como isso se relaciona com sua linha editorial. O jornal Brasil Mulher, por exemplo, no qual há forte presença do Partido Comunista do Brasil17, se mostra mais preocupado com a questão do emprego doméstico, das condições de trabalho etc., ainda que discuta também o trabalho doméstico. Já o *Persona*, que traz em seu próprio nome a forte preocupação que possui com os direitos individuais (em especial das mulheres, já que é um

13 Persona. Buenos Aires, ano 1, nº 1, outubro 1974. p. 27. Minha tradução: “(...) As mulheres, cada uma “rainha do lar”, dispersas em suas casas e suas famílias, vivem em um isolamento que as impede de reconhecer nelas mesmas e em suas irmãs a exploração a que são submetidas. Perdidas nas células incomunicáveis das famílias têm como único meio de contato com o mundo o homem esposo, pai ou filho. Por isso a mulher não aparece na história escrita, mas sem ela os homens não poderiam ter feito a história.”

14 Nós Mulheres. São Paulo, nº 2, setembro/outubro 1976. p.8.

15 FARIAS, Zaíra Ary. Domesticidade: cativeiro feminino? Rio de Janeiro: Achimé/CMB, 1983. p. 24.

16 HENAUT, M. De la rueca... Op. Cit., 2001. p. 9.

17 Referências sobre a história do Brasil Mulher e do Nós Mulheres podem ser encontradas em MORAES, Maria Lygia Quartim de. A experiência feminista dos anos 70*.* Araraquara: UNESP, 1990.

periódico feminista18), se foca no trabalho doméstico e em questões relacionadas ao mesmo. Nós Mulheres o trabalho doméstico aparece muito mais, em especial nos dois primeiros números, mas o emprego doméstico também é discutido. Essa observação pode ser relacionada com o fato do periódico ser “o primeiro do feminismo de Segunda Onda brasileiro a declarar-se feminista”19 (ou seja, há uma grande preocupação com os direitos específicos das mulheres), mas ao mesmo tempo estar ligado a grupos de esquerda e afirmar sua preocupação com a luta geral e a luta específica20. Quer dizer, ainda que ao tratar do emprego doméstico o Nós Mulheres esteja discutindo a esfera privada, ele discute também a inserção ou “sub-inserção” das mulheres na esfera pública, no mercado de trabalho, a desvalorização de seu emprego, seus baixos salários etc., questões que possuíam algum espaço em grupos de esquerda e eram conhecidas das mulheres desses grupos. Já no caso do Brujas, ao menos nos exemplares que consultei, tanto o trabalho como o emprego doméstico são discutidos de forma esparsa, relacionados a outras questões, não aparecendo como chamada das matérias ou questão de destaque. Diferente dos demais periódicos que utilizo, o Brujas começou a ser publicado na década de 1980, e talvez aí possa ser encontrada a razão para a falta de foco no trabalho e emprego domésticos, se observarmos as discussões em voga nos feminismos nessa década21.

**Uma profissão invisível: dona de casa**

Para esta análise, acho importante trazer as matérias de destaque, por simbolizarem a importância da questão do trabalho doméstico para os feminismos estudados. No segundo número do Nós Mulheres, por exemplo, a chamada de capa é “Dona de casa: qual o reino desta rainha?”, e a matéria principal na folha central do jornal se intitula “Nós Mulheres: donas de casa – A rainha do lar não tem cetro nem coroa...?”22, a qual começa questionando: “Se fizéssemos uma gigantesca exposição, em que mostrássemos todo o trabalho invisível da

18 “¿Por qué Persona?” Persona. Buenos Aires, ano 1, nº 1, outubro 1974. p. 27.

19 Ao menos segundo MORAES, M. A experiência feminista... ... Op. Cit., 1990. p. 20-28. Vale lembrar que a autora fez parte do grupo que produziu o periódico, e que disputas a respeito de qual publicação seria pioneira

estão presentes.

20 Editorial do Jornal Nós Mulheres. São Paulo, nº 1, junho 1976. p. 1.

21 Na década de 1980 questões relacionadas com a sexualidade e o corpo ganham força nas publicações feministas sul-americanas, e as discussões sobre trabalho doméstico não são mais tão marcantes em certas publicações.

22 Nós Mulheres. São Paulo, nº 2, setembro/outubro 1976. p. 8-9.

dona de casa – comida, roupa lavada, fraldas, tricô, crochê, e tudo o mais – em quanto seria estimado esse trabalho? Quanto vale o trabalho desvalorizado e desprestigiado da dona de casa, e quem se beneficia dele?”23 No Brasil Mulher há matérias de destaque nos números 10 e 11. “Mulher: um mito, até quando?”24, de duas páginas, fala do papel de esposa e das responsabilidades e limitações sociais tradicionalmente femininas, e “Era uma vez a rainha do lar...”25, de uma página, tenta descrever o dia-a-dia exaustivo de uma dona de casa, a dupla jornada, o acúmulo de responsabilidades. O *Persona*, em seu primeiro número, traz uma matéria de 3 páginas: “*La Profesión: Ama de Casa*”26.

No decorrer dessas matérias, uma grande quantidade de problemas relacionados à vida das mulheres é levantado. No *Persona*, por exemplo, se começa discutindo o “emprego” de dona de casa, que possui carga horária muito maior que qualquer outro emprego, que apesar de ter cinco milhões de trabalhadoras na Argentina (e só há mulheres nesse emprego) não há nenhum sindicato ou organização trabalhista, e que além disso é um trabalho que não ajuda a desenvolver o intelecto. Há aí uma certa desvalorização do trabalho doméstico que não se encontra em outras fontes, que tentam mostrar que é um trabalho que não é “nato”, que é especializado e necessita de aprendizado, com o intuito de valorizá-lo. Os discursos encontrados no Nós Mulheres, por exemplo, vão muito mais nesse sentido, de dar visibilidade ao trabalho doméstico não simplesmente porque é um trabalho ruim e são as mulheres que o fazem, mas porque é um trabalho importante e necessário para a sociedade, e que precisa ganhar mais atenção e ser reconhecido como trabalho. Em charge27 encontrada no segundo número do Nós Mulheres podemos observar esse esforço, de mostrar, trazer à tona esse

23 Nós Mulheres. São Paulo, nº 2, setembro/outubro 1976. p.8-9.

24 Brasil Mulher. São Paulo, ano 3, nº 10, 1977. p. 8-9.

25 Brasil Mulher. São Paulo, ano 3, nº 11, 1978. p. 12.

26 Persona. Buenos Aires, ano 1, nº 1, outubro 1974. p. 25-27.

27 Nós Mulheres, São Paulo, nº 2, setembro/outubro 1976. p.3. Minha imagem da charge não está muito nítida, mas trata-se de uma das charges de “Bia Sabiá”, encontradas também no Brasil Mulher. Reproduzo aqui ao menos o texto da charge referenciada: “– Tá pintando um domingo maravilhoso, pessoal! Que tal um pique-nique? – OBA! – Vou arrumar a comida! – Caprichaí no rango, Bia! – Faz muita farofa, mãe! – Bia, me arrumaí minha vara de pescar? Meus óculos escuros? Vejaí o meu boné? Meu radinho de pilha, viu? Mas Bia, só isso de gelo na geladeira? A cerveja assim vai chegar quente! Bota mais! – Tá bom, estou arrumando!

* Cumé! Vambora, gente! – Peraí, tou arrumando as crianças! – Manhê, me ajuda a achar minha bola? – Já, já... Estou acabando de arrumar a cesta do pique-nique... Ufa, tá tudo aí, pronto! – Então vambora! – Só um minutinho, que eu preciso me arrumar um pouco! – Assim não dá! Você tá sempre arrumando um jeito de atrazar tudo!” (sic)

trabalho que parece invisível, que ninguém percebe que é feito.

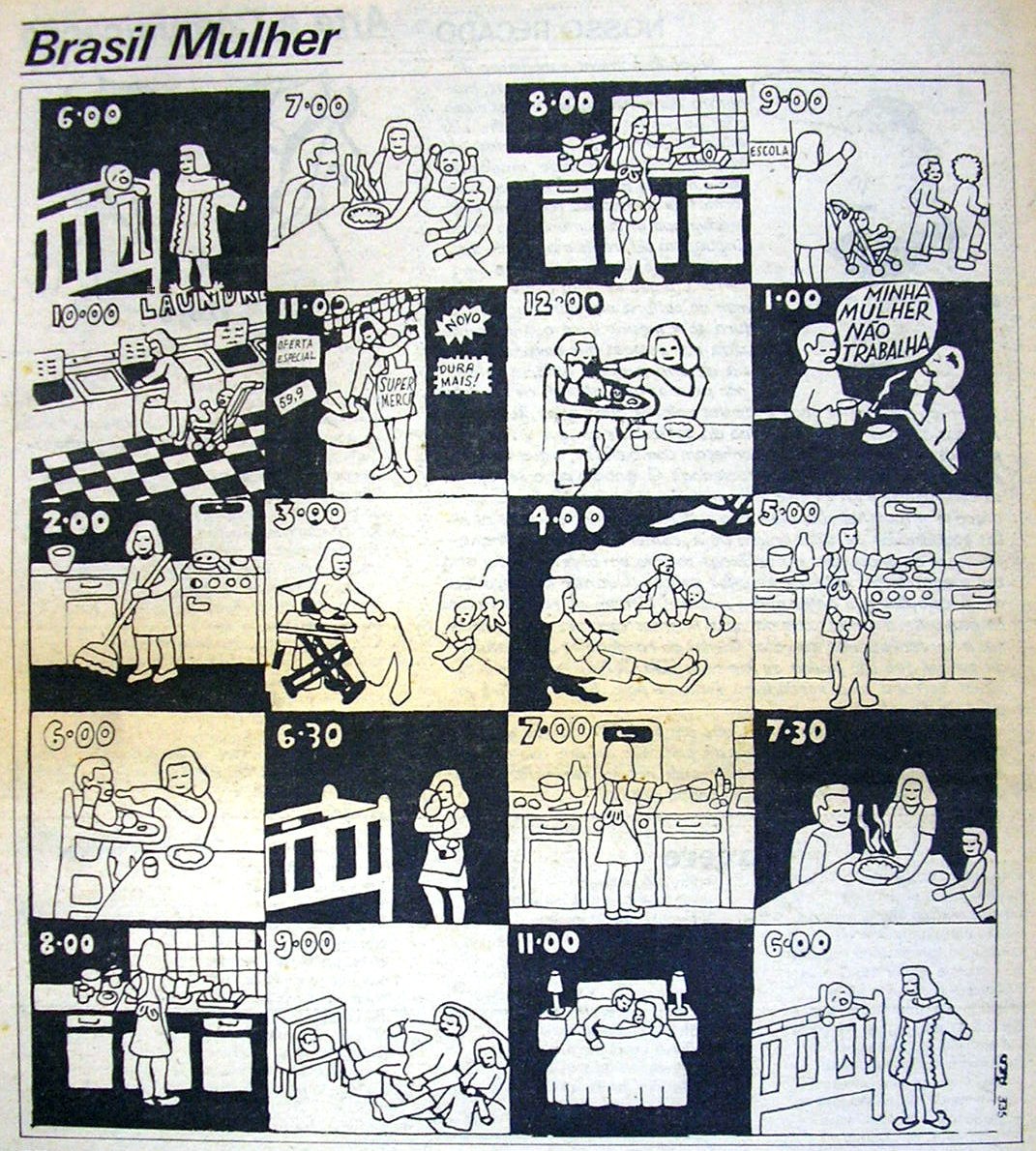
Danda Prado28 pode ser citada como referência nesse esforço em dar visibilidade e reconhecimento ao trabalho doméstico. Ela explica que existe de fato uma aprendizagem dos afazeres domésticos, e que a realização das tarefas domésticas exige conhecimentos específicos. Quer dizer, ela busca a valorização do trabalho doméstico explicitando a complexidade do mesmo. Fala que o esforço que as mulheres despendem nesse trabalho é socialmente minimizado, a ponto de tornar-se quase invisível. Mostra-se indignada perante tamanha desvalorização de um trabalho tão importante para toda a sociedade e, tentando mostrar como ele é realmente um trabalho oneroso, cita as conseqüências físicas sofridas por inúmeras mulheres devido ao trabalho em casa, assim como suicídios de esposas desgastadas pela estafa.

Figura 129

Na figura 1 podemos observar uma charge retirada do Brasil Mulher, que também surge com essa intenção, de trazer à tona o esforço diário de uma dona de casa, de uma mulher que, segundo seu esposo, “não trabalha”. Nessas charges podemos perceber como o trabalho

28 PRADO, Danda. Ser esposa – a mais antiga profissão. São Paulo: Brasiliense, 1979. p.115-120. Esse livro é inclusive comentado no Brasil Mulher, no nº 16 de 1979, na última página.

29 Brasil Mulher. São Paulo, ano 2, nº 8, 1977. p. 14.

doméstico é um alvo fácil para o humor. Por ser tão presente, consegue ser reproduzido em piadas que são automaticamente compreendidas, como se fosse um fator que unificasse as mulheres, por ser ao mesmo tempo tão comum a elas, e tão invisível, tão desconsiderado.

Neuma Aguiar30, em meados dos anos 1980, analisando o trabalho das mulheres na

América Latina, comenta a invisibilidade do trabalho doméstico sendo reproduzida pelos censos. Ela enfatiza categoricamente os censos, pois através deles são feitas pesquisas e teorias, baseando-se em estatísticas que ignoram uma grande parcela do trabalho feminino. Vários fatores são indicados para demonstrar de que maneira o trabalho feminino é considerado inatividade pelos censos. Por exemplo, na hora da entrevista, quando se chama o dono da casa para coletar as informações, ao invés do dono e da dona, geralmente o trabalho da mulher fica sub-representado. Ou, ao não se ter uma listagem, no questionário, de tipos de trabalho nos quais o trabalho doméstico ou emprego doméstico informal encontrem representações. Ou ainda, ao considerar produtivo apenas o trabalho que se transforma em uma remuneração monetária. Nesses casos, grande parte das mulheres são consideradas pelo censo como estando em condição inativa, mesmo que trabalhem o dia inteiro em diversas ocupações diferentes.

**Um trabalho sem valor**

Assim, o exemplo do censo pode ser colocado como uma forma concreta de se construir a invisibilidade do trabalho doméstico. E os feminismos de Segunda Onda, ao discutirem a questão, colocam em primeiro plano a visibilidade – como podemos observar em alguns exemplos supracitados –, para então questionar por que essa é uma ocupação quase que exclusivamente feminina. Mas o que, além dos censos, contribuiria para tal invisibilidade? Em *Persona* podemos encontrar uma resposta:

*(...) Vivimos en una sociedad regida por la producción de mercaderías, que se fabrican con el fin de ser vendidas y compradas. Esto produce dinero, que es el capital, indispensable para poder fabricar, vender y comprar. “El capitalismo es la primera sociedad de la historia humana en la que la mayor parte de la producción es producción de mercancias”.*

30 AGUIAR, Neuma. *Um guia exploratório para a compreensão do trabalho feminino* e *Casa e modo de produção*. In: AGUIAR, Neuma (org). Mulheres na força de trabalho na América Latina: análises qualitativas. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 13-28; p. 247-273.

*Las mujeres en sus casas realizan una cantidad de cosas que no se venden y que no se compran, sino que están destinadas a ser consumidas por la familia, por lo tanto ese trabajo no produce dinero, es una producción sin valor. Que esto suceda en una sociedad cuyo valor dominante es el dinero es una flagrante contradicción y un problema crucial. (...)* 31

E o artigo segue falando dos censos, e de como as mulheres são consideradas inativas ou improdutivas por não participarem diretamente do ingresso de renda na família. Isso nos traz uma discussão que está presente nos periódicos observados32, que é a do trabalho doméstico como trabalho produtor ou apenas reprodutor da força de trabalho. O *Brujas*, em artigo intitulado “*El feminismo como ideologia y como practica politica*”, afirma:

*(...) Respecto el trabajo doméstico, existen numerosos estudios feministas, que – con algunas divergencias teóricas acerca del carácter de esta producción – coinciden en afirmar que se trata de um trabajo productivo realizado gratuitamente por las mujeres en el seno de la familia e cuyo carácter de trabajo se halla “oculto” por una visión naturalista que lo considera una tarea “natural” de las mujeres. –*

*Economistas del Tercer Mundo han puesto en descubierto que la acumulación capitalista resultante de la plusvalía (aquélla extraída exclusivamente del trabajo mercantil) se alimenta también en la acumulación permanente de base, o sea la basada en la explotación del trabajo doméstico no mercantil realizado por las mujeres en el hogar, trabajo que permite la producción y reproducción de la fuerza de trabajo del marido y hijos a menor costo. –*

*En definitiva, todos estos estudios ponen en evidencia que la producción doméstica es una categoría económica y no una fatalidad biológica. (...)* 33

31 Trecho do artigo “La Profesión: Ama de Casa”, do primeiro número do Persona. Minha tradução: “(...) Vivemos em uma sociedade regida pela produção de mercadorias, que são fabricadas com o fim de serem vendidas e compradas. Isso produz dinheiro, que é o capital, indispensável para poder fabricar, vender e comprar. “O capitalismo é a primeira sociedade da história humana em que a maior parte da produção é produção de mercadorias”. As mulheres em suas casas realizam uma quantidade de coisas que não se vendem e que não se compram, mas que estão destinadas a serem consumidas pela família, portanto esse trabalho não produz dinheiro, é uma produção sem valor. É uma flagrante contradição e um problema crucial que isso ocorra um uma sociedade cujo valor dominante é o dinheiro. (...)”

32 Com exceção do Brasil Mulher, que coloca o trabalho doméstico como necessário, mas não parece reivindicar seu caráter de produtivo.

33 Brujas. Buenos Aires, ano 2, nº 6, 1984. p. 10-11. Minha tradução, os grifos não: (...) A respeito do trabalho doméstico, existem numerosos estudos feministas, que – com algumas divergências teóricas acerca do caráter desta produção – concordam em afirmar que se trata de um trabalho produtivo realizado gratuitamente pelas mulheres no seio da família e cujo caráter de trabalho se faz “oculto” por uma visão naturalista que o considera uma tarefa “natural” das mulheres.-

Economistas do Terceiro Mundo e feministas descobriram que a acumulação capitalista resultante da mais- valia (aquela extraída exclusivamente do trabalho mercantil) se alimenta também na acumulação permanente de base, ou seja, aquela baseada na exploração do trabalho doméstico não mercantil realizado pelas mulheres no lar, trabalho que permite a produção e reprodução da força de trabalho do marido e filhos a menor custo.- Por fim, todos esses estudos colocam em evidência que a produção doméstica é uma categoria econômica e não uma fatalidade biológica. (...)

Uma carta enviada ao Nós Mulheres e publicada em seu primeiro número também nos traz essa questão:

Ao meu ver, o grande, o básico problema feminino, é a desvalorização do trabalho doméstico – causado pelo advento do mercantilismo, e a valorização social com base na remuneração financeira do trabalho. É a economia do mercado e a sua mentalidade corruptora que provocaram a degradação do papel doméstico, socialmente tão importante como o da produção de alimentos.

Ninguém vai me convencer que lixar as unhas de um executivo numa barbearia seja mais importante que mudar as fraldas de um filho em casa. Nem que seja mais útil, ou mais necessário. O trabalho, porém, não vale por seu produto, e sim por seu preço. Essa é a primeira distorção mercantilista, totalmente absorvida e levada a seus últimos extremos pelo capitalismo. (...) 34

Uma das discussões que giram em torno da análise econômica do trabalho doméstico é sobre o barateamento dos salários que esse trabalho gratuito das mulheres proporciona. Quer dizer, se as mulheres não desempenhassem esses serviços em casa, as

famílias seriam obrigadas a pagar por eles, o que exigiria maiores salários. Jesus Albarracín35 explica bem essa relação, onde coloca que, apesar de não ser regulado pela lei do valor, o trabalho doméstico não independe dessa lei, e também se encontra intimamente relacionado com a mais-valia. Ou seja, se o trabalho doméstico não fosse feito gratuitamente, os/as trabalhadores/as precisariam de um salário maior para sua subsistência,para poder pagar por esse tipo de serviço. O autor ainda coloca que, com a incorporação de mulheres no trabalho assalariado, mantendo as responsabilidades do trabalho doméstico, ao capitalista surge a oportunidade de reduzir os salários, uma vez que o salário masculino não precisa mais sustentar a casa toda, pois tem o da mulher para “ajudar”. Assim, o autor relaciona trabalho doméstico, trabalho assalariado e mais-valia, e admite que o trabalho doméstico, apesar de estar fora dos circuitos de mercado, é de grande serventia para o funcionamento deles.

34 Trecho da carta de Tânia Jamardo Faillacce, de Porto Alegre - RS, extraída do Jornal Nós Mulheres. São

Paulo, n 1, junho 1976. p. 18.

35 ALBARRACÍN, Jesus. *O trabalho doméstico e a lei do valor*. In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam (orgs). O trabalho das mulheres*:* tendências contraditórias. São Paulo: SOF, 1999. p.43-61.

Vale ressaltar certa ambigüidade que parece estar presente no discurso de Jesus Albarracín. Ao mesmo tempo em que este admite a “serventia” do trabalho doméstico, parece culpar a entrada das mulheres no mercado de trabalho pela baixa de salários e, ainda, não considera a função reprodutora da força de trabalho que as atividades domésticas representam. Na década de 1970, a questão da subordinação das mulheres começa a ser discutida por um ponto de vista econômico, onde a teoria marxista se sobressai, principalmente apoiada pela presença de feministas socialistas. Margareth Benston36 é apontada como pioneira em observar a opressão das mulheres como uma opressão econômica. Com o trabalho doméstico em discussão, não é de se estranhar o surgimento de tal posição, considerando o momento, no qual teorias marxistas tomam força juntamente com as soluções economicistas.

Dentre os nomes que surgem discutindo o trabalho doméstico sob um viés econômico, ganha destaque Cristine Dupont37, que considera as mulheres a classe oprimida de um sistema que não o capitalista, mas o familiar38 (ou patriarcal). E essa opressão é agravada pelo fato de que as mulheres não mudam de emprego, nem recebem por seu trabalho. Assim, a exploração da força de trabalho gratuita feminina se dá dentro do casamento, e essa opressão comum a todas as mulheres faz com que elas pertençam a uma classe diferente da dos seus maridos. Também ganha destaque Mariarosa Dalla Costa, explicitando que além de produzir valores de uso (como coloca Cristine Dupont), o trabalho doméstico também é uma função essencial na produção da mais-valia (teoria utilizada por Jesus Albarracín). Suas teorias serviram de apoio para as primeiras campanhas pelos salários para donas de casa39, considerando que estas produzem uma “mercadoria” para o capital, que seria seu marido e seus filhos, ou seja, a força de trabalho40. Essas teorias foram

36 BENSTON, Margareth. *A political economy of womens´s liberations*. *Monthly Review*, vol. 21, 4, september 1969. Apud FARIAS, Z. Domesticidade... Op. Cit., 1983. p. 87.

37 DUPONT, Cristine. *O inimigo principal*. In: *Liberação da mulher*: ano zero. Belo Horizonte: Interlivros, 1978. Apud FARIAS, Z. Domesticidade... Op. Cit., 1983. p. 88-89.

38 Referência que defende posição semelhante pode ser encontrada na página 28 do 5º número do Persona, no artigo intitulado “Las mujeres – una casta”, o qual afirma: “Se é certo que a relação com a produção é o que

determina a posição social dos indivíduos, não haverá nenhuma dificuldade em aceitar que “mulher” indique uma situação social precisa, na qual cada mulher compartilha a mesma relação fundamental de produção, ou seja, o trabalho doméstico.”

39 Nós Mulheres. São Paulo, nº 2, setembro/outubro 1976. p.15.

40 COSTA, Mariarosa Dalla. *Las mujeres y la subversión de la comunidad*. In: *El poder de la mujer y la*

*subversión de la comunidad*. México: Siglo Vientiuno, 1975. Apud FARIAS, Z. Domesticidade... Op. Cit., 1983. p. 90.

contestadas por diferentes análises econômicas e, em especial a questão sobre o trabalho doméstico ser produtivo ou improdutivo, se mantém em discussão e até hoje não chegou a um consenso41 (a resposta difere conforme a teoria econômica utilizada por quem faz a análise).

**Um trabalho que nunca acaba e a “lógica do dom”**

Na defesa da idéia das mulheres como uma classe específica, se argumenta que elas fazem parte de uma classe muito mais oprimida do que a classe trabalhadora, por não possuírem sindicato ou qualquer organização trabalhista, e principalmente por não receberem um salário, por sua carga horária de trabalho ilimitada, e pela ausência de dias de descanso42. As fontes nos trazem discussões a respeito do trabalho doméstico como um trabalho “infinito”, que nunca acaba. No décimo primeiro número do Brasil Mulher, por exemplo, temos uma charge da Bia Sabiá43 tratando do assunto, que pode ser observada na figura 2 (página 14).

Já o terceiro número do *Persona* possui uma matéria que ocupa três páginas, intitulada “*...Vacaciones?*”44, a qual apresenta em sua primeira página a foto de uma mãe cuidando de um filho pequeno na praia. O texto faz uma diferenciação entre “sair de férias” e “ficar de férias”, e conta a história fictícia de quatro mulheres com condições financeiras familiares muito diferentes. As férias delas são muito distintas, mas nenhuma delas pôde

de fato descansar, sempre tendo que cumprir com obrigações familiares, sejam estas cuidar dos filhos e da comida, ou então estar sempre bem arrumada e disposta para receber as visitas da família. A matéria anteriormente aqui citada “A rainha do lar não tem cetro nem coroa...”, do Nós Mulheres, traz como primeiro tópico o título “Um trabalho que nunca acaba”, o qual discute as condições de trabalho da dona de casa e seu “serviço interminável”45.

41 HENAUT, M. De la rueca... Op. Cit., 2001. p. 46.

42 Persona. Buenos Aires, ano 2, nº 5, 1975. p. 28-31.

43 Essas charges, sempre relacionadas com o trabalho doméstico, são comuns no Nós Mulheres, o qual publicou quatro delas em diferentes números.

44 Persona. Buenos Aires, ano 1, nº 3, dezembro 1974. p. 24-26.

45 Nós Mulheres, São Paulo, nº 2, setembro/outubro 1976. p. 08.

Figura 246

Discutindo um pouco a invisibilidade e a interminável jornada de trabalho da dona de casa, temos um fenômeno observado por Dominique Fourgeyrollas-Schwebel47, no qual ela aponta de que forma o trabalho doméstico é associado à esfera extra-trabalho e, portanto, muitas vezes visto como uma das atividades de lazer da mulher. Dessa maneira, não fica difícil pensar porque o trabalho doméstico não é visto como trabalho, por mais cansativo e por mais tempo que tome, nem porque sua jornada não tem fim. Mesmo feministas, engajadas na luta pela igualdade, acabam assumindo para si as obrigações domésticas, como comenta Dominique Fourgeyrollas-Schwebel: “Assim, estimuladas por sua concepção de limpeza e ordem, inúmeras mulheres se

46 Brasil Mulher. São Paulo, ano 3, nº 11, 1978. p. 11. “- Ah, que jóia! Adoro domingos... Hoje vou pescar na represa... - Eu não... Estou cansada. A fábrica essa semana estava uma dureza. Vou aproveitar pra ler um pouco... Ver televisão... Não fazer nada... - Depois que você arrumar a casa? - Não... Hoje é domingo... Cada um pode arrumar sua própria bagunça. - E o almoço, quem faz? E o lanche? - Cada um prepara o seu, uai... - Arrumar minha bagunça, preparar meu lanche? Quer dizer que vou ter que trabalhar num domingo?”

47 FOURGEYROLLAS-SCHWEBWL, Dominique. *Trabalho doméstico, serviços domésticos.* In: FARIA,

Nalu; NOBRE, Miriam orgs. O trabalho das mulheres*:* tendências contraditórias. São Paulo: SOF, 1999. p. 62-93.

encarregam da maior parte das tarefas domésticas, apesar do ideal igualitário que reivindicam”48. É uma divisão de tarefas bem clara, onde o homem geralmente “dá uma ajudinha”, e a falsa idéia de uma divisão das tarefas só contribui para a manutenção da situação de desigualdade. A autora explica isso através do conceito da “lógica do dom”, onde as mulheres, tão condicionadas desde crianças a ter certo tipo de comportamento, e convencidas de que tal comportamento é algo natural a elas, acabam assumindo tais obrigações como naturais e estruturando a divisão de tarefas no lar. Às mulheres que trabalham fora de casa cabe racionalizar seu tempo para terem condições de conciliar as duas (ou às vezes três) jornadas de trabalho, ou contratar alguém para ajudá-las.

Essa idéia de “lógica do dom” nos traz outra questão também presente nos periódicos observados e nos feminismos de Segunda Onda como um todo, e que é de suma importância, que é a naturalização das funções domésticas femininas. O papel familiar das mulheres e em especial a maternidade são apontadas como as grandes vilãs dessa questão.

No quinto número do *Persona* há uma matéria da sessão “*Digamos la verdad*”, intitulada “*El mito de la maternidad*”49 que, ainda que não fale diretamente em naturalização, critica veemente a associação das mulheres exclusivamente com a maternidade, afirmando essa função como reprodutiva e não criativa, como a “sociedade” parece se esforçar para fazer parecer. Há na matéria uma preocupação com a “maternidade madura” – como chamam –, a qual ocorreria no momento da vida em que a mulher se achasse preparada, sem pressões externas e sem ser sua razão suprema de existência. Há também uma preocupação em apresentar as mães e esposas (porque uma mãe que não é também uma esposa não é uma “boa mãe”) como reprodutoras da dupla moral sexual, das desigualdades entre os sexos e das diferenças de oportunidades. Nesse ponto a educação aparece como central, mostrando que essa aptidão “nata” das mulheres é uma construção sócio-cultural.

No terceiro número do *Persona* há uma charge criticando a educação feminina através das brincadeiras separadas por gênero50. O ponto defendido é de que as mulheres não nascem assim,

48 Idem.

49 Persona. Buenos Aires, ano 2, nº 5, 1975. p. 09-10.

50 Persona. Buenos Aires, ano 1, nº 3, dezembro 1974. p. 21. A charge referida traz o seguinte texto:*“- Querido Papa Noel: No es mi intención ofenderte, pero... en fiestas pasadas, cuando le trajiste a mi hermano un tren eléctrico, a mi un lavarropas... cuando a il, guantes de boxeo a mi una bateria de cocina... cuando a il, un juego de ingenio, a mi, plumero, escoba y pala... cuando a il, una pelota de fútbol, a mi una muñeca*

*vestida de novia... ¿Podria ocurrirsete, este año algo para divertirme, y no para alienarme?*” Minha tradução: “- Querido Papai Noel: Não é minha intenção te ofender, mas... no Natal passado, quando você

trouxe ao meu irmão um trenzinho elétrico, para mim trouxe uma máquina de lavar roupas... quando para ele, luvas de boxe, para mim uma batedeira... quando para ele, um jogo de talento, para mim, espanador, vassoura e pá... quando para ele, uma bola de futebol, para mim uma boneca vestida de noiva... Este ano você poderia trazer algo para me divertir, e não para me alienar?”

são educadas e precisam dessa educação para se tornarem dessa maneira, e o que a “sociedade” faz é um grande esforço para que se convençam que esse é seu destino, que é um fato biológico, natural, e que não faz sentido ir contra ele. A matéria “*El mito de la maternidad*” cita em mais de um momento a filósofa francesa Simone de Beauvoir, o que é importante ressaltar porque, ao afirmar anos antes que “a mulher não nasce mulher, ela se torna”51, desnaturaliza as obrigações – inclusive domésticas – das mulheres e abre espaço para uma desconstrução social dessas obrigações.

**Considerações finais**

Um ponto importante e que merece ser mencionado sobre os feminismos de Segunda Onda na Argentina e no Brasil é o fato de que esses movimentos conviveram com e se desenvolveram durante ditaduras militares. Maria Lygia Quartim de Moraes, uma das militantes que produzia o Nós Mulheres, coloca:

A emergência do feminismo na maior parte dos países da América Latina se fez no quadro do terrorismo de Estado imposto pelas ditaduras militares, outro fator importante, pois sempre conectou os movimentos emergentes à causa da democracia (...) No Brasil, a inquestionável presença do feminismo como porta-voz dos direitos de cidadania às mulheres – alargando o próprio conceito de direitos humanos – soma-se à atuação de muitas feministas no movimento pela anistia e na luta dos familiares dos mortos e desaparecidos políticos.52

Essa relação com movimentos de esquerda e de resistência é muito importante e se faz presente nos discursos desses feminismos. Inclusive nas discussões sobre o trabalho doméstico essa relação aparece, quando se dão exemplos de como funciona a divisão de tarefas no lar em países socialistas53, ou quando se defende que as donas de casa formam uma classe, legitimando

51 Referência a BEAUVOIR, Simone de. O Segundo Sexo: Fatos e Mitos. Vol 1.Rio de Janeiro: Nova

Fronteira, 1970. Publicado na França em 1949, esse livro levanta questões consideradas pioneiras, e que foram apropriados de inúmeras maneiras pelos movimentos feministas anos mais tarde.

52 MORAES, Maria Lygia Quartim de. Feminismo, movimento de mulheres e a (re)construção da democracia

em três países da América Latina. Trabalho apresentado no 51º Congresso Internacional de Americanistas. Santiago do Chile, 14-18 de julho de 2003. p. 09.

53  Exemplos em Brasil Mulher. Londrina, ano 1, nº 0, 1975. p. 10. e Nós Mulheres. São Paulo, nº 1, junho 1976. p.4.

assim sua exploração. Portanto, a utilização de teorias de esquerda, sobretudo marxistas, e o compromisso com a luta pela democracia são características marcantes desses feminismos.

A desconstrução da idéia do trabalho doméstico como função feminina é outra característica marcante dos feminismos de Segunda Onda, e não só na América Latina. A desconstrução de todo um conceito naturalizado de feminilidade também. Muitas charges, cartas de leitoras publicadas, e artigos como o “*Ser mujer – ¿Destino o decisión?*”54 do

primeiro número do *Persona*, ou o “Procura-se uma esposa”55 do primeiro número do Nós

Mulheres, não foram aqui utilizados. Eu também não me aprofundei em discussões a respeito da dupla jornada de trabalho feminina, da divisão sexual do trabalho, do papel social de esposa e mãe, da maternidade como multiplicadora das horas de trabalho, do direito à aposentadoria para donas de casa, ou da contraconcepção e direito a creches públicas como questões intimamente ligadas ao trabalho doméstico. Todas essas discussões podem ser encontradas nas fontes consultadas.

Apesar disso e assumindo as limitações de meu texto, espero que ele possa contribuir como uma história, ainda que breve, desses movimentos e dessa luta que ainda não terminou. A questão do trabalho doméstico feminino é hoje muito presente e figura entre as pautas de reivindicações dos movimentos feministas e de mulheres. Apesar de ser um problema que persiste e que estruturalmente não se modificou, avanços gradativos e importantes podem ser observados anos após a publicação das fontes. Podemos citar os resultados da *IV Conferência Internacional sobre a Mulher* da ONU, realizada em Beijing na China, em 1995. Lá:

*la Red Internacional “Las Mujeres Cuentan”, con el apoyo de 1200 organizaciones no gubernamentales (ONG), que representaban a millones de mujeres y hombres de todas partes del mundo, consiguió que los gobiernos se comprometieran a medir y a valorar el trabajo no asalariado em las cuentas nacionales.*56

54 Persona. Buenos Aires, ano 1, nº 1, outubro 1974. p. 28-31.

55 Nós Mulheres, São Paulo, n 4, março/abril 1977. p. 5.

56 JAMES, Selma. *El trabajo domestico, si cuenta*. Revista Perspectivas/Isis Internacional. Nº 11, julio- septiembre 1998. p. 3. Minha tradução: “a rede internacional *As Mulheres Contam*, com o apoio de 1200

Recentemente podemos observar na imprensa, e não só na feminista, notícias sobre estudos referentes ao trabalho doméstico. É o caso do jornal O Globo, que em 2006 publicou matéria em que coloca que se o trabalho doméstico fosse contabilizado no PIB, equivaleria a 12,76% do mesmo57. Isso corresponderia ao PIB do estado do Rio de Janeiro, que no Brasil só perde para o estado de São Paulo, e é maior que o PIB produzido pela agricultura no país, que girava na época em torno dos 10% do total. Em publicação do ano seguinte o jornal nos traz que o trabalho doméstico deve demorar um pouco para entrar nas contas do governo que, apesar de ter se comprometido em calculá-lo no PIB, não estabeleceu a metodologia através da qual realizará tal contabilidade58. De qualquer maneira, o fato do trabalho gratuito realizado pelas mulheres em suas casas ser contabilizado lhe oferece visibilidade e status de trabalho (mesmo não produzindo capital de forma direta), o que representa um avanço significativo no reconhecimento da importância do mesmo. Mas o problema persiste, e a luta continua.

**Fontes**

* + Brasil Mulher. Londrina, ano 1, nº 0, 1975.
  + Brasil Mulher. São Paulo, ano 2, nº 8, 1977.
  + Brasil Mulher. São Paulo, ano 3, nº 10, 1977.
  + Brasil Mulher. São Paulo, ano 3, nº 11, 1978.
  + Brujas. Buenos Aires, ano 2, nº 6, 1984.
  + Nós Mulheres. São Paulo, nº 1, junho 1976.
  + Nós Mulheres. São Paulo, nº 2, setembro/outubro 1976.
  + Nós Mulheres, São Paulo, n 4, março/abril 1977.
  + Persona. Buenos Aires, ano 1, nº 1, outubro 1974.
  + Persona. Buenos Aires, ano 1, nº 3, dezembro 1974.
  + Persona. Buenos Aires, ano 2, nº 5, 1975.

Organizações Não Governamentais (ONGs), que representavam milhões de mulheres e homens de todas as partes do mundo, conseguiu fazer com que os governos se comprometessem a medir e valorar o trabalho não assalariado nas contas nacionais.”

57 O Globo. Rio de Janeiro, 05/03/2006. Primeiro caderno, p. 35.

58 ALMEIDA, Cássia. Trabalho doméstico ainda longe das contas nacionais. *O Globo On Line*, 04/06/2007. Disponível em [http://oglobo.globo.com/economia/mat/2007/06/04/296020314.asp.](http://oglobo.globo.com/economia/mat/2007/06/04/296020314.asp) Acesso em 26/09/2007.

**Referências Bibliográficas**

AGUIAR, Neuma (org). Mulheres na força de trabalho na América Latina: análises qualitativas. Petrópolis: Vozes, 1984.

ALBARRACÍN, Jesus. *O trabalho doméstico e a lei do valor*. In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam orgs. O trabalho das mulheres*:* tendências contraditórias. São Paulo: SOF, 1999. p.43-61.

ALMEIDA, Cássia. Trabalho doméstico ainda longe das contas nacionais. *O Globo On Line*, 04/06/2007. Disponível em [http://oglobo.globo.com/economia/mat/2007/06/04/296020314.asp.](http://oglobo.globo.com/economia/mat/2007/06/04/296020314.asp) Acesso em 26/09/2007.

ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi (orgs.). Gênero, família e trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

BEAUVOIR, Simone de. O Segundo Sexo: Fatos e Mitos. Vol 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1970.

BEDREGAL, Ximena. Con mi feminismo mirando al Sur. Disponível em [http://www.creatividadfeminista.org.](http://www.creatividadfeminista.org/) Acesso em 15/03/2007.

BENSTON, Margareth. *A political economy of womens´s liberations*. *Monthly Review*, vol. 21, 4, september 1969. Apud FARIAS, Zaíra Ary. Domesticidade: cativeiro feminino? Rio de Janeiro: Achimé/CMB, 1983.

COSTA, Mariarosa Dalla. *Las mujeres y la subversión de la comunidad*. In: *El poder de la mujer y la subversión de la comunidad*. México: Siglo Vientiuno, 1975. Apud FARIAS, Zaíra Ary. Domesticidade: cativeiro feminino? Rio de Janeiro: Achimé/CMB, 1983.

Direitos das Trabalhadoras Domésticas: comentários sobre legislação atual, conquistas e lacunas. Brasília: CFEMEA (Centro Feminista de Estudos e Assessoria), 2007. Disponível em [http://www.cfemea.org.br/publicacoes/publicacoes\_detalhes.asp?IDLivro=29.](http://www.cfemea.org.br/publicacoes/publicacoes_detalhes.asp?IDLivro=29) Acesso em 25/10/2008.

DUPONT, Cristine. *O inimigo principal*. In: *Liberação da mulher*: ano zero. Belo Horizonte: Interlivros, 1978. Apud FARIAS, Zaíra Ary. Domesticidade: cativeiro feminino? Rio de Janeiro: Achimé/CMB, 1983.

FARIAS, Zaíra Ary. Domesticidade: cativeiro feminino? Rio de Janeiro: Achimé/CMB, 1983.

FOURGEYROLLAS-SCHWEBWL, Dominique. *Trabalho doméstico, serviços domésticos.* In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam orgs. O trabalho das mulheres*:* tendências contraditórias. São Paulo: SOF, 1999. p. 62-93.

HENAUT, Mirta. De la rueca a la red. La economia sumergida. Buenos Aires: Ediciones Corregidor, 2001.

JAMES, Selma. *El trabajo domestico, si cuenta*. In: Revista Perspectivas/Isis Internacional. Nº 11, julio-septiembre 1998.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. A experiência feminista dos anos 70*.* Araraquara: UNESP, 1990.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Feminismo, movimento de mulheres e a (re)construção da democracia em três países da América Latina. Trabalho apresentado no 51º Congresso Internacional de Americanistas. Santiago do Chile, 14-18 de julho de 2003.

O Globo. Rio de Janeiro, 05/03/2006.

PEDRO, Joana Maria. *Narrativas fundadoras do feminismo*: poderes e conflitos (1970 - 1978). Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH, vol. 26, nº 52, jul/dez 2006. p. 249-272.

PICANÇO, Felícia Silva. *Amélia e a mulher de verdade*: representações dos papéis da mulher e do homem em relação ao trabalho e à vida familiar. In: ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi (orgs.). Gênero, família e trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

PRADO, Danda. Ser esposa – a mais antiga profissão. São Paulo: Brasiliense, 1979.

Projeto de Emenda Constitucional da Deputada Federal Luci Choinacki, que institui benefício assistencial para as donas de casa, e dá outras providências (PEC 385-2001). Disponível em

[http://www.luci.com.br/index.php?a=mostra\_proposicoes.php&ID\_MATERIA=263](http://www.luci.com.br/index.php?a=mostra_proposicoes.php&amp;ID_MATERIA=263) Acesso em 15/11/2005.

Ribeiro, Carlos Antonio Costa. *Classe e gênero no Brasil contemporâneo*: mobilidade social, casamento e divisão do trabalho doméstico. In: ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi (orgs.). Gênero, família e trabalho no Brasil. Rio de Janeiro

1. Mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Graduada em Direito pela Universidade Estadual de Santa Cruz. Professora de Direito Penal da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Coordenadora do curso de Direito da Faculdade de Tecnologia e Ciências – Vitória da Conquista-Ba. Diretora da União de Mulheres de Vitória da Conquista-Ba. [↑](#footnote-ref-1)
2. No jargão jurídico, são manifestações escritas em um processo: decisões, petições e pareceres. [↑](#footnote-ref-2)
3. A “Lei Maria da Penha” delimita, de forma expressa, sua aplicação apenas às mulheres em situação de violência doméstica, excluindo os homens de sua tutela, mesmo que vitimas de violência. [↑](#footnote-ref-3)
4. O principal foco de discussão sobre a adequação ou não da “Lei Maria da Penha” à Carta Maior, parte do princípio constitucional, inserto no art. 5º da CF, o qual inscreve que: Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito á vida, á liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos seguintes termos:

   Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição. [↑](#footnote-ref-4)
5. O autor (juiz da comarca mineira de Sete Lagoas, que sofreu representação no conselho Nacional de Justiça acusado de posicionamentos machistas em decisões judiciais) do documento citado em nota de esclarecimento sobre suas sentenças afirma que: “Mas, afinal, o que quis dizer eu com ‘prevalência masculina’? Ora! O que quisemos dizer foi o seguinte: suponhamos uma situação de absoluto e intransponível impasse entre o marido e a esposa sobre determinada e relevante questão doméstica --um e outro não abrem mão de sua posição e não se entendem. Qual das posições deverá prevalecer até que, civilizadamente, a Justiça decida? De minha parte não tenho dúvida alguma que deverá prevalecer a decisão do marido. E vou mais longe: creio que não será do agrado da esposa que fosse o inverso, porque, repito, a mulher não suporta o homem emocionalmente frágil, pois é exatamente por ele que ela quer se sentir protegida-- e o deve ser --e não se sentiria assim se fosse o inverso”. (FOLHA DE SÃO PAULO: 24 DE OUTUBRO de 2007) [↑](#footnote-ref-5)
6. Aqui há um movimento inverso do pleiteado pelo movimento feminista na década de 60 e 70 que seria de tornar pública a violência doméstica contra a mulher. [↑](#footnote-ref-6)
7. Para a autora o público é o único domínio direto da intervenção, do poder e campo tido como dos verdadeiros valores, sendo reservado aos homens. (PIERROT: 1997 ) [↑](#footnote-ref-7)
8. COSTA (2007) sobre o tema indica que: “A concepção do caráter privado da violência doméstica impede que sua dimensão política seja evidenciada e que tenha o mesmo tratamento dos que outros tipos de crimes. A sociedade enfrenta o enorme desafio de tornar as estratégias que visam à liberdade das mulheres que sofrem violência um ato político, público e coletivo, capaz de reforçar iniciativas particulares, mas não menos relevantes. Assim, para que essas iniciativas sejam implementadas, faz-se necessário não apenas renomear a violência doméstica, para que não permaneçam dúvidas quanto ao seu caráter político, mas, também, reforçar a luta para que a concepção de que ‘o pessoal é político’ permeia as práticas individuais e coletivas, privadas e públicas”. [↑](#footnote-ref-8)
9. Um desses pólos, já analisado, foi o segmento tradicional, representado na pesquisa pelos adeptos da inconstitucionalidade da Lei 11.340/2006. [↑](#footnote-ref-9)
10. Esclareço que alguns documentos, como os acórdão que são decisões coletivas dos tribunais, contaram com autoria coletiva, por isso que a pesquisa contou com o número maior de pessoas que se manifestaram, quando comparado à quantidade de documentos. [↑](#footnote-ref-10)
11. Pesquisa realizada em 24 de julho de 2008. [↑](#footnote-ref-11)
12. Dados do s*ite:* www.stj.gov.br, em 24 de julho de 2008. [↑](#footnote-ref-12)
13. Também constatamos na pesquisa que a ministra Ellen Gracie Northfleet foi a primeira mulher a ocupar esse posto no recente ano de 2000, galgando a presidência do STF e do conselho Nacional de Justiça- CNJ- entre os anos de 2006 e 2008. [↑](#footnote-ref-13)
14. Dados do *site:* [www.stf.gov.br](http://www.stf.gov.br), em 24 de julho de 2008 [↑](#footnote-ref-14)
15. BOURDIEU (2007) chama a atenção para o fato de que o movimento feminista não foi feito apenas por mulheres, que a colaboração, participação e apoio dos homens foi fundamental para o êxito das pautas feministas, bem que a produção e reprodução dos valores patriarcais são levadas à cabo também pelas próprias vítimas desse sistema: as mulheres. Neste último caso, o citado autor adjetiva esse comportamento como um dos resultados mais cruéis do sistema de exclusão, que é fazer suas vítimas internalizar e referendar a dominação masculina. [↑](#footnote-ref-15)
16. [http://jefferson.village.virginia.edu/xwomen/intro.html](http://orientalismo.vilabol.uol.com.br/sinologia/fontes.htm) [↑](#footnote-ref-16)
17. [http://oglobo.globo.com/blogs/gilberto/post.asp?t=a\_mulher\_chinesa\_tambem\_emerge&cod\_ Post=70279&a=25](http://oglobo.globo.com/blogs/gilberto/post.asp?t=a_mulher_chinesa_tambem_emerge&cod_%20Post=70279&a=25) [↑](#footnote-ref-17)
18. http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u585792.shtml [↑](#footnote-ref-18)
19. http://blog.estadao.com.br/blog/pingpong/?title=as\_mulheres\_mais\_bonitas\_da\_china&more=1&c=1&tb=1&pb= [↑](#footnote-ref-19)
20. Graduado em História pela Universidade Federal do Pará, atualmente é aluno de pós-graduação no Instituto Federal de Ciência, Tecnologia e Educação do Pará - IFPA. [↑](#footnote-ref-20)
21. Professora do Instituto Federal de Educação Tecnológica do Pará, socióloga e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará. [↑](#footnote-ref-21)
22. Considero para este artigo especialmente os trabalhos *A mulher que eles chamavam fatal: textos e imagens da misoginia fin-de-siècle*, de Meirelle Dottin-Orsini, *As mulheres ou os silêncios da história*, de Michelle Perrot; e *Pisando no Sexo Frágil*, de Raquel Sohiet. [↑](#footnote-ref-22)
23. Cf. G. Bruun, Nineteenth-Century European civilization, 1815-1914 (Londres, 1959), Apud. BARRACLOUGH, p.212. [↑](#footnote-ref-23)
24. Uma bela exposição deste quadro foi feita no livro *Germinal* (1885), de Zola. Ver também *Os Tecelões* (1892), de Gerhart Hauptmann. [↑](#footnote-ref-24)
25. Título de livro do historiador espanhol José Ortega y Gasset. Publicado inicialmente em 1926, no jornal madrilheno “El Sol”, retrata as grandes transformações do século XX, especialmente na Europa, com ênfase no processo histórico de crescimento das massas urbanas. [↑](#footnote-ref-25)
26. O ensaio de Klee, 1920, do qual são estas as palavras de abertura, está editado em tradução por W. Grohmann, Paul Klee (Londres, 1958), pág. 97; cf. também G. Di San Lázaro, Klee: *A Study of his Life and Work* (Londres, 1957), pág. 105. Apud BARRACLOUGH, p.216. [↑](#footnote-ref-26)
27. Ver ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional* – 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 32. [↑](#footnote-ref-27)
28. Exceto de prefácio inédito, escrito imediatamente depois de terminada a primeira versão. [↑](#footnote-ref-28)
29. 80 anos após sua publicação, o erotismo de Macunaíma ainda expõe muitos tabus sexuais de nossa sociedade. [↑](#footnote-ref-29)
30. SOUZA, Eneida Maria de. *A pedra mágica do discurso*. 2ª ed. rev e amp. – Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

    SOUZA, Gilda de Mello e. *O tupi e o alaúde: uma interpretação de Macunaíma.* São Paulo: Duas Cidades: Ed. 34, 2003. [↑](#footnote-ref-30)
31. PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*; tradução Viviane Ribeiro. –Bauru, SP: EDUSC, 2005. [↑](#footnote-ref-31)
32. ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. 13ª ed. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1995. [↑](#footnote-ref-32)
33. DOTTIN-ORSINI. 1996, p.26. [↑](#footnote-ref-33)
34. Idem. Sobre isso ver também PERROT, Michelle. 2005, pp. 268-278. [↑](#footnote-ref-34)
35. Só recentemente as pesquisas históricas tem abordado o tema de forma contundente; como no interessante trabalho da historiadora Mary Del Priore *“História do amor no Brasil”* (2ª ed. São Paulo: ed. Contexto, 2006). [↑](#footnote-ref-35)
36. personagem mítico do imaginário indígena amazônico, catalogado pelo naturalista alemão Koch-Grünberg. [↑](#footnote-ref-36)
37. In CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo Afonso de Miranda. *A História contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 268. [↑](#footnote-ref-37)
38. SOUZA, 1999, p. 84,85. Sobre isso, ver também HURLEY, 1934, p. 53. [↑](#footnote-ref-38)
39. A busca de uma relação entre a mítica européia e o primitivismo americano era um dos ambiciosos projetos da intelligentsia, brasileira, manifestada principalmente na atuação dos etnólogos e outros simpatizantes da causa, como Jorge Hurley, Barbosa Rodrigues, Câmara Cascudo e Silvio Romero, entre outros. [↑](#footnote-ref-39)
40. Protagonista de A Mandrágora. [↑](#footnote-ref-40)
41. BACHOFEN, J. J. (1815-1887) *Du Règne de la Mère au Patriarcat*, páginas escolhidas por Adrien Turel, Paris, Alcan, 1938. Citado em DOTTIN-ORSINI, Mireille. *A mulher que eles chamavam fatal: textos e imagens da misoginia fin-de-siècle*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996. [↑](#footnote-ref-41)
42. Na cultura portuguesa, varina refere-se as vendedoras ambulantes de peixe, muitas vezes tais mulheres são associadas ao trabalho viril e também a sujeira que esta ocupação implica. [↑](#footnote-ref-42)
43. LOPEZ, Telê Ancona. Mariodeandradiando. São Paulo: Huicitec, 1996. [↑](#footnote-ref-43)
44. Temos o caso de “Miss Ciclone”, normalista morta aos 19 anos em conseqüência de um aborto desastroso patrocinado por Oswald de Andrade, conhecido também por outros relacionamentos com normalistas. Ver ALMEIDA, Tereza Virgínia de. *A ausência lilás da Semana de Arte Moderna: o olhar pós-moderno*. Florianópolis: Letras Contemporâneas: 1998. [↑](#footnote-ref-44)
45. Tema cabalmente explorado no livro *Anarquia Sexual: sexo e cultura no fin de siècle*, de Elaine Showalter. [↑](#footnote-ref-45)
46. Graduando em Ciências Biológicas – Licenciatura pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), bolsista de Iniciação Científica do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq), integrante do Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Educação de Surdos (GIPES/CNPq). [↑](#footnote-ref-46)
47. Doutora e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), especialista e graduada em Educação Especial pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), professora do Programa de Pós-Graduação em Educação e do curso de Graduação em Pedagogia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). [↑](#footnote-ref-47)
48. “A Educação dos Surdos no Rio Grande do Sul”, título da pesquisa desenvolvida pelo GIPES e financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), permitiu mapear a situação escolar e linguística dos surdos no Estado do Rio Grande do Sul. [↑](#footnote-ref-48)
49. Carvalho (2008, p. 90) constata “que a grande maioria dos professores na educação básica no Brasil são mulheres, numa proporção que aumenta conforme diminui a idade dos alunos atendidos, a chamada “feminilização” do magistério”. No entanto, como a própria autora também menciona, não tenho a intenção de focalizar a discussão sobre gênero na temática da profissão generalizada. [↑](#footnote-ref-49)
50. Estudos Surdos é o termo utilizado para nomear as pesquisas na área da surdez que buscam ver os surdos como sujeitos políticos e culturais. [↑](#footnote-ref-50)
51. Por razões éticas, os nomes utilizados no decorrer deste artigo são fictícios. [↑](#footnote-ref-51)
52. Todos os diálogos descritos neste artigo ocorreram originalmente na LIBRAS e foram livremente traduzidos por mim para a língua portuguesa. [↑](#footnote-ref-52)